



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**A CAUSALIDADE NA EXPLICAÇÃO SOCIOLÓGICA E A TEORIA DA
ESTRUTURAÇÃO DE ANTHONY GIDDENS**

ANDRÉ LUCAS MAIA DE BRITO

Brasília, 2019



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

A CAUSALIDADE NA EXPLICAÇÃO SOCIOLÓGICA E A TEORIA DA
ESTRUTURAÇÃO DE ANTHONY GIDDENS

André Lucas Maia de Brito

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGSOL) da Universidade de Brasília (UnB), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Sociologia.

Brasília, setembro de 2019

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

A CAUSALIDADE NA EXPLICAÇÃO SOCIOLÓGICA E A TEORIA DA
ESTRUTURAÇÃO DE ANTHONY GIDDENS

Autor: André Lucas Maia de Brito

Orientador: Prof. Dr. Fabrício Monteiro Neves (UnB)

Banca examinadora:

Prof. Dr. Luís Augusto S. Cavalcanti de Gusmão (UnB)

Prof. Dr. Gabriel Moura Peters (UFPE)

Prof. Dr. Carlos Benedito Martins (UnB) (Suplente)

Brasília, setembro de 2019

*À Carolina Holanda, minha maior
companhia intelectual e afetiva.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro, sem o qual não teria sido possível a realização do mestrado.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília, por toda a dedicação na realização das tarefas que ajudam a Universidade e a pesquisa a caminharem.

Ao Prof. Dr. Fabrício Monteiro Neves, pela paciência, disponibilidade e generosidade durante toda a orientação. Meu muito obrigado pela acolhida e pelo estímulo intelectual que possibilitou a escrita desse texto.

Ao Prof. Dr. Luís de Gusmão por compor a banca de defesa e pelas oportunidades de tanto aprendizado através de suas aulas e escritos. Neste momento em que se aposenta posso dizer sem receios que a sua contribuição ao campo da investigação social, original e lúcida, está certamente “acima de qualquer dúvida sensata”.

Agradeço muitíssimo também ao Prof. Dr. Gabriel Peters, por aceitar compor a banca e pela sua escrita tão estimulante a essa dissertação.

A todos os colegas do TATÁ, pelas discussões e trocas de conhecimento. Em especial, César, Mauro e Marina.

A todos os colegas da turma de mestrado e do SOL, que tanto ajudaram e contribuíram direta ou indiretamente com essa pesquisa de mestrado. Em especial, agradeço muitíssimo à Kelly, Egon, Mateus, Fernanda, Antônio Cecílio e tantos outros com quem pude debater e aprender tanto.

A Cícero Pereira Lopes, por todas as conversas literárias em torno do nosso sertão rural.

Por último, mas não menos importante, agradeço a Carolina Holanda, minha companheira, e toda a minha família pelo apoio prestado nesses anos – meu pai Lucas Mendes, minha mãe Maria Euzeni e minhas irmãs, Malena e Ana Rosa – vocês são a base da minha formação moral e cognitiva, com tal arrimo, me sinto na obrigação de dar sempre o melhor de mim.

(...) na fase atual da teoria social, estamos envolvidos na rotação simultânea de dois eixos: o da nossa compreensão sobre o caráter da atividade social humana e o da forma lógica da ciência natural. *Não são empreendimentos inteiramente separados, mas que se alimentam de uma rede de problemas comuns.* Pois assim como ficou evidente que questões hermenêuticas são parte integrante de uma compreensão filosófica da ciência natural, também ficaram evidentes as limitações das concepções de ciências sociais que excluem a análise causal (GIDDENS, 2018, pág.248, grifos do autor).

(...) mas aqueles que continuam à espera de um Newton não esperam apenas por um comboio que não chega, estão todos na estação errada (GIDDENS, 1996, pág. 27).

RESUMO

O trabalho procura reconstruir aspectos teóricos sobre a causalidade na investigação social, contrastando algumas tradições teóricas sobre essa questão e, em seguida, investigando como a ontologia social proposta na teoria da estruturação de Anthony Giddens lida com esse debate epistemológico: propondo uma via média entre a metodologia naturalista de investigação e o interpretativismo compreensivo. A teoria da estruturação de Giddens é construída tendo em vista a separação entre as correntes da investigação social que priorizam, metodologicamente, a ação ou a estrutura no estudo empírico social. Apresentamos suas ideias em meio a essas tradições, procurando evidenciar como uma caracterização ontológica da vida social que entende a ação como um “fluxo de intervenções causais no mundo”, em uma relação mútua com as estruturas sociais – que deve ser explicada pelas razões dos indivíduos – supõe uma teoria da causalidade distinta daquela presente no estudo da natureza, sujeita, em grande parte dos casos a relações invariantes e, na sua forma mais acabada, a leis. Para tal, partimos de discussões empíricas relacionadas à pesquisa em sociologia da violência, procurando exemplificar a partir de dois casos localizados, a existência de diferentes concepções sobre a dimensão da causalidade nas pesquisas sociais, fornecendo um ponto de partida empírico para as questões teóricas de interesse do trabalho. Em seguida, perpassamos uma rápida revisão bibliográfica teórica e filosófica dos argumentos de ambos os lados do embate intelectual em torno do naturalismo metodológico e da tradição interpretativista nas ciências sociais, tendo a questão da causalidade como fio condutor, procurando assim demonstrar a dimensão epistemológica do debate que distingue essas concepções de pesquisa. Por fim, nos centramos nas reflexões teóricas de Anthony Giddens, observando como a teoria da estruturação e a sua concepção de causalidade se relaciona com as querelas teóricas e metodológicas levantadas ao longo do trabalho, além de aspectos da pesquisa empírica; a superação de dualismos como micro/macro, quantitativo/qualitativo; questões como a da possibilidade e forma das generalizações nas ciências sociais e da relação desse campo de investigação com o “senso comum”.

Palavras-chave: Causalidade; Explicação; Compreensão; Epistemologia; Ontologia; Teoria da Estruturação.

ABSTRACT

The work seeks to reconstruct theoretical aspects about causality in social research, contrasting some theoretical traditions on this issue and then investigating how the social ontology proposed in Anthony Giddens's structuration theory deals with this epistemological debate: proposing a middle way between the naturalistic methodology of inquiry and comprehensive interpretivism. Giddens's theory of structuration is constructed from the separation of the streams of social inquiry that methodologically prioritize action or structure in the social empirical study. We present Giddens's ideas in the midst of these traditions, trying to highlight as an ontological characterization of social life that understands action as a "flow of causal interventions in the world", in a mutual relationship with social structures – which must be explained by the reasons of individuals – supposes a theory of causation distinct from that present in the study of nature, subject in most cases to invariant relations and, in its most final form, to laws. To this end, we start from an empirical discussions related to research in the sociology of violence, trying to exemplify from two cases, the existence of different conceptions about the dimension of causality in social research, providing an empirical starting point for theoretical issues of interest to the work. Then we go through a brief theoretical and philosophical literature review of the arguments on both sides of the intellectual struggle around methodological naturalism and the interpretative tradition in the social sciences, with the issue of causality as a guiding thread, trying to demonstrate the epistemological dimension of the debate that distinguishes these conceptions of research. Finally, we focus on Anthony Giddens's theoretical reflections, noting how theory of structuration and its conception of causality relate to the theoretical and methodological discussions raised throughout the work, as well as aspects of empirical research; the overcoming of dualisms as micro/macro, quantitative/qualitative; questions such as the possibility and form of generalizations in the social sciences and the relation of this field of investigation to “common sense”.

Keywords: Causality; Explanation; Understanding; Epistemology; Ontology; Theory of Structuration.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resultados das estimações em primeira diferença com controle para a dependência espacial na taxa de homicídios	25
Tabela 2 – Regressão Linear: Você tinha o hábito de sentar na calçada à noite e deixou ou diminuiu por medo da violência?	28
Tabela 3 – Correlação de Pearson entre as variáveis: Você acha que a cidade de Limoeiro do Norte está mais perigosa?; Você já foi vítima de algum crime em Limoeiro do Norte como roubo, furto ou agressão?; Você tem algum parente ou amigo próximo que foi vítima de algum crime?	30

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1. Partindo de questões empíricas: distinções metodológicas e epistemológicas a partir da sociologia da violência	22
1.1 A hipótese PCC na redução da violência letal no Estado de São Paulo	23
1.2 Sociologia do medo e da violência em uma cidade do interior do Estado do Ceará: Estatístico inferencial e qualitativo descritivo	27
1.2.1 Testes estatísticos sobre o medo e a violência em Limoeiro do Norte-CE	27
1.2.2 Investigações interpretativas sobre o urbano, o rural e a violência em Limoeiro do Norte-CE.....	31
1.3 Rápidos apontamentos metodológicos.....	34
CAPÍTULO 2. Algumas questões a respeito do naturalismo metodológico e a causalidade na explicação sociológica	37
2.1 Velhas e novas questões “sociofilosóficas” em torno da causalidade na explicação social.....	37
CAPÍTULO 3. Ontologia social, epistemologia e pesquisa empírica: a causalidade na pesquisa social em Anthony Giddens	53
3.1 A teoria da estruturação de Anthony Giddens e a causalidade: um caminho médio entre as sociologias interpretativas e o estruturalismo	57
3.2 A teoria da estruturação e a pesquisa empírica: a causalidade na explicação sociológica e a rejeição de oposições metodológicas.....	69
3.3 Senso comum, generalizações e a causalidade na explicação sociológica	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	92

ANEXOS 98

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 102

INTRODUÇÃO

Há um entendimento de que, para além da diversidade de tradições e escolas que marcam as teorias das ciências sociais no século XX (ALEXANDER, 1987), existem duas concepções básicas, derivadas de posições ontológicas¹ e epistemológicas² que, de maneira geral, orientam a investigação dos fenômenos sociais. Com frequência, a filosofia das ciências sociais nos informa sobre as duas correntes pelos nomes de tradição Naturalista e tradição Interpretativista (ROSENBERG, 2008; HOLLIS, 1994; MOSES & KNUTSEN, 2010). O ponto central das diferenças se relaciona ao problema do naturalismo metodológico, qual seja, o de saber em que medida há uma unidade metodológica entre as investigações das ciências naturais e das ciências sociais.

A tradição naturalista, com uma série de influências que vão do empirismo inglês, passando por Montesquieu, Jean-Jacques Rousseau, Auguste Comte até o empirismo lógico³, teve um importante momento de afirmação na sociologia pela pena de Émile Durkheim, que entendia que os “os fatos sociais deveriam ser tratados como coisas”, como exposto em *As regras do método sociológico* (2007), ou seja, estudados da mesma maneira como se analisa os fenômenos do mundo natural com vistas a encontrar leis positivas, necessárias. Em trabalhos como *O Suicídio* (2000), por exemplo, Durkheim pretende fornecer explicações dos fatores sociais que levam ao suicídio, buscando a descoberta de padrões sociais gerais que independem das racionalizações dos indivíduos sobre esses

1 De maneira abrangente Ontologia é o estudo do ser. A ontologia social, no caso específico, discute os constituintes do mundo social e o que o define pela sua natureza.

2 Epistemologia é a discussão filosófica a respeito do conhecimento: a sua natureza, origem e limites. Um dos temas-chave na discussão epistemológica voltada para a sociologia especificamente é a de saber em que medida a mesma deve se assemelhar ou distinguir da física, da química e de outras ciências naturais. Considerações epistemológicas podem depender de caracterizações ontológicas a respeito dos fenômenos em questão.

3 De modo telegráfico, o “empirismo” na sua forma clássica é uma tese sobre a origem do conhecimento, portanto epistemológica: todos os nossos conceitos e ideias que permitem conhecer o mundo derivam de algum modo da experiência, discordando aqui dos “racionalistas” que entendiam ser possível o conhecimento que em seu conteúdo dispense qualquer dependência dos sentidos, ou seja, a priori. Empiristas como Locke, Berkely e Hume, de maneira geral, são céticos quanto a essa possibilidade (PETER, 2017). O empirismo lógico foi um movimento filosófico que se destacou no início do século XX, resgatando ideias de toda a tradição empirista e sendo reconhecida especialmente nas suas discussões em filosofia da ciência. Defendia, entre outras coisas, o amplo uso da lógica para a dispensa de questões sem significação empírica do âmbito da ciência, como a metafísica, e a unidade de todos os empreendimentos científicos: Unidade quanto aos métodos utilizados (Metodológica), Unidade quanto à natureza dos fenômenos físicos investigados (Ontológica) e unidade quanto à expressão e comunicação dos enunciados da ciência (Unidade Linguística). (ver tópico 2.1).

mesmos fenômenos – como quando afirma que a diferença nas taxas de suicídio entre católicos e protestantes pode ser explicada, não por fatores psicológicos, mas por fatores sociais como a variação na coesão social.

Talvez a principal herança desse tipo de raciocínio, com uma série de alterações, esteja entre aqueles sociólogos e cientistas sociais, mas não só entre eles, que se utilizam de uma ampla base de dados quantitativos com vistas a explicar, através da mensuração de variáveis e uso de modelagem estatística, o funcionamento das instituições, as causas da estabilidade da democracia, os níveis de violência, a desigualdade e qualquer outro objeto social (DAHL, 1997; INGLEHART & WELZEL, 2005; BECKER, 1964)⁴. O desenvolvimento dos computadores, permitiram a utilização de técnicas de análise de dados mais sofisticadas do que a estatística de Durkheim, no entanto, suas investigações não deixam de possuir princípios de investigação muito próximos.

Em geral, exemplos desses princípios são: a crença na ideia de que existem regularidades no mundo social que são independentes dos observadores (“*a real world out there*”) e que essa realidade pode ser estudada objetivamente; a ideia de que este estudo objetivo do mundo social deve ser construído através de hipóteses empíricas falseáveis; o apoio forte à distinções do tipo juízo de fato/juízo de valor, contexto de descoberta/contexto de verificação e a busca de explicações causais de maior abrangência possível (MOSES & KNUTSEN, 2010). Na sociologia do século XX, Talcott Parsons e Robert Merton costumam figurar como expoentes de ideias inspiradas no naturalismo metodológico e contribuíram com a existência do assim chamado “consenso ortodoxo” que vigorou no pós-guerra.

A chamada tradição Interpretativista da sociologia, que tem lugar de destaque nos escritos do filósofo Wilhelm Dilthey e, posteriormente, na sociologia, com a influência que viria exercer sob Georg Simmel e Max Weber, se impõe como uma alternativa antinaturalista metodológica e entende que o estudo da vida social envolve a interpretação (*Verstehen*) das significações sociais subjetivas dos indivíduos, distinguindo-se fortemente do estudo da natureza, que procuraria por explicações (*Erklären*) para o que seriam regularidades não reflexivas. Para Dilthey e outros membros da tradição hermenêutica, a distinção metodológica se faz necessária com base em uma constatação da natureza distinta

4 Para uma defesa filosófica da lógica naturalista de investigação nas ciências sociais ver: Rudner (1966).

dos dois mundos a serem investigados, havendo de um lado as ciências da natureza (*Naturwissenschaften*) e, de outro, as ciências do espírito (*Geisteswissenschaften*).

Whereas the main task of the natural sciences is to arrive at law-based causal explanations, the core task of the human sciences is the understanding of the organizational structures of human and historical life. (...) Understanding the meaning of human historical events requires being able to organize them in their proper contexts and to articulate the structural uniformities that can be found in this way (MAKKREEL, 2016).⁵

A descendência teórica das reflexões hermenêuticas alcançam os mais distintos filósofos, teóricos em geral e sociólogos, indo desde Hans-Georg Gadamer na hermenêutica filosófica, Jürgen Habermas na sociologia e na filosofia, o 2º Wittgenstein na filosofia da linguagem, o desconstrutivismo francês e o pós-estruturalismo, além de outros sociólogos como Erving Goffman e Harold Garfinkel. Diferentemente dos naturalistas, os interpretativistas, tenderiam a ressaltar as contingências no lugar das regularidades, dando forte atenção ao aspecto reflexivo da ação dos indivíduos. Quando regularidades são levadas em conta o são especialmente na observação dos processos pelos quais os indivíduos constroem tais regularidades e não como as mesmas impõem-se externamente, dando então destaque para as construções simbólicas e interativas das relações sociais.

Os sociólogos e outros cientistas sociais que se aproximam da abordagem naturalista tendem a seguir o princípio de redução de complexidade, ou seja, a ideia de que a realidade precisa ser simplificada em modelos para o seu esclarecimento. Já o estilo de pesquisa interpretativo se dá por um processo de entendimento das categorias que as pessoas usam para dar prosseguimento a suas vidas e, a partir desse entendimento, compreender também a realidade. Então, aqui as teorias sociológicas seriam fortemente constituídas pelas próprias categorias “nativas” dos indivíduos pesquisados. É marcante, nesse sentido, a influência da antropologia, especialmente do método etnográfico e de outras técnicas qualitativas de investigação. O que se esperara é muito menos a articulação de variáveis dependentes e independentes, mas sim que os conceitos “lancem luz” junto com o material coletado ao entendimento da “realidade” social. Alguns princípios da

⁵ “Enquanto a principal tarefa das ciências naturais é chegar a explicações causais baseadas em leis, a tarefa central das ciências humanas é a compreensão das estruturas organizacionais da vida humana e histórica. (...) Compreender o significado dos eventos históricos humanos exige ser capaz de organizá-los em seus contextos próprios articulando-as às uniformidades estruturais que podem ser encontradas dessa maneira”. (Tradução livre)

tradição interpretativista, em geral, são a ideia de que o pesquisador deve sempre questionar o seu local de observação, o entendimento do conhecimento ideográfico como possuindo valor em si mesmo, não sendo apenas parte de um processo maior com pretensões nomotéticas ou de puro levantamento de hipótese e a ideia de que a metodologia de investigação deve exigir diversos aspectos, como uma certa desconfiança com os limites da objetividade e mesmo a empatia do pesquisador para com os objetos pesquisados (MOSES & KNUTSEN, 2010).

Essa distinção clara de princípios de que nos falam alguns manuais e textos teóricos assume, em grande parte das vezes, mais um caráter didático e de orientação, do que uma distinção rígida propriamente dita, da qual só se poderia escolher um lado. Se é possível falar em um “tipo ideal” que se refira a conceitos e tradições “sociofilosóficas”, talvez esse seja o caso, uma vez que esse é um recurso para a construção de tipos puros que são úteis metodologicamente no sentido de separar o que é distinto em um objeto, facilitando comparações. Na investigação empírica, estes princípios citados acima das duas supostas lógicas de investigação tanto não são excludentes em todos os casos, como em diversas situações são permeadas uma pela outra. Se por um lado, valorizar a dimensão interpretativa da ação localizada não nos impede de procurar por explicações causais, como fez Weber, por outro a investigação causal de fenômenos macrossociais não nos deve condenar ao funcionalismo e a exclusão do papel ativo dos agentes na construção do mundo social. É essa concepção que, apoiado em Giddens, pretendemos explorar.

Apesar desse entendimento, há importantes discussões que tratam de separar as duas lógicas de investigação e, mesmo pesquisas empíricas que se guiam por uma lógica ou por outra, por vezes de modo exclusivo. Entendemos, então, que faz-se então necessário uma reconstrução teórica de alguns aspectos desse embate e, em seguida, a análise de um proponente de uma via média sensível à dimensão empírica de pesquisa: a teoria da estruturação de Anthony Giddens serve a esse fim. É isso que se pretende investigar nessa dissertação. Não podendo realizar uma discussão que abarque toda a reação das *Geisteswissenschaften* ao positivismo, com suas respectivas réplicas naturalistas, versões e ramificações, procuraremos nos centrar, em síntese, no lugar da causalidade na explicação sociológica das duas tradições e a maneira como a teoria da estruturação de Anthony Giddens se insere nessa discussão, contemplando uma via conciliadora. Se é verdade,

como afirma Gusmão (2012), que é nas explicações de cunho causal que mais se faz visível os limites do conhecimento teórico na investigação social empírica, imaginamos que uma atenção centrada no lugar que a causalidade ocupa em algumas tradições teóricas e na teoria da estruturação de Giddens pode ser frutífera para entendermos algumas questões que envolvem o problema do naturalismo e do interpretativismo metodológico.

O sociólogo britânico, durante a sua trajetória intelectual, tem preferido traçar o caminho do meio em relação às disputas clássicas da sociologia e da teoria social (subjetivismo x objetivismo, individualismo x holismo, ação x estrutura, capitalismo x socialismo) (PETERS, 2006) e com o debate acerca da possibilidade de explicação causal no mundo social não foi diferente. No que se refere a esse debate, a teoria da estruturação apresentada por Giddens parece fornecer uma ontologia dos fenômenos sociais que tem repercussão em prescrições de ordem metodológica e epistemológica a respeito de como realizar pesquisas empíricas em ciências sociais, tocando o problema do naturalismo. Sendo assim, de maneira tópica, podemos dizer que no arcabouço geral da discussão Naturalismo x Interpretativismo, o objetivo desse trabalho é travar uma investigação a respeito da noção de causalidade no debate sobre a explicação e a compreensão sociológica⁶, esclarecendo os conceitos-chave do debate com seus distanciamentos, aproximações e formas como o mesmo é suscitado por posições em diversas querelas na teoria social, para em seguida discutir como a teoria da estruturação de Anthony Giddens se relaciona com a questão.

Com frequência, essa discussão parece se confundir ou se relacionar com uma série de questões em vigência na teoria social, como agência x estrutura, individualismo x coletivismo, quantitativo x qualitativo, indutivo x dedutivo, objetivismo x subjetivismo ou mesmo questões gerais com as quais se depara um jovem ingressante nas ciências sociais como: qual é o motivo da existência de tantas abordagens nas ciências sociais e na sociologia, com uma diversidade teórica e metodológica tão grande? Como pode tal diversidade conviver tão pacificamente e não se encaminhar para um paradigma à maneira de outras ciências, como estudado por Thomas Kuhn? (1998, 2000), o cientista social possui algum privilégio ante o chamado senso comum? O método da ciência social é igual

⁶ Admitimos como irrelevante afirmar que o uso dos termos “compreender” ou “explicar” em diversos trabalhos na sociologia não é o que faz com que tais trabalhos sigam as noções de explicação causal ou interpretação compreensiva aqui empregadas, mas sim seus objetivos de pesquisa e as maneiras como os perseguem, o que pretendemos explorar.

ao da ciência natural? Se não, é possível ou desejável que seja? Quais suas especificidades? E assim por diante.

Tocaremos em algumas dessas questões na medida em que se relacionem com a questão central desse trabalho, nos detendo em abordar como o lugar da causalidade no estudo empírico da sociedade e nas chamadas tradições interpretativas e explicativas vêm a tona a partir de problemas recorrentes como o do lugar da ação e da estrutura na sociologia, das explicações gerais e contextuais e outras divisões em técnicas de pesquisa como a que envolve os métodos quantitativos e qualitativos, possuindo afinidades com essas “disputas”, mas sem necessariamente estarem comprometidas com esta ou aquela escolha metodológica específica. Por exemplo, nada impede que pesquisas qualitativas sigam o modelo naturalista de pesquisa (KING, KEOHANE & VERBA, 1994) ou mesmo que pesquisas quantitativas sejam apenas descritivas e não-inferenciais, sem pretensões causais.

É nesse sentido que, em termos metodológicos, procuramos relacionar as questões teóricas discutidas às dimensões empíricas de pesquisa, de modo a exemplificar a influência que aquelas podem possuir sob estas. Depois, realizamos uma revisão bibliográfica, não exaustiva, de textos clássicos e posições importantes sobre a contenda explicação x compreensão, abordando posicionamentos que surgiram a partir de divergências epistemológicas e ontológicas que se referem ao lugar da causalidade na sociologia e, por fim, discutimos a relação que a teoria da estruturação de Anthony Giddens possui com essas questões, enquanto uma ontologia social que funciona como “mecanismo sensibilizador” da pesquisa social empírica.

No primeiro capítulo, procuraremos fundamentar empiricamente as questões que discutiremos teoricamente ao longo do trabalho. Explorar as diferenças entre epistemologias de investigação social significa remontar às tradições teóricas das quais as duas noções derivam, no entanto, exemplificar com trabalhos empíricos as distinções e as dificuldades de entendimento mútuo parece uma maneira frutífera de avançar em um entendimento mais localizado da questão. Há uma percepção sobre o quanto discussões teóricas se deslocam das questões empíricas de investigação, por isso, procuramos nesse trabalho anteceder as discussões epistemológicas e ontológicas que trataremos com

questões que surgiram a partir da nossa própria experiência de pesquisa relacionada à sociologia da violência.

Para tal, discutiremos dois exemplos: um primeiro será a análise das diferentes avaliações a respeito da responsabilidade ou não do grupo criminoso PCC (Primeiro Comando da Capital) na possível redução dos homicídios no Estado de São Paulo. Nessa questão bem específica há uma divisão entre pesquisadores que usam predominantemente um tipo de análise (quantitativa ou qualitativa) e a maneira como interpretam sendo válidas ou não certos tipos de evidência causal para se aferir a responsabilidade do grupo organizado na redução dos homicídios. Como dissemos, a separação entre escolas de investigação de que trataremos e a que Giddens procura mediar não se filiam de modo necessário à abordagem quantitativa ou qualitativa, mas possui com essa suposta divisão algumas afinidades e pretendemos demonstrar como isso se dá empiricamente.

O segundo exemplo empírico extraído da sociologia da violência, diz respeito a uma pesquisa realizada por nós como monografia de conclusão de curso em Ciências Sociais na Universidade Federal do Ceará a respeito da percepção e das dinâmicas da violência em uma cidade do interior do Estado do Ceará, em 2017. Ali procuramos realizar dois recortes de pesquisa a respeito da percepção da violência e os seus impactos: na área urbana utilizamos questionários (ver anexos) e procuramos testar correlações estatísticas através da construção de modelos e na zona rural fizemos uso de entrevista e observação participante. A pesquisa foi realizada tendo em mente a existência de uma divisão lógica entre os métodos, sendo inadequado qualquer explicação causal no segundo caso. Nos parece que a pesquisa pode ser também ilustrativa da divisão a que a teoria de Giddens pretende superar, e esclarecemos como isso se dá mais adiante. Ou seja, exploraremos como, na perspectiva de Giddens não há a necessidade de uma separação metodológica radical entre esses modelos de investigação, o que não significa que não haja, na prática de pesquisa, influências teóricas nesse sentido.

Se é o caso de investigarmos como Giddens procura ocupar uma via média no que diz respeito ao embate *Verstehen x Erklären* e mais especificamente na questão da causalidade, é preciso então explorar as posições teóricas e filosóficas daqueles que teriam contribuído com tal divisão, é o que pretendemos fazer no segundo capítulo. No primeiro tópico pretendemos explorar de modo não exaustivo algumas diferenças teóricas entre as

duas noções de como deve operar a atividade sociológica, diferenças essas com origem em pressupostos filosóficos e teóricos implícitos ou explícitos a respeito da investigação social, que muitas vezes impedem o entendimento entre as duas tradições.

No terceiro capítulo, por fim, chegaremos a Giddens e à teoria da estruturação. Introduzimos o capítulo rapidamente com a questão da ontologia social, explorando em que consiste esse tipo de discussão e como a mesma se relacionaria com a dimensão epistemológica e metodológica de pesquisa, para em seguida discutir os aspectos das formulações de Giddens que se relacionam mais diretamente com a questão da causalidade. No primeiro tópico, discutimos de modo não exaustivo a construção da teoria da estruturação de Giddens como uma via média entre as abordagens interpretativas com foco nas razões intencionais dos indivíduos e aquelas preocupadas com causas estruturais, culminando em um entendimento da dimensão causal da ação que não dependa de relações invariantes, distinguindo-se aqui da causalidade dos fenômenos da natureza.

No segundo tópico, discutiremos como essa concepção de causa presente na teoria da estruturação de Giddens ajuda a rejeitar velhas oposições como quantitativo/qualitativo, micro/macro e assim por diante, realizando aqui uma análise mais próxima da investigação social empírica, com pesquisas citadas pelo próprio autor. Por fim, no terceiro e último tópico desse capítulo, trataremos das consequências que esse entendimento do tipo de causalidade observável no mundo social por Giddens, se relaciona com temas como o das generalizações e da relação específica que existiria entre a explicação sociológica e o senso comum.

É importante ressaltar que não pudemos realizar uma discussão exaustiva de todos os autores e pontos importantes do tema aqui tratado, apesar disso, o trabalho se justifica pelo simples interesse cognitivo, privilegiando contendas teóricas e empíricas relevantes para o entendimento dessas questões. Não pretendemos também realizar uma reconstrução de toda a obra de Giddens e, tampouco, da sua teoria da estruturação, mas tão somente de, colocando em evidência a discussão filosófica e teórico-social a respeito da causalidade na explicação sociológica, compreender em que medida e como a teoria da estruturação responde a mesma, direta ou indiretamente.

Não pretendemos, com esse trabalho, “resolver” teoricamente questões que encontram seu produto final de forma empírica, no entanto, entendemos que, levando em

conta a grande participação de assuntos teóricos na formação do sociólogo, as questões eminentemente bibliográficas aqui colocadas podem ajudar a esclarecer um ou outro ponto. Se por um lado, o exagero “teoricista” pode prejudicar a investigação social (GUSMÃO, 2012), também imaginamos que o total abandono de discussões teóricas não parece recomendável, especialmente em um século onde se pode perceber um crescimento das preocupações epistemológicas nas ciências sociais (RODRIGUES, NEVES & ANJOS, 2016) e das questões que envolvem a sua relação com a metodologia (TAVOLARO, 2014).

Assim, as escolhas da dissertação se guiam pelo mapeamento epistemológico de conceitos e ideias sobre a causalidade na explicação social, em seus aspectos teóricos e empíricos, e como tal categoria é mobilizada por autores e autoras seminais do debate sobre interpretação e explicação nas ciências sociais. Procuramos, dentro dos limites do trabalho, nos centrar naqueles pensadores que são mais recorrentes nas discussões e que nos parecem fornecer importantes *insights* sobre a questão e contribuem para que se coloque o problema central do trabalho de maneira clara. Assim, procurando conciliar seminalidade e importância cognitiva, buscamos manter fidelidade à questão da causalidade durante todo o texto e, apesar da variedade de questões laterais importantes, tentamos trazê-las para a discussão somente quando relacionadas de alguma forma ao interesse central do texto.

CAPÍTULO 1

Partindo de questões empíricas: distinções metodológicas e epistemológicas a partir da sociologia da violência

Em alguns trabalhos de caráter metateórico ou avaliativo na sociologia e ciência política brasileira (SOARES, 2005; FREITAS; RIBEIRO, 2014.) os autores exploram o descompasso existente entre pesquisas que se utilizam de metodologia qualitativa e quantitativa. Em geral, os autores recomendam que haja um aprendizado, pelos “qualitativistas”, das técnicas de análise de dados e estatística multivariada. Pensamos que só esse tipo de aprendizado das técnicas é insuficiente para um suposto fim das distinções entre as tradições, visto que a separação em muitos casos é mais resultado da aceitação de certos princípios e lógicas de investigação do que de um deficit de habilidade sobre uma técnica ou outra de pesquisa. Com essa distinção, as técnicas de regressão múltipla podem soar aos antropólogos e sociólogos acostumados com a etnografia e o trabalho qualitativo como uma simplificação do mundo, por vezes “positivista”, enquanto as pesquisas qualitativas e contextuais parecem dispendiosas de energia e inúteis aos “quantitativistas” no que se refere à mensuração e delimitação de variáveis.

A exemplificação empírica de contendas científicas mostra-se, no mais das vezes, esclarecedoras, nos resguardando de assumir indevidamente posições normativas antes da análise do que são, ou parecem ser, as lógicas de investigação. Nesse sentido parece adequado ser mais kuhniano⁷ (1998) que popperiano (1972, 2004) e procurar, antes de fornecer qualquer análise sobre a prescrição de como deve operar a pesquisa sociológica em Giddens, entender empiricamente as transformações e as formas das justificações científicas e, no caso específico, o lugar da causalidade na explicação sociológica. Em síntese, realizar uma discussão epistemológica que não se distancie da pesquisa empírica real.

A seguir discutiremos duas pesquisas no campo da sociologia da violência e os desdobramentos que podemos retirar da observação dos dois casos. O primeiro, uma

⁷ Deixando de lado aqui, claro, qualquer discussão sobre uma possível dimensão normativa em Kuhn na medida em que a sua análise dos paradigmas científicos tem principalmente a física como parâmetro.

investigação que envolve importantes pesquisadores da área em torno da questão do suposto papel do PCC na redução dos homicídios em São Paulo e, um segundo trabalho a ser explorado, esse realizado por nós enquanto monografia de conclusão de curso que, com todas as suas limitações, parece ser de algum modo também ilustrativo das contendas epistemológicas aqui discutidas. A ideia central desse capítulo é demonstrar que existem sim distinções na maneira como se compreende a causalidade na explicação sociológica empírica entre abordagens, mas que essa distinção não está presa necessariamente a uma metodologia quantitativa ou qualitativa, referindo-se, na verdade, a tradições teóricas e filosóficas que abordaremos no capítulo seguinte. Se pretendemos explorar ao fim desse trabalho a via média de Giddens, é importante que trilhemos exemplificações, empíricas e teóricas, de suas margens.

1.1 A hipótese PCC na redução da violência letal no Estado de São Paulo

Uma questão não pacífica entre os estudiosos da violência no Brasil diz respeito ao papel que teria tido ou não o grupo criminoso organizado PCC (Primeiro Comando da Capital) na redução da violência letal que o Estado de São Paulo experimentou nos anos 2000. De um lado do debate acadêmico tem-se pesquisas fortemente qualitativas, baseadas em etnografias (DIAS, C. N., 2011; WILLIS, 2015; FELTRAN, 2010) que defendem que a chegada do PCC em São Paulo monopolizou a violência urbana de modo a diminuir as taxas de homicídios e do outro lado tem-se pesquisas eminentemente quantitativas e inferenciais (JUSTOS, M., KAHN, T., CERQUEIRA, DRC., 2016), que constroem modelos estatísticos e chegam à conclusão de que não existiriam elementos para sustentar tal hipótese – que a responsabilidade pela redução dos homicídios teria sido do grupo criminoso organizado na queda dos homicídios e não de outros fatores concomitantes. Vejamos algumas citações conclusivas desses trabalhos. Em sua dissertação (DIAS, 2011), citando outro pesquisador afirma:

(...) a interrupção das cadeias de vinganças privadas é um dos significados mais importantes do sentido de justiça implícito nos debates promovidos para

solucionar conflitos interpessoais no âmbito do poder do PCC. Este bloqueio tem uma incidência direta na queda das taxas de homicídios em São Paulo, sendo que outros fatores comumente acionados para explicar este último fenômeno social (desarmamento, atuação de organizações ou projetos sociais do governo, mudança demográfica) **são dinâmicas acessórias da mudança, quando vistos do ponto de vista da periferia** (DIAS,2011, pág. 329, grifo nosso).

Na parte grifada fica explícito que as conclusões tiradas dependem fortemente de uma percepção local e circunstanciada dos próprios sujeitos investigados, diferente do tipo evidência utilizada a seguir. É preciso fazer justiça ao dizer que após esse parágrafo, a pesquisadora, em uma nota de rodapé, faz referência ao não consenso sobre tal ideia⁸. No entanto, apesar dessa ressalva, a pesquisadora conclui no final do trabalho:

Ainda que outros fatores possam ser elencados para explicar essa queda, a velocidade com que ela ocorreu e a extensão que ela adquiriu num período relativamente curto, não encontram ressonância nas explicações oficiais para este fenômeno. Esta compreensão deve considerar os efeitos políticos e sociais da emergência desta organização que monopolizou as oportunidades de poder político e econômico relativos ao “mundo do crime”, desenvolveu mecanismos de controle social que produziram uma drástica redução do uso da violência física nos conflitos interpessoais e, assim, possibilitaram a *imposição da paz* nestes territórios. (DIAS, 2011, pág. 332, grifos do autor)

A outra versão metodológica da história, em um trabalho com o uso de modelos estatísticos, não negam que o PCC possa ter sido o responsável pela redução dos homicídios em São Paulo, afirmam exclusivamente que não haveria dados que permitissem confirmar tal hipótese ou até mesmo que ela seria assim falseada. Esse tipo de controvérsia é interessante para que se perceba o que é que se entende como uma evidência científica válida ou não para uma corrente ou metodologia com pretensões científicas. Vejamos a conclusão dos pesquisadores que utilizaram metodologia quantitativa, corroborando também outras pesquisas do gênero, elencando outros fatores e, em seguida, a tabela com os dados:

⁸ “Porém, esse entendimento não é consensual entre pesquisadores que avaliam o alcance, peso e correlação em outras variáveis como indicadores de mudanças no perfil demográfico da população jovem, mudanças políticas sociais e urbanas, multiplicação da rede de organizações não-governamentais de proteção sociais assim como de mudanças na segurança pública (como policiamento, desarmamento, encarceramento). Esses estudos argumentam ser difícil mensurar os efeitos objetivos das práticas de justiça do PCC na redução das taxas de homicídio. Ver a respeito Goertzel & Kahn(2009) , Peres et alii (2011), Cerqueira (2011).” (DIAS, 2011, pág. 329).

Não encontramos evidências estatísticas de que a presença e força do PCC tenha tido algum papel na variação da taxa de homicídios no período analisado. Nossos resultados não sustentam a hipótese PCC no nível do Estado de São Paulo. Corroboram, porém, os resultados dos estudos empíricos anteriores com relação ao papel das condições do mercado de trabalho (Justus e Kassouf, 2013; Cerqueira e Moura, 2015; Dix Carneiro et al., 2016), da mudança demográfica (Dix Carneiro et al., 2010; Cerqueira e Moura, 2014), do Infocrim (Cabral, 2016), da menor circulação de armas de fogo (Hartung, 2009; Cerqueira, 2014; Justus e Kassouf, 2013) do aumento da taxa de atendimento escolar (Chioda et al., 2015; Cerqueira e Moura, 2015), e da Lei Seca (Biderman et al., 2010) (JUSTOS,M., KAHN.T., CERQUEIRA, DRC., pág. 15, 2016).

Tabela 1

Tabela 3: Resultados das estimações em primeira diferença com controle para a dependência espacial na taxa de homicídios

Variáveis	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Whomicide	1,743*** (0,346)	1,722*** (0,348)	1,727*** (0,347)	1,404*** (0,389)	1,390*** (0,388)
household income	0,601 (0,402)	0,593 (0,402)	0,600 (0,402)	1,287*** (0,481)	1,286*** (0,481)
young men	0,437** (0,176)	0,437** (0,176)	0,434** (0,176)	0,342* (0,198)	0,346* (0,198)
urban	0,263*** (0,0928)	0,263*** (0,0929)	0,262*** (0,0930)	0,137 (0,103)	0,139 (0,102)
school attendance	-0,200*** (0,0765)	-0,201*** (0,0761)	-0,200*** (0,0765)	-0,216** (0,0922)	-0,218** (0,0919)
unemployment	0,474*** (0,134)	0,475*** (0,134)	0,475*** (0,134)	0,361** (0,176)	0,361** (0,176)
PCC/population		-0,103 (0,200)		0,0683 (0,220)	
PCC/density			-21,43 (33,22)		0,246 (62,64)
alcohol				-1,096 (1,015)	-1,102 (1,014)
guns				0,0240* (0,0133)	0,0237* (0,0134)
prisons				-1,041*** (0,227)	-1,041*** (0,230)
infocrim				-4,833** (1,967)	-4,851** (1,967)
dry law				-8,551** (4,328)	-8,574** (4,328)
municipal guards				-3,561*** (0,887)	-3,540*** (0,889)
Trend	-1,521 (1,199)	-1,475 (1,205)	-1,484 (1,207)	-0,571 (1,355)	-0,557 (1,357)
Número de observações	644	644	644	413	413
R ²	0,153	0,153	0,153	0,384	0,384

Notas: Erros padrão robustos entre parênteses; ***, ** e * indicam significância estatística a 1%, 5% e 10%, respectivamente. As fontes dos dados estão na Seção 4.4.

(JUSTOS,M., KAHN.T., CERQUEIRA, DRC., pág. 13, 2016)

Enquanto os pesquisadores que utilizaram metodologia qualitativa, apesar de reconhecerem o não consenso sobre o tema, permitiram-se fazer uma afirmação generalizante sobre a sua investigação, qual seja, de que o PCC teria sido o responsável pela redução dos homicídios no Estado de São Paulo “do ponto de vista da periferia”, os pesquisadores que utilizam metodologia quantitativa entendem que não haveria dados que nos pudessem fazer afirmar a responsabilidade do PCC na redução dos homicídios, desconsiderando, então, pesquisas qualitativas *in loco* e as percepções dos “nativos” como evidência científica válida. A questão aqui evidencia as diferenças metodológicas quanto à causalidade na investigação social empírica. Enfatizando, de um lado, etnografias em bairros específicos dão conta, através de entrevistas e observação participante, do papel causal do grupo criminoso na redução da violência letal no bairro; etnografias em outros bairros corroboram a hipótese a partir dos discursos dos próprios moradores. Por outro lado, apesar dessas pesquisas, uma outra abordagem entende que só a modelização estatística é capaz de tratar adequadamente a questão, chegando à conclusão da inexistência de qualquer evidência a respeito da “hipótese PCC”.

A ideia aqui não é acusar de irracionais os argumentos dos pesquisadores, mas evidenciar que perspectivas metodológicas distintas dentro do campo das ciências sociais ainda convivem, realizando empreitadas de pesquisas de maneiras diametralmente distintas, mesmo se tratando de um mesmo objeto. Um passo epistemológico e metodológico importante a se dar, é o de propiciar uma discussão sobre os fundamentos da realidade e da investigação social de modo a esclarecer os pontos de vistas teóricos que fundamentam esses modelos de investigação e o que parece tornar possível tal complexidade e diversidade nas investigações sociais. A seguir, exploraremos outra pesquisa empírica no campo da sociologia da violência.

1.2 Sociologia do medo e da violência em uma cidade do interior do Estado do Ceará: Estatístico inferencial e qualitativo descritivo

Em 2017 realizamos uma pesquisa empírica a respeito do processo de interiorização da violência no Estado do Ceará. Em parte dessa pesquisa observamos as reverberações sociais desse recrudescimento da violência em uma cidade do interior do Estado do Ceará: Limoeiro do Norte, localizada no Vale do Jaguaribe, há 200km de Fortaleza⁹. Procuramos então conciliar a abordagem qualitativa e interpretativa – realizando entrevistas e etnografias – com a abordagem quantitativa e supostamente explicativa – a partir de dados coletados com a aplicação de questionários.

Reproduziremos a seguir, de forma resumida, a contextualização e os resultados de dois capítulos da pesquisa realizada que acreditamos representar empiricamente os modelos de investigação tratados de maneira teórica nessa dissertação a partir do próximo capítulo. Primeiro, realizamos testes estatísticos a partir de dados do questionário aplicado, buscando realizar algumas inferências sobre a percepção do crescimento da violência e do medo na zona urbana da cidade de Limoeiro do Norte e as suas consequências. Em seguida abordamos as repercussões da violência e do medo na zona rural da cidade através de material qualitativo, como entrevistas e observação participante. Vejamos.

1.2.1 Testes estatísticos sobre o medo e a violência em Limoeiro do Norte-CE

Nessa parte quantitativa e entendida como inferencial do trabalho, a nossa hipótese era de que o contexto de violência urbana e difusa (BARREIRA, 2013) em uma cidade de pequeno a médio porte do interior do Ceará, com fortes marcas de relações e hábitos tradicionais, tende a amplificar o medo e alterar de maneira mais drástica as ações cotidianas. Diferentemente da pistolagem, que é seletiva e que chama a atenção popular por muitas vezes atingir líderes comunitários ou conflitos políticos de todo tipo, tendo

⁹ Segundo levantamento IBGE 2010, Limoeiro do Norte possui 56.281, com estimativa de 57.782 para 2014. Sua população se divide em 57,7 % em área urbana e 42,3 em área rural.

como executores assassinos que criam certa notabilidade, a violência urbana difusa se caracteriza por ser espalhada no tecido social, imprevisível quanto a quem vai atingir e, mesmo havendo seletividade, prejudicando principalmente as populações pobres, negras e das regiões menos assistidas, o medo é generalizado.

Um aspecto comum da vida social nas pequenas cidades é o ato de sentar-se nas calçadas ao entardecer e entrar pela noite. A partir do questionário pudemos constatar um alto grau de pessoas que deixaram de sentar à calçada por medo da violência (73%) e, a partir desse dado, realizamos uma análise estatística de regressão múltipla com outras respostas, onde se tentou descobrir qual seria a principal variável que estaria relacionada com a escolha de deixar de sentar-se na calçada por medo da violência. Pudemos concluir que, mesmo controlando por outras variáveis, o medo de ter objetos pessoais roubados foi o único que apresentou significância estatística.¹⁰

Tabela 2

Coefficientes^a

Modelo	Coefficientes não padronizados		Coefficientes padronizados	t	Sig.
	B	Modelo padrão	Beta		
1 (Constante)	1,533	,324		4,732	,000
Idade	-,003	,003	-,115	-1,143	,256
Você já foi vítima de algum crime em Limoeiro do Norte como roubo, furto ou agressão?	-,059	,090	-,066	-,653	,515
Sexo	,012	,095	,013	,122	,903
A quanto tempo a violência parece ter aumentado?	-,003	,002	-,160	-1,609	,111
Você tem medo de ter objetos pessoais roubados?	,150	,067	,236	2,226	,028
Houve algum assassinato ou tentativa de assassinato de um amigo ou conhecido nos últimos quatro anos?	,031	,043	,071	,724	,471

a. Variável dependente: Você tinha o hábito de sentar na calçada a noite e deixou ou diminuiu por medo da violência

Elaboração própria a partir dos dados do questionário.

10 O sig. é de 0,028, quando o mínimo aceitável é 0,05, o que quer dizer que a probabilidade dessa correlação ser aleatória é muito baixa, sendo então o resultado significativo como correlação da variável.

Ou seja, a atitude de deixar de sentar à calçada se relaciona mais fortemente com o medo de ter objetos pessoais roubados, do que mesmo ter sido vítima de algum crime como roubo, furto ou agressão, ajudando a fortalecer a tese de que o medo não é apenas um reflexo da violência, mas a sua amplificação, por vezes irreal, da possibilidade de ser atingido por qualquer ação considerada violenta. Essa dimensão do medo como um fenômeno que ecoa de maneira exponencial qualquer exemplo singular pôde ser observado no próximo teste, que analisa a relação entre perceber a cidade mais violenta e a vitimização, pessoal e alheia.

Realizamos uma correlação simples de Pearson entre as variáveis “Acreditar que a cidade está mais violenta” e “Ter algum parente ou amigo próximo que foi vítima de algum crime”. A tabela a seguir mostra uma correlação entre essas duas variáveis, com alto grau de significância estatística¹¹, enquanto a variável “Você já foi vítima de algum crime em Limoeiro do Norte como roubo, furto ou agressão” não mostrou correlação significativa. O que nos levou a supor que o medo é muito mais resultado da amplificação dos relatos de outras pessoas, amigos e parentes, do que do fato de se ter vivenciado algum tipo de crime. Nesse sentido, o resultado reforçou a ideia que defendemos ao longo do trabalho monográfico de que a proximidade possibilitada por residentes de uma pequena cidade, junto ao conhecimento de amigos e conhecidos vítimas da violência amplificam fortemente a sensação de risco. O teste ajuda a sustentar a tese de que a percepção da violência em uma cidade como Limoeiro do Norte é amplificada pela proximidade social.

¹¹ 0,262 de correlação com muito baixa probabilidade do resultado ser aleatório, com índice de 0,009.

Tabela 3

Correlações

		Você acha que a cidade de Limoeiro do Norte está mais perigosa?	Você já foi vítima de algum crime em Limoeiro do Norte como roubo, furto ou agressão?	Você tem algum parente ou amigo próximo que foi vítima de algum crime?
Você acha que a cidade de Limoeiro do Norte está mais perigosa?	Correlação de Pearson Sig. (2 extremidades) N	1 100	,032 ,751 100	,262** ,009 100
Você já foi vítima de algum crime em Limoeiro do Norte como roubo, furto ou agressão?	Correlação de Pearson Sig. (2 extremidades) N	,032 ,751 100	1 100	,032 ,755 100
Você tem algum parente ou amigo próximo que foi vítima de algum crime?	Correlação de Pearson Sig. (2 extremidades) N	,262** ,009 100	,032 ,755 100	1 100

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Elaboração própria a partir dos dados do questionário.

Pudemos constatar dois resultados principais com os testes estatísticos acima descritos: 1) Que a mudança de hábitos como o de sentar à calçada por medo da violência se relaciona muito mais com o medo de ter objetos pessoais roubados do que com o fato de ter já sido vítima de algum crime. Além disso, variáveis como sexo e idade não oferecem nenhuma preponderância na mudança de hábitos, evidenciando o caráter difuso desse medo e das mudanças de práticas e relações sociais. 2) Um segundo resultado é que percepções sobre a cidade estar mais violenta nos últimos anos não tem significância estatística com ter sido vítima, mas com ter algum parente ou amigo próximo que foi vítima de algum crime. Em uma cidade de pequeno a médio porte e, principalmente, restringindo o universo à população urbana onde o questionário foi aplicado, tais resultados nos levou a rejeitar a hipótese nula de que não haveria uma relação entre proximidade social e aumento da percepção da violência.

1.2.2 Investigações interpretativas sobre o urbano, o rural e a violência em Limoeiro do Norte-CE

Nesta parte do trabalho destacamos as novas relações entre o urbano e o rural em Limoeiro do Norte, com a existência de um *continuum* maior entre as duas regiões se comparado com o passado, possibilitado pelos meios de transporte (especialmente motos) e os meios de comunicação. Evidenciando como essas transformações contribuíram com o crescimento de um tipo de violência com características mais propriamente urbanas (assaltos, furtos, resolução de conflitos por arma de fogo etc) do que a violência de outrora, marcada pela pistolagem¹².

Através de observação de campo e entrevistas, a partir das categorias “êmicas” dos indivíduos, pudemos perceber como essa nova dinâmica, de valores e práticas sociais são assimilados de modo a criar contextos híbridos e novas situações sociais. Um indivíduo de um meio predominantemente urbano provavelmente estranharia ao se deparar, nas zonas rurais das cidades do interior do Estado, com pessoas “tangendo” o gado de moto e utilizando muitas vezes a buzina, no lugar do aboio. Pudemos notar a percepção do crescimento da violência a partir de falas em entrevistas com agricultores com cerca de 80 anos, como a que se segue, realizada em distrito rural de Limoeiro do Norte:

(...) quando eu era rapazinho novo já mataram Chico Alcides¹³, no Congo (distrito rural de Limoeiro), foi um dos primeiros que eu vi morto de faca, eu era novo, foi há uns 60 anos atrás, Ave Maria, (na época) era uma coisa “medonha”, ainda mais que era uma pessoa conhecida nossa, mas demorou longe... longe...e se falar de aqui por perto deve estar com uns dez anos que aumentou muito. Se conta várias mortes, de várias pessoas que a gente não esperava nunca ver. (...) vinha até pouco pra cá e hoje a gente quase só vive com medo. Por que se está em casa tá com medo de que cheguem pra assaltar e se não tiver dinheiro matam, se é no caminho¹⁴ é um perigo medóim.

12 Essa pesquisa foi realizada sob os pressupostos teóricos que tratam de dividir os modelos de investigação, posição a que Giddens se contrapõe, como veremos. A forma mais descritiva desse tópico se relaciona, portanto, diretamente com os argumentos teóricos sobre a distinção entre os modelos explicativos causais e a forma interpretativista, que trataremos teoricamente a partir do próximo capítulo.

13 Este nome e todos os outros citados ao longo desse capítulo são nomes fictícios, com vistas a manter o anonimato dos entrevistados.

14 No sentido de “na estrada para casa”.

A morte citada pelo entrevistado teria se dado no campo da honra por conta de uma desavença entre um indivíduo e um sanfoneiro, o irmão do sanfoneiro acabou sendo vítima. É interessante notar que esse tipo de morte causava grande comoção (“era uma coisa medonha”). Quando indagado sobre o histórico de violência na região José Antônio lembra casos de 60 anos atrás.

É importante notar que as mortes presenciadas na sua juventude se contam nos dedos, tem motivações no campo da honra e tem a arma branca como instrumento principal. Mortes desse tipo eram de causar grande estranhamento aos locais, havendo inclusive, segundo nos confidenciou o entrevistado, estórias contadas que afirmavam que não se podia tocar no sangue do morto, causando uma espécie de maldição ou “mau agouro” a quem o fizesse. Observamos que outra dinâmica que causa notório desassossego no cotidiano das comunidades rurais de Limoeiro do Norte é o furto de animais, especialmente no período mais seco do semiárido cearense. Indagado sobre o assunto, o entrevistado relatou muitos casos e contou os detalhes dos procedimentos.

No setor¹⁵, de gado, roubaram muito no verão¹⁶, muitas vezes. Ali vizinho aonde está nosso gado roubaram 5 reis¹⁷ de uma vez, quatro vacas de leite e um touro zebu. E agora há pouco roubaram 5 vacas de um rapaz ali do setor. [...]Mata, deixa as cabeças e os mocotós...uns deixam os couros, outros levam até os couros. Às vezes tiram o fato. Ultimamente roubaram quatro vacas de um rapaz ali... [...] param uns dias assim e quando dá fê... talvez esteja com uns dois meses que roubaram ali nas lajes¹⁸, na casa de Zé de Anchieta, que é tio da mulher de Francisco (filho), roubaram umas criações¹⁹...tem um velhinho morando lá, só... e chegou, tacaram o pé na porta nove horas da noite[...]chegaram o “véi” tava deitado numa cama...deixaram amarrado, encostaram o carro no chiqueiro da criação, que tinha muita criação, aí roubaram, levaram a que quiseram, escolhendo...não tinha gente em casa! Mas disseram a Francisco que roubaram 50 cabeças.

A desconfiança dos agricultores é que os efetuidores de tais roubos e furtos são, senão agricultores das redondezas, pessoas que têm a ajuda dos mesmos. Eles acreditam que só assim seria possível que se soubesse onde estão os currais com animais, onde

15 Pequeno distrito rural de Limoeiro, próximo ao Congo, com famílias que receberam lotes para produção via reforma agrária há cerca de 25 anos.

16 Em geral os residentes da zona rural de Limoeiro do Norte se referem à estação chuvosa como “inverno”, sendo predominante a partir de dezembro e primeiros meses do ano e à estação seca de “verão”, no restante dos meses, dividindo assim o ano em apenas duas temporadas climáticas.

17 1 reis = 1 bovino adulto.

18 Distrito rural próximo.

19 Caprinos e ovinos

haveriam casas vulneráveis, ou mesmo para a realização da captura, execução e corte, o que exige habilidades específicas de manuseio com os bovinos, caprinos e ovinos, que normalmente foge aos conhecimentos de um residente urbano não-treinado na zona rural. Em perímetros rurais como os de Limoeiro do Norte, onde todos se conhecem, a impressão de que alguém da vizinhança está roubando seus animais amplifica fortemente os laços de desconfiança e de insegurança colaborativa para as mais diversas atividades. Observamos também como a violência e o medo têm gerado êxodos para as cidades ou para regiões rurais menos isoladas.

Vish, esse rapaz que mora aí e tem um bodeguinha, João o nome dele, deixou de morar nos Patos²⁰, numa casinha dele, plantava, terreno de planta, comprou uma casinha e tá morando aí há dois anos, no beijo da rodagem²¹. Tem, agora mesmo, tem um rapaz que comprou uma casa há pouco tempo pra morar. O povo de Zé Antônio, moravam lá perto de Zé Bezerra, compraram uma casinha e estão morando ali, fecharam lá, tá tudo fechado as casas lá. As casas estão poucas com gente. Lá nas Lajes só tem Francisco Raimundo e Zé da Silva e no Açudinho só tem Luiz Acácio e um genro ou dois, pronto. Não tem mais João da Costa, nem Zé Oliveira, nem Marcondes, nem Zé Armando. Só por medo. E tem que vir, senão morre lá. Luiz Acácio morava aqui, foi assaltado três vezes e ainda disseram "depois nós vêm buscar dinheiro [de novo]". Aí que ele resolveu vir simhora.

O medo e a insegurança nesses contextos rurais motivam ações diferentes daquelas no centro da cidade. Enquanto na zona urbana segue a lógica do isolamento em casa, do resto da sociedade, com a construção de muros, cercas elétricas e, em última instância, a contratação de vigilantes, na zona rural o sentido é de aproximação. O que quer dizer construção de casas próximo a parentes e em locais de maior movimentação, mudanças para distritos rurais mais povoados e, em última instância, mudança para as sedes urbanas das cidades.

Coube principalmente aqui registrar, de maneira resumida, práticas e relações sociais em um contexto rural perpassado pela violência e o medo, sendo para isso imprescindível procurar compreender de alguma maneira as categorias que os próprios indivíduos usam para dar prosseguimento em suas vidas e, partindo sempre das lógicas

20 Distrito rural próximo, com menor concentração populacional, no caso específico. Neste trecho, o entrevistado cita outros casos de pessoas que moravam em distritos rurais com casas mais afastadas umas das outras e se mudaram para localidades mais densas e com casas mais próximas.

21 Próximo ao asfalto que leva à sede do município.

contextuais de significação, realizar uma investigação mais detalhada, no entanto mais contingente.

Com as entrevistas e observações de campo, registramos relações e valores importantes para a pesquisa, percebendo fenômenos como a maior integração entre a zona urbana e rural da cidade facilitada pelo uso de motocicletas, aspectos do medo e da mudança de hábitos, como os êxodos rurais por conta da violência e as significações sobre o roubo de animais, especialmente no período mais seco do ano e assim por diante. Além de outras percepções sobre transformações, como a comparação com a tranquilidade de outrora, em que os assassinatos eram lembrados nominalmente e o crescimento do medo, mesmo em uma região que fora e é marcada pela pistolagem, evidenciando transformações nas dinâmicas violentas, sempre a partir das categorias mobilizadas pelos entrevistados. Enfim, o entendimento aqui seria puramente descritivo e não-causal.

1.3 Rápidos apontamentos metodológicos

Na pesquisa social empírica, é comum o contraste entre esses dois modelos de investigação em que, de um lado teríamos pesquisas de caráter explicativo causal a nível macro e, de outro, pesquisas contextuais que se realizam a partir do entendimento das razões dos indivíduos, deixando de lado qualquer pretensão explicativa e centrando-se na compreensão interpretativa das relações sociais. Por vezes, esse entendimento também acompanha outras divisões, como a que entende que ao primeiro modelo estaria restrito o estudo quantitativo e ao segundo o trabalho qualitativo.

Essas afinidades ocorrem por alguns motivos. Muitas vezes, a pesquisa quantitativa tem o experimento como ideal a ser buscado e o uso de contrafactuais serve a esse fim, na medida em que se compara e controla dois grupos idênticos com um elemento diferente em um dos grupos, para se avaliar o efeito específico desse elemento selecionado: o controle estatístico nas regressões tenta se aproximar desse ideal experimental (BABBIE, 2003, pág. 56). Além do mais, modelos de regressão só funcionam com uma série de pressupostos

sobre a distribuição normal dos dados, pressuposto também na natureza, fundamentando-se, então, na busca por regularidades, fundamentalmente.

Por outro lado, a pesquisa qualitativa se distinguiria por aquilo que Geertz chama de “descrição densa” (GEERTZ, 2008) o esgotamento da descrição dos fenômenos e a ideia de que o entendimento do que ocorre está nas ações e nas motivações dos indivíduos e não em fatores externos aos mesmos, seguindo aqui a linha traçada por Weber do estudo do sentido subjetivamente visado pelos indivíduos. Tal metodologia está bem presente em trabalhos qualitativos, etnografias de maneira geral e análises de discurso.

Os analistas de discurso estão interessados nos textos em si mesmos, em vez de considerá-los como um meio de “chegar a” alguma realidade que é pensada como existindo por detrás do discurso – seja ela social, psicológica ou material. Este enfoque separa claramente analistas de discurso de alguns outros cientistas sociais, cujo interesse na linguagem é geralmente limitado a descobrir “o que realmente aconteceu”, ou qual é realmente a atitude de um indivíduo com respeito a X,Y ou Z. Ao invés de ver o discurso como um caminho para outra realidade, os analistas de discurso estão interessados no conteúdo e na organização dos textos (BAUER & GASKELL,2002 ,pág. 247).

Além do mais, parece ser o caso que pesquisas quantitativas tendem a buscar maior validade externa (generalização para outros fenômenos semelhantes ou para a sociedade em geral) e que pesquisas qualitativas separem menos o âmbito narrativo dos entrevistados e o plano factual em estudo, como vimos na pesquisa sobre a atuação do PCC.

Apesar dessas afinidades entre métodos e princípios de investigação, o que pretendemos explorar nessa dissertação é a via média ocupada por Giddens nessa suposta separação. Se alguns princípios metodológicos não são privilégio de uma ou outra abordagem – como, por exemplo, o combate ao viés de confirmação; a busca da neutralidade axiológica; e o interesse por padrões sociais (BABBIE, 2003) – veremos como Giddens entende que a explicação causal também não o é, através de uma ontologia social que contempla a dissolução de outros supostos dualismos, mas tendo, nesse trabalho, a causalidade como núcleo de interesse central.

Como veremos no último capítulo, a posição de Giddens é que as separações não são tao radicais assim, visto que, se de um lado pesquisas etnográficas como a que realizamos estão plenamente autorizadas a afirmar a existência de causalidades, sem com

isso se comprometer com qualquer relação invariante no mundo social, por outro é exigido amplo conhecimento hermenêutico e contextual em pesquisas quantitativas.²² Além do mais, em alguns casos a pesquisa qualitativa pode buscar generalizações e a pesquisa quantitativa não é necessariamente causal, em grande parte das vezes possuindo caráter descritivo ou exploratório e necessitando da dimensão contextual significativa na investigação. Antes de chegar lá, porém, discutiremos os fundamentos teóricos e filosóficos que fundamentam tal divisão nas ciências sociais, especialmente no que se refere ao lugar da causalidade, problema estreitamente relacionado a questão do naturalismo metodológico. Vejamos.

22 “Apesar da distinção aparentemente clara entre métodos qualitativos e quantitativos, alguns sociólogos afirmam que a divisão não é tão sólida como se pensava. Alguns métodos qualitativos também envolvem métricas numéricas e, por outro lado, alguns métodos ostensivamente quantitativos analisam declarações consideradas significativas (Bryman, 2012). Os pesquisadores qualitativos usam softwares para analisar enormes quantidades de texto e material de entrevistas, codificando, classificando e quantificando-os, enquanto alguns estudos quantitativos são realizados por meio de entrevistas semiestruturadas que permitem aos participantes ir além da estrutura fixa de questionários de pesquisadores. O estudo de pesquisas também se interessa pelas atitudes e opiniões das pessoas, o que sugere uma preocupação com significados e interpretação, ao passo que as conclusões retiradas de muitos estudos observacionais da interação social pressupõem implicitamente uma aplicação mais geral. (...) Alguns pesquisadores qualitativos argumentam que mensuração e verificação estatística não são adequadas para o estudo de seres humanos criadores de significado, enquanto pesquisadores quantitativos acham muitos dos métodos adotados por sociólogos qualitativos subjetivos demais para serem confiáveis e irremediavelmente individualistas. Contudo, um número cada vez maior de projetos adota hoje abordagens de ‘métodos mistos’, que aplicam tanto o método quantitativo quanto o qualitativo. As descobertas consistentes com os métodos quantitativos e qualitativos tendem a ser mais válidas e confiáveis do que as obtidas aplicando-se apenas um deles” (GIDDENS & SUTTON, 2017, pág. 56 e 57).

CAPÍTULO 2

Algumas questões a respeito do naturalismo metodológico e a causalidade na explicação sociológica

Compreendemos que a realização de discussões teóricas podem contribuir de alguma maneira para esclarecer certas formas de se estudar o mundo social, na medida em que as fundamenta. Por isso, neste capítulo, discutiremos alguns aspectos eminentemente epistemológicos sobre a investigação social no que se à causalidade na explicação social, passando por diversos pensadores da tradição filosófica e sociológica, em uma rápida e não-exaustiva revisão bibliográfica. Procuraremos explorar antecedentes filosóficos e sociológicos do debate, perpassando rapidamente pontos na filosofia moderna e na sociologia clássica com vistas a exibir a perenidade, explícita ou implícita, da problemática da adequação do naturalismo metodológico nas ciências sociais e, em especial, o lugar da causalidade nessa discussão, com as suas consequências sob o modo de se investigar as relações sociais. Esperamos com esse capítulo levantar a questão teórica a que a teoria da estruturação de Giddens será relacionada no próximo capítulo.

2.1 Velhas e novas questões “sociofilosóficas” em torno da causalidade na explicação social

Na Metafísica Aristotélica a noção de causa ocupa lugar central como maneira de explicar o movimento das substâncias. Para o filósofo, quatro causas devem ser elencadas para que se consiga uma explicação completa de um objeto qualquer: a causa formal (a forma do objeto em questão), a causa material (que diz respeito à matéria da qual a coisa é feita), a causa eficiente, (sendo aquilo que é o agente do movimento ou origem do objeto em questão) e a causa final (a finalidade da existência do objeto). Um dos exemplos mais ilustrativos e utilizados é o da estátua. Uma estátua tem como (i) causa formal a sua forma

ou figura representada, como (ii) causa material o bronze ou o mármore, como (iii) causa eficiente o escultor que executou a obra e como (iv) causa final o interesse, por exemplo, de enfeitar o jardim de uma casa (ANGIONI, 2011).

Seguindo o princípio de que “A filosofia é conhecimento da verdade e o conhecimento da verdade é o conhecimento das causas” (ARISTÓTELES, 2002, pág. 71), a metafísica aristotélica teve grande influência na forma de se investigar o mundo nos séculos seguintes. Entre os séculos XVI e XVII, porém, a filosofia aristotélica sofreria algumas críticas, dentre as quais as formuladas por aquele que é considerado um dos pais do empirismo moderno, o inglês Francis Bacon.

Em seu *Novum Organum* (1979), Bacon questiona a utilidade da causa formal às ciências, restringindo-a à discussão metafísica e, principalmente, da causal final para o tratamento da natureza (ZATERKA, 2012). No caso da estátua, por se tratar de uma obra humana, compreendemos sua causa final através do que é definido pelo escultor ou aquele que encomendou a obra, mas do ponto de vista da física, por exemplo, não haveria nenhuma finalidade de que os corpos se movimentassem de uma maneira x, quando colocadas em uma situação y, contrariando o estagirita que entendia haver finalidades no mundo físico: para Aristóteles, um objeto se direciona ao solo, quando lançado, por exemplo, por ter como causa final o retorno ao centro da terra, seu suposto lugar natural.

Bacon retira a teleologia do mundo físico, então, entendendo-a não só como desnecessária, mas como prejudicial aos assuntos da ciência natural:

Pois o tratamento das causas finais misturadas com as demais nas investigações físicas interceptou a investigação severa e diligente de todas as causas reais e físicas, e deu ocasião aos homens de deterem-se nessas causas meramente agradáveis e especiosas, com grande freio e prejuízo de outros descobrimentos. Isso encontro feito não só por Platão, que sempre lança a âncora nessa margem, mas por Aristóteles, Galeno e outros, que também caem usualmente sobre esses baixios das causas discursivas (BACON, 1963, III, p. 358 citado por ZATERKA, 2012, pág. 685).

A nova ciência de Bacon, Galileu, Newton e outros, que estava em surgimento romperia com a tradição aristotélica, daí o fato de terem existido discussões filosóficas que tratavam sobre a existência de duas tradições na história das ideias e da ciência, sendo uma tradição aristotélica, marcada pelas explicações teleológicas ou finalistas e uma tradição

mais moderna, que rejeitaria as influências filosóficas se preocupando em fornecer explicações causais mecanicistas (VON WRIGHT, 1971).

A produção filosófica é repleta de exemplos em que há a percepção de um acréscimo de complexidade quando se trata do estudo da realidade humana, seja em filosofias como a de Descartes, que entende haver uma distinção de inteligência entre os seres humanos e os outros animais, baseado na suposição que aqueles seriam possuidores de uma alma distinta destes (DESCARTES, 1996, pág. 65) ou a separação feita por Paul Veyne, fazendo referência a uma caracterização aristotélica dos corpos celestes, entre conhecimento supralunar (típico das ciências naturais) e conhecimento sublunar (campo de estudo mais complexo, não formalizável à maneira das ciências duras a que se dedicaria o historiador) (VEYNE, 1998). Na filosofia contemporânea, temos em Searle, uma das principais fontes de recurso à percepção da distinção ontológica entre as dimensões psico/sociais e o restante da natureza.

Esses fenômenos são totalmente diferentes dos fenômenos físicos, como a gravidade ou a energia cinética, por exemplo, e de fenômenos biológicos, como doenças ou caracteres hereditários. Se algo é ou não é uma doença, ou se existem ou não certas relações de atração gravitacional entre duas entidades, esses fatos são completamente independentes do modo pelo qual são representados. (...) Mas, no caso dos fatos sociais, as crenças e os termos que as pessoas usam são parcialmente constitutivos dos fatos. (...) Certo conjunto de relações constitui um casamento, uma promessa, uma propriedade ou uma eleição somente se as pessoas envolvidas pensarem que é dinheiro, casamento, propriedade ou eleição (SEARLE, 2010, pág. 221 e 222).

A crítica ao uso da teleologia como fundamento para explicações do mundo natural feita por Bacon e outros filósofos e cientistas modernos, então, não a elimina totalmente no que se refere a assuntos humanos. Por esse motivo, muito da discussão filosófica no campo da Ética e da filosofia política se baseará na atribuição de finalidades aos seres humanos, seja individualmente ou enquanto coletividade. Nesse sentido, a ideia de que haveria um *telos* na sociedade a ser descoberto pelas ciências humanas terá ainda uma longa vida, com variações, é claro: seja no evolucionismo de Herbert Spencer ou dos primeiros antropólogos, no materialismo histórico de Karl Marx ou na sociologia de Auguste Comte, em que a causa dos fenômenos sociais a serem explicados, fazendo um paralelo com a biologia, tem centralidade na noção de função.

O que parece ter ocorrido nessa transição do pensamento científico é que a noção de *telos*, presente no pensamento aristotélico, torna-se mais próximo da noção de função, preservando a explicação causal monista metodológica, no caso de Comte e seus seguidores e, por outro lado, assumindo uma postura finalista intencional vinculada ao indivíduo na tradição hermenêutica de Dilthey. Vejamos algumas dessas questões.

Auguste Comte, apesar de forte crítico das explicações teleológicas (na lei dos três estágios, é chamado de estado teleológico aquele em que predomina uma forma “animista” e supersticiosa do mundo, atribuindo a entes inteligentes como deuses, as motivações para os acontecimentos naturais), não parece deixar totalmente a teleologia de lado na medida em que assume teses como a de que a sociedade funcionaria como um organismo ou mesmo a ideia de que haveria um fim determinado para a história humana, como a sua própria lei dos três estados pretende sustentar (TURNER; ROTH, 2003).

No seu Curso de Filosofia Positiva, Comte atribui um lugar especial para a biologia e a sociologia, na medida em que acreditava que estas seriam os campos mais complexos do conhecimento, por tratarem de objetos inter-relacionados e estruturados, em contraste com a matemática, astronomia, física e química que lidariam com objetos separados uns dos outros. Seguindo essa lógica de raciocínio, o estudo da sociedade, assim como da biologia, só poderia se dar através das suas estruturas funcionais gerais para então se entender aspectos particulares, diferentemente das outras ciências, que partiriam de observações particulares, e então, alcançariam generalizações.

Da mesma maneira que se explica, na biologia, o funcionamento de um órgão como o pulmão, pelas funções que o mesmo desempenha na manutenção e contribuição que dá ao corpo humano (oxigenação do sangue e eliminação do dióxido de carbono), assim também deveria proceder a sociologia perscrutando a função da religião, da economia e da família na “saúde do corpo social”, não à toa, tais ideias também são conhecidas como “organicismo”.

Com efeito, cada servidor da Humanidade deve sempre ser apreciado sob dois aspectos distintos, embora simultâneos, primeiro, em relação ao seu ofício especial, depois, quanto à harmonia geral. O primeiro dever de todo órgão social consiste, sem dúvida, em bem preencher sua própria função. Mas a boa ordem exige também que cada um assista, tanto quanto possível, à realização dos outros ofícios quaisquer. Semelhante atributo torna-se mesmo o caráter principal do

organismo coletivo, em virtude da natureza inteligente e livre de todos os seus agentes (COMTE, 1978, pág. 254).

A descoberta dessas funções significaria, para Comte, encontrar conhecimentos “positivos”, ou seja, exatos e fundamentados cientificamente, vindo daí a origem do termo “positivismo”, diferente do tipo de conhecimento produzido pelos estágios anteriores do desenvolvimento social (metafísico e religioso).

O espírito positivo (...) é o único a poder representar convenientemente todas as grandes épocas históricas, como tantas fases determinadas duma mesma evolução fundamental, onde cada uma resulta da precedente e prepara a seguinte, segundo leis invariáveis que fixam sua participação especial na progressão comum, de maneira a sempre permitir, sem maior inconseqüência do que parcialidade, fazer exata justiça filosófica a qualquer sorte de cooperação (COMTE, 1978, pág. 70).

Sendo assim, o conhecimento sociológico mediado pela noção de função independia de qualquer interpretação sobre o significado que os indivíduos dão ao mundo social e as relações nas quais interage, sendo as causas de fenômenos como a religião, por exemplo, buscados na contribuição que a mesma fornece à manutenção do “corpo” da sociedade. Comte entendia que a religião funcionava como uma espécie de “cola social”, agregando os indivíduos, possuindo tanto funções morais individuais de disciplina, quanto políticas, congregando os indivíduos em comunidade (BOURDEAU, 2018).

Essas e outras ideias de Comte posteriormente viriam a influenciar Émile Durkheim, que pretendia explicar a divisão do trabalho fazendo referência ao papel de reforço que a mesma teria em aumentar o nível de integração social através de um tipo específico de solidariedade (orgânica). Termos como "normal e patológico" e outras analogias entre organismo e sociedade são comuns. A linguagem mais claramente metafísica da existência de propósitos no corpo social em Comte torna-se então, com o funcionalismo durkheimiano, menos ostensiva, mas ainda presente (TURNER; ROTH, 2003).

Émile Durkheim era claramente um naturalista metodológico, encarando os “fatos sociais como coisas”, buscava explicações de cunho causal para os fenômenos que estudava, quando não no modelo “variável dependente x variável independente” mais claro

em *O suicídio* (2000), tinha na noção de “função”, retirada da biologia, o complemento que finalizaria a investigação sociológica dando-lhe o que seria a forma científica de análise. Vejamos o próprio Durkheim discutindo sobre como o direito e os costumes são a melhor maneira de se estudar a solidariedade social, não sendo esta manifesta nas ações diretas dos indivíduos:

Mas só podemos conhecer cientificamente as causas pelos efeitos que elas produzem; e, para melhor determinar sua natureza, a ciência apenas escolhe entre esses resultados os que são mais objetivos e que melhor se prestam à medida. Ela estuda o calor através das variações de volume que as mudanças de temperatura produzem nos corpos, a eletricidade através de seus efeitos físico-químicos, a força através do movimento. Por que a solidariedade social seria uma exceção? (DURKHEIM, 1999, pág. 33).

Nessa situação podemos ver como não se cogita explicar a solidariedade social através do que os indivíduos pensam ou da observação de suas relações, mas tão somente a partir de fatores externos, que fogem às suas capacidades reflexivas. Assim, sendo fortemente influenciado pelo espírito intelectual do século XIX, que se preocupava mais fortemente com a ideia de causa e origem (vide obras como *A origem das espécies* de Darwin e *A origem da família, da propriedade privada e do estado* de Engels), a ideia de função completaria o quebra-cabeças da investigação social, para o sociólogo francês, mantendo tal postura mesmo quando da sua produção mais madura voltada às discussões a respeito das representações coletivas como em *Algumas formas primitivas de classificação* (1990), onde explica as mudanças nos sistemas totêmicos com o mesmo raciocínio, bem como em *As formas elementares da vida religiosa* (1989), onde expõe o papel da religião na formação do pensamento e na manutenção do corpo social. Nessas obras, a consciência coletiva é pensada ainda no sentido de sua contribuição na manutenção da ordem social, estando as respostas sociológicas em “fatos sociais” que são gerais, exteriores e que se impõem aos indivíduos; em última instância, Durkheim pretende, com a sua investigação, chegar a explicações causais gerais que se aproximem de leis.

Sendo assim, pode-se destacar aqui dois aspectos de interesse à problemática levantada, no que diz respeito à abordagem durkheimiana. Em primeiro lugar a explicação para os fenômenos sociais não depende do sentido que os sujeitos dão às suas ações: a

divisão do trabalho, o suicídio ou a vida religiosa são explicados por fatores externos à subjetividade dos indivíduos, geralmente se referindo à manutenção do corpo social. Em segundo lugar, essas explicações têm a pretensão de esgotar a explanação desses fenômenos sociais, em termos contemporâneos, exaurir as variáveis explicativas dos fenômenos que estuda.

No caso da tradição hermenêutica, o propósito ou teleologia passa a residir nos indivíduos, na medida em que se compreende as ações a partir dos seus sentidos e não com propósitos supraindividuais, oferecendo uma virada importante no pensamento social e complexificando-o. Aqui o fim não é mais um destino preestabelecido, mas tão somente aquele determinado pelos atores, podendo ser observado de maneira contingente e contextual, variando a partir das situações históricas e sendo papel do cientista observá-las. Além disso, a dimensão estrutural não deixa de estar presente e, mesmo ideias de que um equilíbrio não intencional surgiria da ação intencional teve seu lugar, como foi explorado pela economia marginalista (TURNER; ROTH, 2003). Vejamos, então, alguns aspectos da tradição hermenêutica.

Seria difícil nomear a origem da tradição hermenêutica. Pode-se associá-la às práticas de interpretação bíblicas e jurídicas, mas há mesmo quem a remonte à Grécia antiga com a interpretação de oráculos, mitos, obras poéticas e filosóficas, a exemplo da exegese dos textos homéricos (MANTZAVINOS, 2016). Ressaltaremos rapidamente alguns personagens que se utilizaram de argumentos hermenêuticos, de maneiras variadas, para fundamentar a reivindicação de especificidade no tratamento das relações sociais e históricas dado o aspecto de significação produzido pelos seres humanos e sua obra.

A crítica hermenêutica do século XIX ao monismo metodológico de pensadores como John Stuart Mill, que afirmava que “The backward state of the Moral Sciences can only be remedied by applying to them the methods of Physical Science, duly extended and generalized”²³ (MILL, 1974, pág. 833) passa a ter um ponto alto com Friedrich Schleiermacher, teólogo e filósofo alemão que, durante o fim do século XVIII e início do XIX, contribuiu, dentre outras coisas, com o desenvolvimento da ideia de Círculo Hermenêutico aplicado à interpretação de textos. Nessa forma de encarar os textos, os

23 “O estado atrasado das ciências morais só pode ser remediado aplicando-lhes os métodos da ciência física, sendo-lhes devidamente estendidos e generalizados.” (Tradução livre)

significados seriam melhor entendidos através da localização do todo nas partes e, voltando, das partes no todo.

This is one way of trying to express what has been called the “hermeneutical circle”. What we are trying to establish is a certain reading of text or expressions, and what we appeal to as our grounds for this reading can only be other readings. The circle can also be put in terms of part-whole relations: we are trying to establish a reading for the whole text, and for this we appeal to readings of its partial expressions; and yet because we are dealing with meaning, with making sense, where expressions only make sense or not in relation to others, the readings of partial expressions depend on those of others, and ultimately of the whole²⁴ (TAYLOR, 1971, pág. 6).

Se lidar com significados exige um tratamento relacional entre as partes e o todo, não só textos bíblicos e jurídicos deveriam ser assim interpretados, mas também textos de qualquer espécie e, por fim, relações significativas entre seres humanos localizados historicamente: este raciocínio é responsável pela realização de uma série de demarcações entre esse grande campo do conhecimento objeto da hermenêutica e as outras ciências. É de Wilhelm Windelband a distinção entre ciências nomotéticas, preocupadas em estabelecer leis e generalizações e as disciplinas idiográficas, que se ateriam ao estudo descritivo de particularidades. Parte da crítica antipositivista alemã é feita não só em relação à pretensão de estabelecimento de leis nas ciências humanas, mas mesmo à possibilidade de explicações causais, tendo destaque, mais uma dicotomia, esta reivindicada pelo historiador alemão Johann Gustav Droysen, entre compreensão ou entendimento (em alemão *Verstehen*) reservado aos estudos contextuais de assuntos humanos e explicação (*Erklären*), supostamente adequado à investigação da natureza. Tais ideias influenciarão fortemente Wilhelm Dilthey (VON WRIGHT, 1971).

Segundo (PETERS, 2018), duas ideias diltheyanas têm destaque na sustentação do dualismo metodológico em ciências humanas. Primeiro a ideia de que a explicação causal e a compreensão de significados são distintos e inconciliáveis, na linha do que defenderá

24 “Esta é uma maneira de tentar expressar o que tem sido chamado de ‘círculo hermenêutico’. O que estamos tentando estabelecer é uma certa leitura de textos ou expressões, e o que apelamos como base para essa leitura são apenas outras leituras. O círculo também pode ser colocado em termos de relações parte-todo: estamos tentando estabelecer uma leitura para todo o texto e, para isso, apelamos às leituras de suas expressões parciais; e, no entanto, porque estamos lidando com significados, com relações de sentido, onde expressões só fazem sentido em sua relação com outras, as leituras de expressões parciais dependem destas e, em última análise, do todo.” (Tradução livre)

Peter Winch alguns anos depois (WINCH, 1970). A segunda ideia é a de que, para se bem compreender a obra humana, seria necessário a capacidade de realizar uma “revivência” (*Nachleben*) dos estados subjetivos que motivaram aquelas ações, não significando isso uma espécie de relativismo, mas uma possibilidade de conhecimento seguro, na medida em que as ações de outros podem ser revividas por nós, enquanto a experiência da natureza nos é totalmente estranha, pois exterior. O papel decisivo de entender as motivações que os indivíduos dão às ações que realizam em seus contextos localizados é o que leva, talvez, os pesquisadores a reivindicarem, contemporaneamente, a necessidade de trabalho de campo exaustivo através de etnografias que buscam “descrições densas” (GEERTZ, 2008) ou mesmo o desenvolvimento da capacidade empática como requisito para a investigação (*Einführung*).

Em geral, a posição naturalista ou monista metodológica reivindica uma unidade linguística, metodológica e ontológica das ciências, mesmo reconhecendo um lugar especial para a sociologia, como no caso de Comte e alguns de seus seguidores. A posição dualista que alcança grande importância com Wilhelm Dilthey entende que há uma ruptura epistemológica entre as ciências humanas e as ciências naturais por motivações que residem na dimensão ontológica da realidade de seu objeto, exigindo que se parta metodologicamente da compreensão mútua e de princípios de racionalidade, como depois foi muito bem desenvolvido por Weber. Dilthey (2010, pág. 28), discutindo sobre a formação dos estados psíquicos, a partir do corpo físico, como “(...) uma transformação, na qual a ligação entre o material e o espiritual se subtrai à apreensão causal (...)”, afirma:

De acordo com isso, pode-se fixar o grau de legitimidade que cabe às teorias de Comte e Herbert Spencer sobre a posição dessas ciências na hierarquia por eles apresentada da ciência como um todo. (...) Os fatos da natureza formam as condições inferiores da vida espiritual. Justamente porque o reino das pessoas ou a sociedade humana e a história são o fenômeno mais elevado dentre os fenômenos do mundo empírico terreno, o seu conhecimento necessita em inúmeros pontos do conhecimento do sistema de pressupostos que são estabelecidos no todo da natureza para o seu desenvolvimento. E, em verdade, o homem, de acordo com a sua posição assim exposta na conexão causal da natureza, é condicionado pela natureza em uma *dupla relação*. (...) E, com isso, nós mesmos estamos onde *queremos*, onde atuamos sobre a natureza justamente porque não somos forças cegas, mas vontades, que fixam seus fins refletindo, em dependência ante a conexão da natureza (DILTHEY, 2010, pág. 29, grifos do autor).

A hermenêutica diltheyana terá um variado leque de influências, como as discussões sobre fenomenologia e intencionalidade em Edmund Husserl, refletindo posteriormente na etnomedologia de Harold Garfinkel. Teve impacto nas formulações sobre o que distingue o ser humano enquanto aquele que se questiona sobre o sentido do ser em Martin Heidegger (caracterizado pelo termo *Dasein*, traduzido como “o ser no mundo”), e toda a discussão existencialista que daí decorre. Outra grande influência é sob Hans-Georg Gadamer, que em textos como *Verdade e Método* (1997) faz uso de conceitos como o de “consciência”, “vivência”, “compreensão” para seguir na linha de discussões da tradição hermenêutica, realizando críticas e apontamentos aos seus antecessores e defendendo uma separação ainda maior que os mesmos, metodologicamente falando, entre as duas tradições. Um dos argumentos centrais exposto no trabalho de Gadamer, já claro em seu título, é a ideia de que há uma distinção entre conhecimento (verdade) e método, e que nem todo conhecimento provém de uma metodologia científica, a exemplo da arte, dos jogos e das festas.

A tarefa da hermenêutica é, em última instância, a de ser capaz de interpretar da maneira mais aproximada os textos ou as ações dos indivíduos, de modo quase a ser capaz de “reviver a experiência” dos sujeitos, entendendo as suas reais motivações e produzindo, então, conhecimento empírico a esse respeito. Toda essa corrente hermenêutica que provém do século XIX exerceu forte influência em sociólogos e pensadores na virada e durante o século XX. Contemporaneamente, podemos notar essa influência na sociologia de Erving Goffman, que privilegiará a interação dos *selfs*, realizando uma sociologia do cotidiano a nível micro, próximo ao método etnográfico, preocupado com interações “face a face” e agenciamento de espaços (GOFFMAN, 2006); e nas pesquisas de Harold Garfinkel, que tinha como princípio “levar a sério os relatos sociais dos indivíduos”, preocupando-se mais com semântica do que com morfologia social. Em Garfinkel, a preocupação com a vida quotidiana também se faz presente, sendo privilegiada a análise das lógicas interacionais e não as estruturas, como apregoava seu mestre, Parsons, com quem rompeu (GARFINKEL, 2006).

Entre todos esses filhos e representantes da tradição hermenêutica, o mais reconhecido e influente na sociologia é, certamente, Max Weber. Contra qualquer materialismo estrito ou estruturalismos metodológicos externos à ação dos indivíduos,

Weber entende que as causas dos fenômenos sociais devem ser entendidas através das ações dos indivíduos, subjetivamente visadas, sendo, portanto, essas ações e a sua compreensão (*Verstehen*) o objeto central da sociologia enquanto ciência. Nesse sentido, em Weber, não há um radicalismo tão grave para um lado do espectro metodológico, na medida em que a interpretação compreensiva seria, para o alemão, também uma explicação causal (GUSMÃO, 2000).

Em obras como *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1967) o modelo de variáveis explicativas também pode ser visto como presente, com o espírito moderno do capitalismo cumprindo o papel de variável dependente (a ser explicada) pelo protestantismo ascético (variável independente). No entanto, ao final de sua obra, Weber deixa claro que o ascetismo protestante seria um entre tantos outros fatores explicativos, além de outras causas materiais e “espirituais”.²⁵ O enriquecimento, para o protestante ascético, lhe servia de prova de que estava seguindo corretamente a vocação designada e que estaria a salvo, mas, ao mesmo tempo, funcionava como uma poupança que posteriormente serviria ao financiamento do capitalismo industrial moderno, em um claro movimento de influência mútua entre diferentes esferas da vida social, no caso, a religião e a economia, como consequência não intencional estrutural da ação individualmente intencional.

Em contraste a Durkheim, em seus trabalhos, Weber foca a atenção mais fortemente à interpretação dos sentidos visados e a causalidade, como no caso de *A Ética Protestante e o espírito do capitalismo* (2007), não possui nenhum sentido de esgotamento da explicação, mas apenas a demonstração através do método compreensivo de um dos muitos aspectos com influência no surgimento do capitalismo. Nesse sentido, para Weber, o ponto de partida de qualquer entendimento dos fenômenos históricos deve possuir lastro na compreensão dos sentidos subjetivamente visados que se realizam em contextos situados de ação. Além do mais, os conceitos que se referem a entidades coletivas em Weber são nominais, não possuindo uma existência real e externa como no sociólogo

25 “Porquanto, embora o homem moderno, mesmo com a melhor das boas vontades, geralmente não seja capaz de imaginar o efetivo alcance da significação que os conteúdos de consciência religiosos tiveram para a conduta de vida, a cultura e o caráter de um povo, não cabe contudo, evidentemente, a intenção de substituir uma interpretação causal unilateralmente ‘materialista’ da cultura e da história por uma outra espiritualista, também ela unilateral. Ambas são igualmente possíveis, mas uma e outra, se tiverem a pretensão de ser, não a etapa preliminar, mas a conclusão da pesquisa, igualmente pouco servem à verdade histórica” (WEBER, 2007, pág. 167, grifos do autor).

francês, mas sendo tão somente ficções úteis à compreensão sociológica. Veremos no próximo capítulo que as ideias de Giddens sobre a explicação causal e o status dos conceitos estruturais são bastante próximas do sociólogo alemão.

Se podemos considerar a filosofia hermenêutica e histórica alemã desenvolvida no século XIX como uma réplica ao monismo metodológico do positivismo Comteano e seus asseclas, a tréplica ocorre certamente na virada para o século XX com o empirismo lógico em filosofia da ciência. O programa empirista, notabilizado pelo Círculo de Viena, tomou forma com a participação de muitos filósofos como Moritz Schlick, Rudolf Carnap, Otto Neurath e outros, com leituras em toda a tradição filosófica, indo de Demócrito e Epicuro até os empiristas clássicos modernos. Boa parte de seu programa em filosofia da ciência pode ser compreendido através de seu manifesto *A concepção científica do mundo* (1929), ou do artigo de Carnap, publicado em 1931: *A superação da metafísica pela análise lógica da linguagem*. Em que se percebe principalmente, por um lado a valorização da ciência e, por outro, a crítica à metafísica.

O programa empirista entendia que os termos teóricos da ciência e da filosofia deveriam ser reduzidos ao observacional, nesse sentido, o verificacionismo é uma das principais teses do Círculo de Viena; segundo a qual as frases que utilizamos só constituem acréscimos ao conhecimento acerca do mundo se forem verificáveis empiricamente. Dessa maneira, seguindo a famosa frase de Schlick: “O significado de uma proposição constitui o método de sua verificação” (SCHLICK, 1936), toda a metafísica passa a ocupar o campo das coisas que não podem ser verificadas, servindo apenas como expressão de sentimentos vitais (CARNAP, 1931), mais próximos à religião do que à ciência ou à filosofia que os membros do Círculo pretendiam.

A análise lógica ocupa um lugar importante no programa do Círculo de Viena enquanto possibilitadora da clarificação dos problemas que, vistos com esse teor, poderia dispensar certas questões vazias de significado ao campo da metafísica e fazer avançar aqueles objetos de investigações significativas, que compõem os enunciados da ciência. Para os membros do Círculo de Viena, a linguagem tradicional que usamos quotidianamente seria incapaz de alcançar tal esclarecimento, assim, apenas juízos empíricos da ciência e juízos analíticos da matemática e da lógica seriam possíveis, sendo

impossíveis juízos sobre o mundo empírico realizados aprioristicamente, à maneira kantiana.

Tal “alto grau de exigência científica” atingiria mesmo conceitos científicos não observáveis por si mesmos, como os de “solubilidade”, “fragilidade” e “temperatura”, devendo estes ser reduzidos empiricamente, através de frases de redução, não restando assim dúvidas do conteúdo empírico desses enunciados. Peguemos alguns exemplos e suas consequências para as ciências sociais. Como sabemos, o conceito de água é entendido cientificamente quando reduzido à composição química de suas moléculas (H_2O = dois átomos de hidrogênio e um de oxigênio), já o relâmpago como uma descarga elétrica, os genes como uma sequência específica de ADN (ácido desoxirribonucleico) e assim por diante.

Pensando mais localizadamente na relação dessas ideias com as ciências sociais, o programa empirista pretendia aplicar tal critério de demarcação mesmo a termos privados que envolvem intencionalidade. O problema, como mostrou a filosofia da linguagem posteriormente, é que enunciados do tipo “x deseja que p” ou “x acredita que y”, muito utilizado nas ciências sociais, possuem significados cognitivos que não são redutíveis empiricamente. Em termos lógicos e em filosofia da linguagem tais proposições não permitem a substituição “*salva veritate*” (em que dois termos co-referenciais, ou seja, que se referem ao mesmo objeto, possam ser trocados sem que se altere o valor de verdade da sentença) (DEF, 2016).

Nesse sentido, tais termos não dispensariam, para ser compreendidos, contexto e intencionalidade. Vejamos um exemplo²⁶ dessa discussão:

Édipo quis casar-se com a rainha de Tebas

A rainha de Tebas era sua mãe

Édipo quis casar-se com a sua mãe (?)

26 Exemplo dado pelo professor André Leclerc na disciplina de Filosofia Contemporânea no segundo semestre de 2018 na UnB, no curso de filosofia. Disciplina a qual devemos, inclusive, boa parte dessas ideias envolvendo filosofia da linguagem.

Não parece razoável afirmar que Édipo quis casar-se com a própria mãe, mas sim com a rainha de Tebas, sem saber de seu parentesco com a mesma, o que é compreendido pela leitura da tragédia grega e o mínimo entendimento da trama (SÓFOCLES, 2001). O que parece ocorrer é que expressões referenciais que possuem verbos “(...) como *querer, acreditar, pensar, e refletir sobre*” (HURFORD & HEASLEY, 2004, pág. 61) não poderiam ser entendidos sem se levar em conta dimensões contextuais, de intencionalidade dos agentes, de bom senso interpretativo e assim por diante.

Tais sentenças, que em filosofia da linguagem são chamados de “contextos opacos” (*opaque context*) e a dificuldade dos filósofos naturalistas em elaborar uma teoria naturalizada da noção de intencionalidade é um desafio a qualquer defensor de um naturalismo metodológico que dispense a interpretação dos sentidos subjetivamente visados e a dimensão contextual da ação. Para Giddens, como veremos, a dimensão contextual da ação e a dimensão social da linguagem não são incômodos a serem contornados através da construção de modelos, mas sim a condição indispensável para o entendimento da vida social.

Boa parte da fundamentação de teóricos sociais contemporâneos, no que se refere à importância da linguagem no estudo social empírico, é tributário das reflexões tardias de Ludwig Wittgenstein sobre o caráter social da língua. A crítica à possibilidade de uma linguagem essencialmente privada por Wittgenstein é realizada, especialmente, na retomada da filosofia da linguagem comum que ocorre em *Investigações filosóficas*, publicado postumamente em 1953. Frege e Russell procuraram elaborar uma nova linguagem lógica para examinar as questões filosóficas que supostamente superaria a linguagem comum utilizada no cotidiano e nas questões filosóficas tradicionais. No entanto, tal tentativa é criticada por Wittgenstein por entender que a linguagem lógica não abarca todo o uso que a língua tradicional faz, uma vez que a sintaxe e a semântica mudam com o tempo e o contexto, além de nem todos os termos utilizados serem literais no cotidiano.

Dessa maneira, o Wittgenstein das *Investigações filosóficas* elabora uma teoria sobre o aprendizado da linguagem que vai de encontro à tradição de pensar a língua como tendo apenas a função de nomear e descrever o mundo, a que o filósofo chama de “ideia agostiniana da linguagem”, descrevendo a linguagem com possibilidades que vão para

além disso. Enquanto no *Tractatus logico-philosophicus* a linguagem é pensada como um espelhamento da lógica, nas *Investigações* a relação é diferente, com a mesma ocupando o lugar de uma habilidade construída nos indivíduos através de suas relações com outros, no que Wittgenstein chama de “jogos de linguagem”.

Para Wittgenstein, a linguagem se relaciona com uma forma de vida (*Lebensform*) e o seu significado não está em um sistema universal, mas no seu uso social. Tal caracterização pragmatista, combate uma visão fundacionista que pretende esgotar os significados da linguagem ou assumir uma postura normativa ante a mesma, defendendo então, que ao filósofo caberia descrever os usos que se faz em diferentes jogos, que variam com os contextos de interação. Assim, seguir uma regra no âmbito das relações sociais quotidianas é mais um hábito adquirido que envolve interação social com outros do que uma atividade isolada:

(...) Não pode ser que apenas uma pessoa tenha, uma única vez, seguido uma regra. Não é possível que apenas uma única vez tenha sido feita uma comunicação, dada ou compreendida uma ordem etc. - seguir uma regra, fazer uma comunicação, dar uma ordem, jogar uma partida de xadrez são hábitos (costumes, instituições) (WITTGENSTEIN,1999, pág. 92).

A ideia de que a linguagem possui uma dimensão social, tanto na sua criação como em seu uso prático, sendo impossível seu uso solitário e o papel que a mesma tem na construção do mundo influenciou fortemente a sociologia de Giddens, como veremos no próximo capítulo. Outros sociólogos da mesma geração, como Bourdieu (1998) – ressalta, entre outras coisas, as dimensões rituais e a relação com o poder que uso da linguagem possui – e Habermas (2012) – discussões sobre as possibilidades de construção de consensos comunicativos e a elaboração de uma fundamentação das ciências sociais em uma teoria da linguagem.

Uma série de outras discussões teóricas e filosóficas relacionadas às ciências sociais dão conta de divisões, como as que exploramos acima, em torno da questão da causalidade na explicação sociológica e da relação desse campo de estudo com a epistemologia das ciências naturais. A título de exemplo, podemos citar desde questões colocadas por filósofos da ciência conhecidos e as suas discussões como “O debate em torno do positivismo na sociologia alemã”, realizada por Popper e alguns membros da

Escola de Frankfurt, em especial Adorno (1973); Thomas Kuhn e a questão sobre estruturas nas ciências humanas (2000); até outras referências que problematizam a questão da explicação social nas suas diferenças e semelhanças com outros campos do conhecimento, como as suscitadas por Tony Lawson em “*Economic and reality*” (1997), Ludwik Fleck e questão da diversidade das ciências (2012), C. P. Snow e “*As duas culturas*” (1995), Wolf Lepenies e “*As três culturas*” (1996) e assim por diante.

Não podendo nos dedicar a uma reconstrução de todas essas querelas nesse trabalho, fica aqui a menção e a expectativa de que tenhamos conseguido levantar alguns problemas que giram em torno da causalidade na explicação sociológica. Se isso tiver sido possível, procuraremos a seguir nos debruçar em um recorte na teoria da estruturação de Giddens que comunica-se especificamente com tais questões. Procuraremos discutir como a ontologia social presente na teoria da estruturação de Giddens se posiciona a respeito da causalidade na explicação social e como a sua compreensão sobre essa questão é uma via média relativa a tradições que costumam ser colocadas como rivais. Temas como a relação da sociologia com o senso comum, a forma das generalizações nas ciências sociais, o lugar da ação e da pesquisa empírica serão discutidas tendo a causalidade como ponto de intersecção.

CAPÍTULO 3

Ontologia social, epistemologia e pesquisa empírica: A causalidade na pesquisa social em Anthony Giddens

É uma questão filosófica se a caracterização ontológica que se faz sobre um objeto de uma ciência particular pode e deve influenciar as metodologias utilizadas para o seu estudo ou se estas seriam instâncias independentes (MANTZAVINOS, 2016). Alguns membros da tradição hermenêutica, como vimos, se coloca do lado daqueles que propõem um dualismo metodológico justamente baseado na percepção de uma distinção ontológica entre o mundo das relações sociais e o da natureza.

Como argumentaremos mais à frente, Giddens não é um dualista metodológico radical, mas está, junto à tradição hermenêutica, no grupo daqueles que sustentam a necessidade de especificidades metodológicas a partir de uma certa caracterização do mundo social, ou seja, entende que não são instâncias independentes. Gabriel Peters nos fornece uma série de exemplificações esclarecedoras dessa relação entre ontologia e metodologia:

(Para uma ontologia do social de inspiração funcionalista, por exemplo, o mundo societário é uma *totalidade sui generis*, cujas partes estão funcionalmente integradas à maneira de organismos biológicos. Alguns adversários dessa ontologia funcionalista, por sua feita, retratam o mundo social não como um todo *sui generis*, mas como um *agregado de ações individuais* dotadas de significado e intencionalidade.) Os diversos retratos ontológicos da vida societária também desembocam em concepções *metodológicas* diversas, entendendo-se “metodologia” aqui como o domínio das diretrizes intelectuais que uma abordagem oferece para o estudo empírico de contextos sociais concretos. Para dar um exemplo obviamente simplificado, uma ontologia materialista do social, segundo a qual a dimensão econômica da vida societária tem primazia causal sobre as suas demais esferas, tem como consequência metodológica uma orientação intelectual do seguinte tipo à pesquisa empírica: “em todo estudo de uma formação social concreta, investigue primeiramente sua base econômica e, somente então, observe como essa base influencia as demais dimensões dessa formação social (jurídica, política, artística, filosófica etc.)” (PETERS, 2018, s/n, grifos do autor).

Discutir sobre a ontologia dos fenômenos sociais significa dar um passo atrás na elaboração de uma pesquisa, seja teórica ou empírica, com vistas a esclarecer os pressupostos do que se entende ser a constituição do mundo social e o que o distingue por sua natureza²⁷. Filósofos e sociólogos que se interessam por esse tipo de questão, a exemplo de Giddens, imaginam que tais pressupostos sobre a natureza da realidade social, podendo ser implícitos ou explícitos, elaborados ou incorporados através da educação universitária, constroem um plano básico metateórico sobre como deve se operar as investigações, possuindo então algum efeito sobre ele. Um exemplo de caracterização ontológica do mundo social é a que realizou o filósofo norte-americano John Searle.

As entidades do mundo social são, para Searle, uma classe especial de fatos, possuindo uma ontologia específica, diferente do resto da natureza. Entender que os fatos sociais possuem uma ontologia específica não significa dizer que os mesmos são formados independentemente da subjetividade humana, mas significa dizer que, uma vez constituído, o mundo social e as suas instituições passam a existir como uma realidade própria, “*sui generis*”, diria Durkheim. Sendo assim duas tarefas principais se colocam: A primeira é a de pensar como a intencionalidade humana cria a realidade social e a segunda é a de descobrir como é possível uma discussão objetiva desses fenômenos ontologicamente subjetivos (THOMASSON, 2003).

Grosso modo, o mundo social, para Searle (2010; 2017), é construído através da imposição do que chama de “funções sociais” ao mundo natural físico. O filósofo faz uma distinção entre fatos meramente sociais e fatos institucionais. Os “fatos sociais” passam a existir quando se atribui, por exemplo, que a madeira de certa árvore deve ser usada como lenha ou quando a transformamos em um banco ou mesa. Nesse caso, transforma-se o mundo físico atribuindo-lhe uma função social e o uso que se faz desse objeto tem estreita relação com a sua constituição física: não adianta dizer que tal objeto serve como assento, é preciso que ele fisicamente sirva para esse fim. Nesse sentido, os fatos sociais cumprem funções na medida em que se utiliza suas propriedades físicas para que exerçam certa condição: tal madeira é moldada com vistas a contar como banco, porta ou armário, tais tecidos são fiados com vistas a contar como tapete ou camiseta e assim por diante.

27 Fala-se em uma discussão sobre a natureza do social em sentido lato como se questiona “Que tipo de coisa é o social?” e se o mesmo se distingue ou não do mundo estudado pelo mundo natural ou, como discute KHALIDI (2015) “que espécie(s) de coisa é a espécie social?”.

Já os “fatos institucionais” possuem um nível de complexidade maior. Para Searle, os mesmos são criados através do que chama de “declarações funcional-estatutivas”: certas entidades sociais passam a existir quando declaramos que elas existem e lhes atribuímos funções, no modelo “x conta como y no contexto z”. Exemplos são: casamento (uma certa cerimônia conta como casamento nesse contexto), dinheiro (tais pedaços de papel, fornecidos pelo banco central contam como dinheiro no contexto de trocas e vendas) etc. Esses tipos de entidades, os fatos institucionais, são mais complexos que os fatos sociais, na medida em que cumprem funções que estão para além de suas especificidades físicas, dependendo inteiramente da atribuição coletiva de significado para que exista. Não há nada na cédula ou na moeda física que sugira o seu uso segundo esse fim a não ser a imposição coletiva desse tipo de função.

É assim que Searle entende que a intencionalidade humana acrescenta camadas de fatos sociais e institucionais ao mundo físico natural, propondo uma caracterização ontologicamente subjetiva do mundo social. Tal caracterização não impede que se defenda uma abordagem epistemologicamente objetiva desse mesmo mundo, na medida em que a verdade das considerações que se possa fazer a seu respeito, independem das percepções de quem faz a análise.

No que tange à possibilidade do estudo objetivo de uma realidade ontologicamente subjetiva, parece haver uma concordância abrangente nas ciências sociais, inclusive em Giddens, como veremos adiante, mas a questão sobre a melhor maneira de caracterizar essa dimensão da realidade é múltipla e diversa. Por exemplo, Roy Bhaskar (1998) e outros membros do movimento teórico chamado “realismo crítico”, como Margaret Archer (2013) e Dave Elder-Vass (2010) entendem que as estruturas sociais não são meros epifenômenos da ação social, possuindo na verdade uma causalidade descendente sobre o comportamento dos indivíduos e uma realidade que está para além de conceitos nominais úteis, posição distinta então de Giddens, como abordaremos veremos à frente, e que possui uma existência real.

Roy Bhaskar defende uma realidade formada por camadas sobrepostas, possibilitadas pela emergência, a partir de cada dimensão, de novas entidades não redutíveis às dimensões anteriores, guardando especificidades ontológicas a cada parte do mundo natural e social e, portanto, adequações epistemológicas específicas. No que diz

respeito à dimensão social da realidade, contrariando uma clássica postura epistemológica positivista, o filósofo vê como inadequado o naturalismo estrito enquanto método. Para Bhaskar, as técnicas adequadas ao estudo do mundo natural, não encontram aplicação tal e qual no estudo dos fenômenos históricos e sociológicos. De um ponto de vista da estrutura da sociedade e da sua explicação, o Realismo Crítico defende a existência de mecanismos e sistemas que possuem poderes causais, a serem descobertos para explicar fenômenos observáveis e inobserváveis (VANDENBERGHE, 2010).

O realismo crítico compreende existir, então, grupos e entidades sociais que são irreduzíveis às ações dos indivíduos, o que não quer dizer que as estruturas sociais existiriam sem referência e independentemente da ação humana, mas que existindo a ação padronizada e consolidada no tempo através das relações sociais, emerge daí instâncias coletivas existentes em nível ontológico. Ao naturalismo estrito do positivismo, Bhaskar propõe o naturalismo crítico, entendendo que determinismos e predições gerais são impossíveis na sociologia. As principais motivações para tal são três: 1) As estruturas sociais só existem por intermédio das ações humanas e estão sempre sujeitas a elas, não adquirindo uma forma fixa; 2) As estruturas sociais são marcadas pelo fenômeno da dupla hermenêutica (conceito também evocado por Giddens), ou seja, o fato de que os conceitos que os sociólogos utilizam para pensá-las são parcialmente constitutivas dessas mesmas realidades; 3) As estruturas sociais são históricas, podendo (e devendo) ser transformadas com vistas a alcançar aspirações éticas humanas.

Há convergências entre aspectos da ontologia social de Searle, do Realismo Crítico e da teoria da estruturação de Giddens (HAMLIN, 2000; ARCHER, 1982). A ontologia social de Giddens, no entanto, centra-se mais especificamente em compreender a relação entre agência e estrutura como uma dualidade, em que as estruturas são mobilizadas recorrentemente pelos indivíduos, evitando dualismos.

No tópico seguinte, trataremos de discutir a questão da causalidade na teoria da estruturação de Giddens enquanto uma ontologia social traçando paralelos, quando possível, com outros teóricos, mas procurando não escapar de uma concentração em aspectos mais próximos à investigação social. Realizaremos, primeiro, uma reconstrução não-exaustiva da teoria do nosso autor, enquanto um caminho médio entre as sociologias com foco em microcontextos de interação e as abordagens estruturalistas. Em seguida,

discutiremos como o lugar da causalidade na pesquisa empírica social, nas formulações de Giddens, ajuda a rejeitar oposições consagradas como quantitativo/qualitativo e macro/micro. E por fim, abordaremos a questão da causalidade nas ciências sociais e sua íntima relação com o tipo de generalização e relação com o senso comum que as pesquisas sociais possuem.

3.1 A teoria da estruturação de Anthony Giddens e a causalidade: um caminho médio entre as sociologias interpretativas e o estruturalismo

A questão central a que se coloca a teoria da estruturação é a de transformar em uma dualidade o suposto dualismo entre agência x estrutura.²⁸ Na execução dessa tarefa, Giddens passa em revista os trabalhos de importantes teóricos das ciências sociais, clássicos e mais recentes, de modo a fornecer a sua “solução” ao perene problema ação x estrutura. Para a efetuação de tal empreendimento, o sociólogo britânico foca a sua atenção no desenvolvimento de uma caracterização da natureza do mundo social (uma ontologia) com desdobramentos metodológicos, que se desenvolve especialmente em *Novas regras do método sociológico* (1996), *Problemas centrais em Teoria Social* (2018) e assume a sua forma mais acabada em *A constituição da sociedade* (2009). Entendemos que a caracterização ontológica da vida social fornecida por Giddens, para tratar o problema da ação e da estrutura, contribui, direta ou indiretamente, com o esclarecimento a respeito do lugar da causalidade na explicação e compreensão sociológica e, por isso, nos preocupamos aqui mais em explorar como o debate realizado de maneira central nessa fase de sua obra se relaciona com o tema dessa dissertação.²⁹

Em vez de pensar a ação e a estrutura como objetos separados, Giddens busca entender que o papel da sociologia é o de compreender como a ação é possível através das estruturas que, ao mesmo tempo, só podem ser reproduzidas pela mediação das ações dos

28 Para outras teorizações e pesquisas no mesmo sentido ver: Archer (1982; 2013), Elias (1994) e Bourdieu (2007).

29 Para uma reconstrução exaustiva dos aspectos mais importantes da teoria da estruturação, consultar: Peters (2016), Silva (2010; 2017), Loyal (2003).

indivíduos no tempo-espaço.³⁰ O entendimento de que ação e estrutura só poderiam ser pensados conjuntamente leva-o a uma concepção da não separação radical clássica entre sujeito e objeto no campo das ciências sociais em que, além do fato dos seres humanos dotarem de sentido suas ações, sendo papel do sociólogo compreendê-las contextualmente, tais ações estão suscetíveis de se transformarem através do reconhecimento, pelos sujeitos pesquisados, das observações do pesquisador.

Portanto, apenas analiticamente seria possível separar ação e estrutura. No que diz respeito à ação haveria uma distinção a se fazer entre a dimensão da consciência discursiva (aquela mobilizada pelos atores para explicar o porquê de fazerem o que fazem), a consciência prática (solidificada no hábito e não explicitada discursivamente) e a dimensão inconsciente da ação. Tais dimensões da ação seriam regidos pelos princípios da monitoração reflexiva; que se refere à capacidade humana de pensar e discutir sobre suas ações no fluxo da vida social, e pela capacidade transformadora que a ação humana tem no mundo, não sendo, portanto, mero reflexo de estruturas coercitivas. No que se refere à estrutura, Giddens opera uma separação entre dois tipos de regras que a constitui: as regras enquanto dispositivos normativos, ou seja, leis e códigos morais que regulam a vida social no sentido do que “deve ser”, e regras enquanto códigos de significação. Essas dimensões da estrutura só se realizam na medida em que são agenciadas pelas pessoas, que ao mesmo tempo dependem das mesmas para, mobilizando-as reflexivamente, seguir o fluxo da vida social.

A característica compreensiva do objeto de estudo da sociologia, ou seja, o fato de que as pessoas dão sentido ao mundo que os cerca já é motivo suficiente para que Giddens entenda que o molde das ciências naturais não pode ser aplicado, tal e qual, nas ciências sociais, por isso ele rejeita o naturalismo estrito, junto com qualquer forma de explicação funcional.³¹ Além do mais, o papel da “hermenêutica dupla” - ou seja, o fato de que os cientistas sociais e os agentes, que são seus objetos, utilizam os mesmos esquemas mentais quando estudam sociologicamente ou vivem suas próprias vidas, torna, portanto, comum

30“Entretanto, na própria complexidade dessa relação podemos ver a importância de não tentar meramente ‘subtrair’ a ação da estrutura ou vice-versa – por outras palavras, de resistir ao dualismo de objetivismo e de subjetivismo” (GIDDENS, 2018, pág. 357)

31 “Muitos cientistas sociais não conseguiram perceber o que é obvio para qualquer leigo: somos seres conscientes e intencionais que, entre outras coisas, lemos sociologia e refletimos a respeito de suas descobertas” (GIDDENS e PIERSON, 2000, pág.63)

que as análises sociológicas sejam incorporadas à vida social das pessoas – impossibilitando leis gerais e previsões sobre o comportamento, pretensões buscadas por boa parte dos naturalistas metodológicos clássicos. Apesar da crítica giddensiana ao funcionalismo e suas pretensões nomológicas, o britânico não chega a se colocar ao lado daqueles que excluem qualquer pretensão causal às ciências humanas e abraçam uma separação radical entre os métodos, como quiseram, segundo ele, outras versões da hermenêutica e do interpretativismo (Dilthey, Gadamer e Winch), que entendiam restar às ciências humanas e sociais uma abordagem exclusivamente interpretativa (GIDDENS, 1996).

Entendendo que as estruturas são regras e recursos mobilizados pelos agentes para dar prosseguimento ou realizar transformações na vida social (GIDDENS, 2009) o estudo empírico de questões sociológicas significaria a análise da forma como os agentes mobilizam essas estruturas, mas também como as mesmas influenciam as ações dos indivíduos. Tal caracterização romperia com a ideia de que haveria uma distinção entre modelos explicativos e interpretativos a ser feita na sociologia, sendo, na verdade, uma forma complementar da outra, como veremos. Para Giddens, compreender a sociedade e as suas transformações significa atentar não para a “interiorização de valores” à maneira de Parsons, mas para o caráter de dualidade entre a produção e a reprodução constante da sociedade através das ações individuais, que só é possível, por sua vez, através das mesmas estruturas. Recorrentemente, o sociólogo britânico faz uso da imagem da linguagem para exemplificar as dimensões em que a vida social é produzida e pode ser estudada:

A linguagem pode ser estudada pelo menos sob três aspectos da sua produção e reprodução, cada um dos quais é característico da produção e reprodução da sociedade no seu aspecto mais geral. A linguagem é “dominada” e “falada” pelos actores; é utilizada como meio de comunicação entre eles; tem propriedades estruturais que em certo sentido são constituídas pela forma de falar de uma “comunidade de língua ou colectividade”. No tocante ao aspecto da sua produção enquanto série de actos discursivos por um locutor individual, a linguagem é (1) uma capacidade, ou uma série complexa de capacidades, detida por cada pessoa que “conhece” a língua, (2) usada para “fazer sentido”, literalmente, como arte criativa de um sujeito activo, (3) qualquer coisa que *é feita*, realizada pelo locutor, mas sem conhecimento perfeito de como o faz. Ou seja, o indivíduo parece ser apenas capaz de oferecer uma descrição fragmentária acerca das capacidades que são exercidas ou de como são exercidas. Na sua faceta como *meio de comunicação na interacção*, a linguagem envolve o uso de “esquemas interpretativos” para fazer sentido não apenas daquilo que os outros dizem, mas também do que querem significar; implica a constituição de

“sentido” enquanto realização intersubjectiva de compreensão mútua, num fluxo de troca, e o uso de pistas contextuais, enquanto propriedades do conjunto, como parte integrante da constituição e compreensão do significado. Considerada como estrutura, a linguagem não é “possuída” por nenhum locutor em particular, mas pode ser conceptualizada apenas como característica de uma comunidade de locutores; pode ser concebida como um conjunto abstracto de regras que não são aplicadas de uma forma mecânica, mas empregues de um modo produtivo pelos locutores que são membros de uma comunidade de língua. Desta forma, quero dizer que a vida social pode ser tratada como um conjunto de *práticas reproduzidas*. Seguindo a abordagem trifacetada acima mencionada, as práticas sociais podem ser estudadas, em primeiro lugar, do ponto de vista da sua constituição como séries de actos “desencadeados” pelos actores, em segundo, como constituindo formas de interação, envolvendo a comunicação de significado, em terceiro, como constituindo *estruturas* que pertencem às “colectividades” ou “comunidades sociais” (GIDDENS, 1996, pág. 120 e 121, grifos do autor).

Se a linguagem pode ser uma metáfora para a sociedade, o estrutural-funcionalismo de Parsons e Merton, que chegou a criar um “consenso ortodoxo” na metade do século XX a respeito de como operar a investigação social, teria errado gravemente, no entendimento de Giddens, ao dar pouca atenção à dimensão consciente dos indivíduos expressa na linguagem, imaginando-os como “marionetes” das estruturas. Por isso mesmo, teria recebido as justas críticas da etnometodologia de Schütz, Garfinkel e outros “sociólogos da ação”. O problema, para o sociólogo britânico, é que a sociologia não presenciou nenhum tipo de consenso após essas críticas, imperando, ao contrário, uma “babelização teórica” com pesquisas sociológicas baseadas em recortes microrreducionistas focadas na ação reflexiva e pouco se dando conta dos aspectos estruturais formadores da ação (GIDDENS; 1996, 2009, 2018).

Ante a tal “babelização” em que se encontraria a teoria social, Giddens acredita que a postura mais sensata não é nem a de rejeição a qualquer teorização sobre o mundo social, nem a de volta ao dogmatismo da interpretação dos clássicos e muito menos de júbilo ante a suposta evidência da “fecundidade” da teoria social, mas a de uma “reconstrução sistemática” na qual se poderia construir uma base mais satisfatória sobre os fundamentos da realidade social e da sua compreensão (GIDDENS, 2018, pág. 232). Para a realização de tal reconstrução, seria preciso superar algumas limitações do antigo consenso ortodoxo, mas, ao mesmo tempo, não ceder às limitações das abordagens focadas na ação que surgiram como resposta ao antigo consenso. Vejamos algumas de suas principais críticas a

essas duas tradições, especialmente no que se refere aos problemas levantados nos capítulos precedentes e o lugar da causalidade no estudo social. Começamos sumariamente com as limitações do antigo consenso ortodoxo a serem contornadas, Giddens cita cinco.

A primeira é superar a ideia de que o suposto “atraso” das ciências sociais em relação às ciências naturais é resultado de uma “juventude” da área, que seria resolvida com o amadurecimento cronológico do campo quando, na verdade, em suas formas modernas, as ciências sociais são tão jovens quanto as outras ciências. Para Giddens, as suas diferenças se relacionam muito mais com a natureza do objeto de estudo do que com a suposta juventude de uma ciência fadada a trilhar um caminho já traçado de desenvolvimento à maneira das outras ciências, como imaginava o postulado positivista. Para o nosso autor, poder-se-ia objetar que existem sim generalizações causais nas ciências sociais e chamá-las de “leis” (aqui o autor usa o termo em um sentido amplo e, em obra futura como exporemos, rejeitará qualquer uso do termo), mas, mesmo assim, é importante destacar as diferenças entre essas asserções causais gerais possíveis no estudo social e os enunciados nomológicos em algumas áreas das ciências naturais.

Embora o caráter das leis nas ciências naturais seja ainda controverso e muito debatido, há pouca razão para duvidar de que a maioria é putativamente universal na forma dentro dos limites de sua aplicação; todas as leis operam dentro de certas condições-limite, mas as relações causais específicas que elas expressam são imutáveis dada a ocorrência dessas condições. Não é esse o caso, entretanto, com as leis das ciências sociais, em que as relações causais envolvidas, como tentei mostrar em outro trabalho, sempre se referem a “mesclas” de consequências intencionais e não intencionais dos atos reproduzidos. As leis em ciências sociais são de caráter *histórico* e em princípio *mutáveis* na forma. Já argumentei que todas as formas de conduta social regularizada podem ser analisadas como tipicamente envolvendo conjuntos de conexões entre as condições não reconhecidas da ação, a racionalização da ação no contexto do seu monitoramento reflexivo intencional e as consequências não intencionais da ação (GIDDENS, 2018, pág. 235, grifos do autor).

Uma segunda limitação, é a concordância com o empirismo lógico e outros filósofos como Bertrand Russell e o Wittgenstein do *Tractatus* de encarar a linguagem como um simples instrumento de descrição. Para Giddens, isso é especialmente deletério no âmbito das ciências sociais, pois a linguagem não só descreve o mundo social, mas faz coisas e participa da construção do mesmo ao ser utilizada. Dessa maneira, em vez de procurar elaborar linguagens técnicas que se distanciam do uso comum da língua, com

vistas a encontrar uma suposta maior precisão metodológica, o cientista social deve abraçar a linguagem corrente, seja como a maneira principal de ter acesso às teias de significado utilizadas e criadas pelos indivíduos, como para a própria elaboração sociológica e a sua divulgação, que não se distingue epistemologicamente da utilizada pelos atores leigos.³² Ao contrário de Schultz que, discutindo o “postulado da adequação”, defendia que as ideias sociológicas deveriam ser “traduzidas” para a linguagem leiga, Giddens está mais próximo de Winch (1970) nessa questão e entende que a relação é inversa: as ideias e conceitos sociológicos utilizados pelos cientistas sociais só fazem sentido quando provêm e guardam referência com termos utilizados no universo dos sujeitos pesquisados (GIDDENS, 2018, pág.238).

A terceira limitação do antigo consenso ortodoxo, que se liga diretamente à segunda, é a sustentação de um “modelo revelador” para as ciências sociais. Ora, se a linguagem técnica utilizada pelas ciências em geral difere daquela que utiliza o ator leigo e, se as explicações sociológicas do antigo consenso com frequência dispensaram as razões dos indivíduos, o que se esperava é que essa ciência revelasse conhecimentos e descobertas desconhecidas àqueles sujeitos pesquisados. Para Giddens, no entanto, dependendo a sociologia como depende do esclarecimento do conhecimento mútuo³³ das relações sociais, não pode dispensar a linguagem comum e, com frequência, deve estar acostumado, não a ter resistências às suas descobertas e instrumentos – como, por exemplo, um biomédico que se depara com alegações de que “vacinas causam autismo” – mas, pelo contrário, com acusações de que a “a sociologia de nada serve” e que só fala do trivial revelando apenas o que já é de conhecimento dos sujeitos pesquisados. Por outro lado, para o sociólogo britânico, não cabendo o modelo revelador, não significa que a sociologia não afirme nada para além do que os atores “já sabem” ou que tenha paralisada a “vontade crítica”, pois existiriam dimensões que fogem à intencionalidade, como as consequências não-intencionais e aspectos inconscientes, ao mesmo tempo em que não é obrigatório ao

32 É o que afirma também Gusmão (2007; 2012; 2015).

33 Sobre a indispensabilidade da imersão para compreender uma cultura diferente através do entendimento do seu conhecimento mútuo e como este é ao mesmo tempo o material a ser estudado pelo pesquisador e o que constitui a vida social: “(...) o conhecimento mútuo não é uma série de elementos corrigíveis, mas representa os esquemas interpretativos que tanto sociólogos como actores não especialistas usam e devem usar para “darem sentido” à actividade social, ou seja, para produzirem caracterizações ‘reconhecíveis’ dela. *A imersão numa forma de vida é o meio único e necessário através do qual um observador é capaz de produzir tais caracterizações*”. (GIDDENS, 1996, pág.184, grifos do autor)

pesquisador a aceitação lógica e empírica do conhecimento mútuo, sendo esta uma das dimensões críticas e de intervenção da sociologia (GIDDENS, 2018, pág. 239-243).

A quarta limitação se relaciona à falta de uma teoria da ação. Para Giddens, mesmo “A estrutura da ação social” de Parsons dá pouco lugar aos atores e suas ações reflexivas no dia a dia, preocupando-se muito mais com o “problema hobbesiano da ordem” e de como a moral se introjeta na ação individual e permite a existência da sociedade – o que se ligaria também a falta de teorizações sobre as relações de poder. Erro oposto teria acometido as abordagens interpretativas, dispensando discussões sobre a ordem institucional e a transformação social. A teoria da estruturação, como já discutimos, pretende preservar o que há de melhor nessas abordagens ao mesmo tempo em que reconstrói a teoria social, colocando as relações de poder como matéria essencial de toda interação social (GIDDENS, 2018, pag. 243-246).

A quinta e última limitação do antigo consenso ortodoxo se refere à concepção positivista de ciência natural adotada e da utilização da tomada de tal caracterização do empreendimento científico como parâmetro a ser alcançado ou rejeitado pelas ciências sociais. Para Giddens, este modelo desenvolvido por Carnap e outros do Círculo de Viena e, em seguida, aprofundados em mais detalhes por Hempel e Nagel ajudou a criar o anseio em alguns pesquisadores, mesmo aqueles que não eram funcionalistas, de que a explicação científica teria que operar através da “subsunção dedutiva de uma observação ou evento de acordo com uma lei” (GIDDENS, 2018, pág. 247). Para o nosso sociólogo, essa ideia de explicação necessariamente ligada a uma lei é uma descrição pobre mesmo para as ciências naturais como um todo³⁴, mas especialmente o é quando se trata dos fenômenos sociais e históricos. A concepção de explicação para o nosso autor, então, rejeita tais “exigências” do empirismo lógico e compreende que muito da querela que procura ampliar as distinções entre ciências naturais x ciências sociais, e nos quais se fundamentam questões como “explicação x compreensão” e o lugar da causalidade, partem de um entendimento

34 Giddens não é muito específico aqui quando fala em “lei”, mas mesmo lembrando de algumas concepções de lei científica, não parece ser o caso de termos exemplos de generalizações que sigam essas lógicas nas ciências sociais: (1) Lei empírica qualitativa, formada por um enunciado universal que descreve uma regularidade natural, a exemplo da “lei da dilatação dos metais”; 2) Lei empírica quantitativa, aquela que estabelece uma regularidade quantitativa, como a que afirma que “a pressão de um gás é proporcional à temperatura”; 3) Leis teóricas, como a da gravitação universal de Einstein ($E=mc^2$); 3) Leis do tipo *Ceteris Paribus*, que se aplicam em circunstâncias definidas, a exemplo de “a água ferve a 100° ao nível do mar” e assim por diante. (exemplos dados na disciplina de filosofia da ciência em 2019.1 com o professor André Leclerc, curso de Filosofia UnB)

equivocado de filosofia da ciência natural e procuram “imitar”, no complexo mundo humano, o que não existiria nem no estudo da natureza. Explicação e compreensão possuiriam assim uma diferença muito mais contextual do que lógica:

A explicação, concebida mais amplamente, pode ser entendida de forma mais adequada como a solução de charadas ou o esclarecimento de dúvidas e interrogações; sob esse ponto de vista, explicar é tornar inteligíveis observações ou eventos que não podem ser facilmente interpretados no contexto de uma teoria ou esquema de sentido existentes. A distinção entre descrição e explicação assume assim, de certa forma, um caráter contextual: a identificação ou descrição de um fenômeno, por sua incorporação em determinado esquema de sentido, é explicativa quando essa descrição ajuda a resolver uma questão. Essa noção ampla de explicação liga as investigações explanatórias da ciência de modo bem íntimo às indagações cotidianas. Em um e outro caso não há uma forma logicamente fechada de explicação; quer dizer, *todas as tentativas de satisfazer indagações pressupõem uma “cláusula etc.” contextual*, que considera uma investigação concluída “para os objetivos presentes”. Mas isso, claro, explica muito pouco sobre a natureza da explicação. Em especial, não mostra quais as características de uma explicação “satisfatória” ou “válida” de um fenômeno se comparada com outras que podem ser consideradas falhas. Não pretendo me ocupar dessa questão aqui. O que quero mesmo ressaltar é: dizer que a explicação é contextual não implica, como poderiam supor os adeptos do consenso ortodoxo, defender uma versão “suave” ou humanística da sociologia. Não pode haver, em especial, um retorno à oposição entre *verstehen* e *erklären* [entender e esclarecer], oposição que serviu na tradição hermenêutica para diferenciar entre as tarefas das ciências sociais e das ciências naturais. Pois um aspecto notável no desenvolvimento da hermenêutica é que a maioria dos autores que viam as ciências sociais ou humanas como caracteristicamente ocupadas com os “sentidos” ou “produtos culturais” aceitava um modelo positivista de ciência natural. É bem sabido que Dilthey foi influenciado fortemente pela *Lógica* de John Stuart Mill e aceitava a definição geral que este deu de ciências naturais como um florete para sua concepção de ciências humanas. Mais recentemente, o trabalho de Winch sobre a base filosófica das ciências sociais parece depender da concepção de ciência natural desenvolvida pelo empirismo lógico; e a elaboração de Habermas de uma noção de interesses constitutivos do conhecimento parece ainda reter elementos de um modelo positivista de ciência, retomando assim em parte a diferenciação *verstehen/erklären* (GIDDENS, 2018, pág. 247 e 248, grifos do autor)

Giddens critica também algumas limitações das abordagens “estruturalistas” à maneira de Durkheim e de Parsons, especialmente no que se refere à dificuldade dessas abordagens de lidar com a questão da transformação social, uma vez que a criatividade humana é muito limitada nas mesmas. Estes autores teriam pensado o problema de “como a sociedade é possível” de maneira a atribuir demasiado valor a uma “ordem normativa”, explicando pouco as transformações e inovações dentro dessa mesma ordem. Por outro

lado, Marx que é um teórico do conflito, teria restringido o seu enfoque àqueles embates motivados por interesses de classe, por vezes até supondo que todas as querelas cessariam com a superação do capitalismo como modo de produção. A abordagem marxista em sua forma clássica deixaria de fora temas conflituosos contemporâneos que giram em torno de valores, normas, convenções etc (GIDDENS, 1996, pág. 111-119).

Como dissemos, estrutura em Giddens é um conceito descritivamente útil e nominal³⁵ e não uma realidade existente de modo “*sui generis*” ou algo que estaria para além “das aparências”. Tal postura evitaria os problemas que essas escolas tiveram em lidar com questões como o surgimento dos significados e transformações das estruturas: se as estruturas possuem “vida própria”, como surgem? O que leva às suas transformações? Responder a essas questões, sem referência às ações dos indivíduos, significa atribuir à sociedade, enquanto estrutura, capacidades e movimentos independentes difíceis de aceitar. Giddens diverge também de noções estruturais em Herbert Spencer, Radcliffe-Brown, Bronislaw Malinowski, e outros que, apesar de usarem o termo em um sentido adequadamente descritivo, teriam se apegado à noção de “função” como válvula explicativa e retiraram o papel ativo dos indivíduos de suas análises (GIDDENS, 1996, pág. 138).

Partindo agora para as críticas feitas por Giddens em *Novas regras* (1996) a alguns representantes da “sociologia da ação” ou interpretativas em sua concepção de sociologia, ressaltaremos rapidamente alguns pensadores e pontos que se relacionam com os interesses do trabalho, começando pelo filósofo Peter Winch. Em *A ideia de uma ciência social e a sua relação com a filosofia* (1970), Winch defende que há uma separação radical entre a metodologia empregada nas ciências sociais e aquela que é utilizada nas ciências naturais, especialmente por conta do distinto lugar da causalidade e da observação de regularidades nesses dois campos. O filósofo entende que a ação humana é particularmente significativa e, como tal, só é compreendida através das normas que regulam estas ações – em síntese, entender a ação de um indivíduo ou de um coletivo de pessoas significaria compreender as normas que motivam e justificam as ações dos mesmos. Dessa maneira, rejeita-se inclusive a possibilidade de explicação causal nas ciências sociais, sendo a mesma inadequada

35 “Pode-se às vezes falar de coletividades como se fossem agentes, mas apenas metaforicamente. Isso pressupõe certas qualidades que elas possuam como um todo – empresas com fins lucrativos, por exemplo, ou hospitais onde se tratam doentes. Porém os únicos agentes verdadeiros na história são os indivíduos.” (GIDDENS e PIERSON, 2000, pág.69).

metodologicamente. Para posições como essa, mesmo Weber estaria mais próximo da tradição naturalista, a despeito de toda a sua herança hermenêutica.

Segundo Winch, são profundas as implicações de reconhecer que o comportamento humano ‘significante’ é necessariamente orientado por um conjunto de regras e mostram que existe uma discrepância radical entre os métodos das ciências naturais e sociais. As ‘regularidades’ que podem ser discernidas no comportamento humano não podem ser explicadas nos mesmos termos das que ocorrem no mundo natural. Weber estava certo ao sublinhar que a acção humana é usualmente ‘previsível’, mas errado ao supor que a sua explicação pode assumir uma forma causal que é logicamente, se não em conteúdo, a mesma que caracteriza as ciências naturais (GIDDENS, 1996, pág.61).

Giddens aponta algumas limitações nas ideias de Winch, no entanto, nos centraremos naquelas que dizem respeito mais especificamente à questão da causalidade. Pelo fato de, do ponto de vista giddensiano, Winch assumir uma relação não problemática entre as normas sociais ou regras e a ação supostamente orientada pelas mesmas – desconsiderando, por exemplo, assimetrias de poder na imposição de regras morais e orientações distintas que um ator pode ter com essas regras, como conhecê-las e não segui-las – por esses motivos, Giddens acredita que Winch faz uma confusão, restringindo o significado da ação ao compromisso moral que o motivaria. Para o sociólogo britânico, se esse fosse o caso das ciências sociais, realmente o estudo da sociedade se limitaria a uma dimensão conceitual de identificação de comandos morais e a sua imediata obediência mediada pela simples inteligibilidade do indivíduo à norma, sendo muito diferente da separação de variáveis causais na natureza (GIDDENS, 1996, pág. 62). No entanto, junto com Weber, Giddens discorda dessa possibilidade:

O seguimento das regras no sentido da ocorrência factual de um acto de obediência a um comando, como Weber correctamente frisa, não é explicado pela identificação da inteligibilidade de “obediência”. O reconhecimento deste último ponto deita por terra a tentativa de Winch para criar um caso lógico de modo a excluir a possibilidade de análises causais nas ciências sociais na base de que (sic) as acções apenas “expressam ideias” e as relações entre as ideias é mais conceptual do que causal. Talvez possa ser correcto sustentar que a explicação do porquê da obediência de alguém a um comando não possa ser expressa como um exemplo da lei da causalidade, mas este é já um outro tipo de assunto (GIDDENS, 1996, pág. 64 e 65).

Giddens critica ainda outras releituras da tradição hermenêutica, como as que foram realizadas por Gadamer e Habermas. No caso de Gadamer, o seu entendimento da *Verstehen*, enquanto um intercâmbio entre tradições, sem a possibilidade do estudo objetivo no sentido metodológico, mas apenas relacional de quadros de experiência, seria em demasia presa fácil às acusações relativistas. Se o significado das ações não pode ser compreendido, ocorrendo apenas o resultado criativo do intercâmbio de dois quadros culturais, no entendimento do sociólogo britânico, a posição de Gadamer abandona a possibilidade de revivência (*Nacherleben*), que marca a hermenêutica e, portanto, o individualismo metodológico e o próprio conhecimento objetivo – preservado tanto por Dilthey como por Weber (GIDDENS, 1996, pág. 72-73).

Quanto à Habermas, o reparo se dirige à maneira como se realiza a sua tentativa de conciliar nas ciências sociais a dimensão hermenêutica e nomológica, através da teoria crítica junto à psicanálise. Para o filósofo e sociólogo alemão haveria no encontro psicanalítico a junção da interpretação; com a tentativa de compreender os significados da experiência psíquica do paciente; a explicação, com a descoberta do que haveria “por trás” de tais verbalizações, explicando, causalmente, os seus motivos; e por fim, a motivação emancipatória que mediará toda a terapia (GIDDENS, 1996, pág. 76).

Para Giddens, a tentativa de junção entre esses modelos é louvável, mas a referência à psicanálise como um modelo para a mediação entre esses interesses cognitivos seria uma exemplificação pobre, seja pela relação “enviesada ou autoritária” entre analista e paciente, mas, principalmente, pelo fato de esse encontro em muito se distinguir das relações sociais comuns em que a explicação causal da ação não existe apenas enquanto “motivos escondidos”, como Habermas faz crer. Por fim, Habermas ignoraria que, tanto as ciências naturais possuem uma dimensão hermenêutica, como teria caído no mesmo problema de alguns pensadores influenciados pelo segundo Wittgenstein ao entender o significado social como estritamente ligado à ação intencional – o que seria rejeitável por desconsiderar na análise social as consequências não intencionais, limitando assim a mediação entre a ação e as propriedades estruturais (GIDDENS, 1996, pág. 84-86).

Nesse bojo, uma das principais críticas de Giddens à chamada “filosofia da ação”, principalmente aquela influenciada pelo Wittgenstein tardio é a de lidar muito pobremente, quando lida, com questões estruturais, como as transformações e mudanças institucionais.

Isso ocorreria, primeiro, por restringir o âmbito da ação ao que é intencional. Se é verdade que todo ato intencional é uma ação, não se poderia dizer o contrário, pois os indivíduos agem causalmente no mundo mesmo sem possuírem a intenção de fazê-lo. Por isso Giddens utiliza um conceito menos filosófico e mais operacionalizável sociologicamente de ação: “Definirei acção como o fluxo de intervenções causais, efectivas ou contempladas de seres corpóreos no processo contínuo dos acontecimentos do mundo” (GIDDENS, 1996, pág.91). Em segundo lugar, as “razões” poderiam ser separadas dos atos no sentido de pensá-las como as explicações “teóricas” que os agentes podem dar para as suas ações, quando instados a fazê-las e, em terceiro, a comunicação entre os indivíduos coloca questões que vão para além do significado das palavras e adentram em questões propriamente sociológicas, o que teria sido ignorado por essas escolas (GIDDENS, 1996,pág. 98-110).³⁶

Afora estas distinções teóricas de Giddens e suas consequências, seja nos debates em filosofia da ação ou na sua utilidade metodológica na pesquisa social, podemos observar como isso fundamenta a sua posição no que se refere à questão da causalidade e das razões.

Serão as razões causas? (...) É impossível uma discussão mais pormenorizada sobre a lógica da análise causal no âmbito deste trabalho, pelo que afirmarei aqui dogmaticamente a necessidade de ter em conta uma teoria da *causalidade do agente* de acordo com a qual a causalidade não pressuponha “leis” de conexão invariável (se é isto, verifica-se o reverso), mas antes (1) a *interligação necessária* entre causa e efeito e (2) a ideia de eficácia causal. O facto de acção ser causada pela monitoração reflexiva do agente das suas intenções relativamente quer aos desejos, quer à apreciação das exigências do mundo “exterior”, fornece uma explicação suficiente da liberdade do comportamento para as necessidades desse livro; desta forma, não oponho liberdade à causalidade, mas antes a “causalidade do agente” à “causalidade dos fenómenos”. Assim, o “determinismo” em ciências sociais refere-se a qualquer esquema teórico que reduza a ação humana somente à “causalidade fenomenal” (GIDDENS, 1996, pág. 102, grifos do autor).

36 A seguinte passagem que Giddens retira de Schültz esclarece bem a diferenciação entre ato, intenção e razão: “Seja-me permitido apresentar um exemplo de Schültz: ‘abrir um chapéu de chuva’ é a caracterização de um acto; a intenção da pessoa ao fazê-lo pode expressar-se na ideia de ‘querer permanecer seca’, manifestando-se a razão dada para isso na consciência de que colocar um objecto de forma adequada por cima da cabeça a manterá afastada da chuva” (GIDDENS, 1996, pág. 101).

Nesse sentido, Giddens opera uma distinção entre a causalidade que é predominante na explicação da natureza, relacionada a leis e relações invariantes e a causalidade na explicação sociológica, que se refere à possibilidade de intervenção causal no mundo pelos agentes, seja por atos ou por razões. No próximo tópico, discorreremos de maneira mais empírica, através de pesquisas citadas pelo próprio Giddens, alguns desses raciocínios expostos teoricamente e discutiremos como o entendimento do autor acerca da causalidade na explicação sociológica, propõe a renúncia de alguns dualismos perenes da discussão teórico-social.

3.2 A teoria da estruturação e a pesquisa empírica: a causalidade na explicação sociológica e a rejeição de oposições metodológicas

O fato dos seres humanos serem agentes conscientes de suas ações, sendo capazes de fornecer razões e motivos para explicar o que fazem, quando indagados, faz com que Giddens entenda que essa dimensão não pode ser ignorada nas pesquisas empíricas, não só por se tratar de um aspecto-chave na construção do mundo social em sua dimensão ontológica, mas também por ser a maneira mais frutífera, metodologicamente falando, de esclarecer os acontecimentos e relações que a partir daí se sucedem. Além da cognoscitividade dos indivíduos, ou seja, do caráter consciente da ação, o sociólogo chama sempre a atenção para duas dimensões que não são passíveis de clarificação pelos motivos: o inconsciente e as consequências impremeditadas da ação consciente.

Importantes teóricos sociais chegaram a considerar estas duas últimas dimensões como as mais esclarecedoras ou mesmo as únicas que interessariam qualquer análise social, enquanto outros entenderam se tratar de questões menos importantes ou mesmo que não seriam do interesse das ciências sociais. Giddens entende que todos esses temas cabem no escopo da sociologia e se relacionam de maneira intrincada. A ação quotidiana e repetitiva dos indivíduos é inseparável do entendimento da reprodução de instituições e padrões sociais mais duráveis no tempo, não sendo uma a “base” da outra, mas sim os elementos de uma integração sem a qual a sociedade não seria possível.

O caso da rotina é sempre um exemplo utilizado como referência para se pensar a reprodução social através da consciência prática, pouco refletida no plano discursivo, e sustentada pelo que chama de “segurança ontológica” que permite aos indivíduos dar prosseguimento a suas vidas sem um constante questionamento a respeito da sua condição. A um sujeito no fluxo de sua rotina quotidiana, pouco refletida na execução de qualquer tarefa, por exemplo, não caberia afirmar que age vítima de impulsos que lhe condicionam externamente ou pelo “condicionamento social estrutural”. Se indagado, será capaz de fornecer todas as razões para fazer o que faz e como faz, não sendo então adequado, para o pesquisador social, falar de “coerções” que se imporiam externamente de maneira independente a esses contextos de interação e das razões dos indivíduos.

Sendo assim, Giddens prioriza e entende como a forma mais acabada de estudo social, o tipo de análise etnográfica com “descrições densas” (GEERTZ, 2008), referindo-se a essa abordagem como “análise de conduta estratégica”. No entanto, para o sociólogo britânico tal forma de pesquisa não deve esgotar o cabedal metodológico da sociologia e nem sempre se faz necessário ou adequado o seu emprego, como é o caso do que chama de “análise institucional”. No tipo de análise institucional os indivíduos são tratados de modo agregado, seja através de métodos quantitativos ou através de recursos a uma certa “tipicidade” comum nas análises macrosociológicas. Tal abstração da ação individual, no entanto, é preciso destacar, não passaria de um recurso metodológico, sem pretensões de descrever uma realidade macro independente, o que deve ser efetuada sem se recorrer a raciocínios funcionalistas. Isso ocorre porque mesmo fenômenos sociais padronizados e previsíveis a nível institucional ou imprevisíveis ante a ação intencional não ocorrem de maneira independente e “por trás” da ação situada, mas sempre em relação a mesma.³⁷

Na análise institucional é lícito estabelecer conexões regularizadas que são colocadas de maneira “impessoal”. Suponhamos, a título de ilustração, que

37 Em entrevista, Pierson, faz uma provocação a Giddens afirmando que existem propriedades estruturais que não se relacionam com a ação intencional como, por exemplo, a demografia de um país e aponta que isso seria um problema para a teoria da estruturação. No que o sociólogo inglês responde: “Simplesmente não vejo onde está o problema. A estrutura só existe na medida em que as pessoas agem conscientemente e em certos contextos que têm consequências determinadas. Tais consequências não costumam ser previstas nem conhecidas, mas é sua ocorrência regular – sua reprodução – que as torna estruturais e nos permite falar de efeitos estruturais. Os efeitos estruturais são causais, mas somente na medida em que são mediados pelos tipos de propriedade que estou descrevendo. A densidade demográfica, por exemplo, só tem efeitos estruturais na medida em que se organiza através do que as pessoas fazem realmente. Que outras propriedades causais pode haver?” (GIDDENS e PIERSON, 2000, pág.65).

isolemos uma relação entre mudança tecnológica e padrões de organização administrativa em firmas comerciais. O uso crescente da tecnologia de microchips, digamos, poderia ser comprovadamente associado a uma dissolução parcial de formas mais rígidas de autoridade hierárquica. A “força social” envolvida neste caso não é como uma força da natureza. As generalizações causais nas ciências sociais pressupõem uma “mistura” típica de consequências premeditadas e impremeditadas de ação, com base na racionalização da conduta, “implicada” no nível da consciência discursiva ou no da consciência prática. A mudança tecnológica não é algo que ocorre independentemente dos usos dados à tecnologia pelos agentes, dos modos característicos de inovação etc (GIDDENS, 2009, pág. 209 e 210).

Por um lado, a “análise de conduta estratégica” enfoca a maneira como os indivíduos mobilizam estruturas sociais nas suas diversas relações, sendo de especial interesse da investigação a consciência discursiva e a consciência prática – a primeira se referindo aos conhecimentos expressáveis pelos atores que justificam suas ações, quando questionados; e a segunda ao que não é normalmente expressado de maneira discursiva, mas que constitui uma espécie de *know how* de como dar prosseguimento ao fluxo de ações cotidianas. Nessa ênfase investigativa o sociólogo britânico entende como princípios fundamentais “a necessidade de evitar descrições empobrecidas da cognoscitividade dos agentes; uma descrição refinada da motivação; e uma interpretação da dialética do controle” (GIDDENS, 2009, pág. 340).

Por outro lado temos a “análise institucional”. Neste enfoque, o objetivo é o de pensar nos processos de reprodução de propriedades estruturais a nível macro e ao longo do tempo sem necessariamente discutir os contextos e razões das ações de indivíduos localizados. Giddens chega a afirmar em *Novas regras* que a análise institucional é mais próxima do modelo “nomológico” de investigação no sentido de ser, pelo menos metodologicamente, independente da subjetividade³⁸. Nas obras posteriores, porém, mesmo termos como “nomológico” são abandonados (tópico 3.3). Para Giddens, e esta posição interessa mais fortemente aos assuntos dessa dissertação, apesar dos dois tipos de ênfase tomarem um ao outro como “dados” em suas análises, a diferença é apenas de enfoque, não existindo “uma linha divisória nítida que possa ser traçada entre esses dois

38 “O domínio da acção humana é limitado. Os seres humanos produzem a sociedade, mas fazem-no enquanto actores historicamente localizados, e não sob condições da sua própria escolha. No entanto, existe uma margem instável entre o comportamento que pode ser analisado enquanto acção intencional e o comportamento que tem que ser analisado nomologicamente como um conjunto de ‘ocorrências’. No tocante à sociologia, a tarefa crucial da análise nomológica deve ser encontrada na explicação das propriedades estruturais dos sistemas sociais.” (GIDDENS, 1996, pág.183, grifos do autor)

tipos, e cada um deles, crucialmente tem de ser, em princípio, completado por uma concentração na dualidade da estrutura” (GIDDENS, 2009, pág. 340). O que interessa destacar é que, na teoria da estruturação de Giddens, a explicação causal não é uma particularidade de nenhum dos dois tipos de investigação social.

Com vistas a evidenciar os dois enfoques e a sua relação com a teoria da estruturação, Giddens recorre à exemplificação de duas pesquisas empíricas que teriam lidado com alguns problemas que a sua teorização pretende responder. A primeira, no modelo “análise de conduta estratégica”, é uma etnografia de Paul Willis chamada *Learning to Labour* (1977) em que o pesquisador examina as relações travadas entre um grupo de crianças filhos da classe trabalhadora inglesa da cidade de Birmingham com a autoridade escolar e as consequências impremeditadas de tais atitudes em um posterior enquadramento desses jovens em trabalhos não-qualificados e que servem à reprodução do capitalismo industrial. Essa relação é vista de maneira não-funcional, mas como resultado de ações intencionais a partir de valores e práticas distintas da hierarquia educacional, dotadas de sentido e analisáveis tanto em sua dimensão prática quanto discursiva.³⁹

É contra abordagens funcionalistas que explicariam o ingresso desses jovens no mercado de trabalho de baixa qualificação como uma consequência da “necessidade estrutural do sistema de produção econômico”, por exemplo, que a teoria da estruturação realiza suas críticas metodológicas mais ferozes. Tal maneira de explicar o mundo, que seria presente tanto no marxismo clássico como na sociologia durkheimiana é, para Giddens, equivocada por ignorar o papel ativo dos agentes humanos mesmo nas relações

39 “O estudo de Willis é incomum, comparado com uma boa parte da pesquisa social, porque ele sublinha que as ‘forças sociais’ operam através das razões dos agentes e porque seu exame da reprodução social não recorre a conceitos funcionalistas. Sua interpretação da conexão entre a ‘contracultura’ da escola e os mais amplos padrões institucionais, expressos concisamente, é formulada nos seguintes termos. Os modos antagônicos de comportamento dos ‘garotos’ na escola levam-nos a querer deixar a escola para começar a trabalhar. Querem a independência financeira que o trabalho proporcionará; ao mesmo tempo, entretanto, não têm quaisquer expectativas especiais a respeito de outros tipos de recompensa que o trabalho poderia oferecer. A cultura agressiva e trocista que eles desenvolveram no *milieu* escolar assemelha-se muito, na realidade, à cultura da fábrica nas situações de trabalho para onde eles tendem a encaminhar-se ao abandonar a escola. Por conseguinte, eles acham relativamente fácil seu ajustamento ao trabalho e estão aptos a tolerar as exigências de um labor monótono e repetitivo em circunstâncias que eles reconhecem ser desagradáveis, quando não inconciliáveis. A consequência impremeditada e irônica da ‘parcial penetração’ deles nas limitadas oportunidades de vida que lhes são acessíveis é perpetuar ativamente as condições que ajudam a limitar estas últimas. De fato, por terem deixado a escola sem qualificações e ingressado num mundo de trabalho manual de baixo nível, um trabalho que não oferece perspectivas de carreira e com o qual estão intrinsecamente descontentes, eles estão efetivamente encahalados aí para o resto de suas vidas ativas” (GIDDENS, 2009, pág. 346).

sociais mais “coercitivas” e por confundir as consequências com a causa de um fenômeno. Assumindo o risco de sermos enfadonhos: para Giddens, não é porque um acontecimento específico ou um conjunto de relações possuem uma consequência nefasta ou positiva para um grupo social, político ou econômico que é necessariamente resultado de uma concertação de um outro grupo organizado ou de “necessidades estruturais” com vistas a alcançar aquele fim. Mesmo análises sociológicas que não se filiem ao funcionalismo teórico estariam passíveis de assumir esse tipo de postura em uma espécie de funcionalismo não-teórico (GIDDENS, 2018, pág.18).

Sendo assim, alguma dimensão “funcional” pode ser adequada na análise social somente quando envolve as razões dos próprios atores em direção a um objeto, como em Searle e as “declarações funcional-estatutivas”, ou a existência de uma função institucional como a que é dada à escola na sociedade contemporânea, mas não enquanto motivação “por trás” da ação “aparentemente” refletida da qual os atores não poderiam escapar. Assim, todos os atores possuem razões para fazer o que fazem, mesmo que as suas consequências fujam de controle, o que é diferente de pensar que os acontecimentos são explicados causalmente por “funções latentes” que não as “manifestas” pelos indivíduos.⁴⁰

A crítica de Giddens ao tipo de explicações causais baseadas em funções, como as citadas acima, não se fundamenta em aspectos morais como a de uma suposta “tentativa de controle da liberdade humana”, mas em limitações puramente metodológicos: as ciências sociais não disporiam, e nem se pode saber se disporá, de mecanismos que mostrem como fenômenos sociais se realizariam a partir da satisfação de “necessidades funcionais” que não consultem as ações intencionais dos indivíduos. E mesmo as tentativas de explicação mecanicistas não funcionalistas seriam limitadas.

Giddens opera algumas críticas aos modelos de explicação de tomada de decisão como as que se assentam em pressupostos de racionalidade, teoria dos jogos e o individualismo metodológico, a exemplo do que faz Raymond Boudon e Jon Elster. Para o nosso sociólogo esse modelo teórico pode ser útil em alguns casos que envolvam tomadas de decisões individuais bem específicas e calculáveis, como as exigidas na economia e certas decisões políticas, mas possui uma abrangência muito limitada visto que esses

40 Giddens entende que Merton fez importantes contribuições à sociologia ao chamar a atenção para as consequências não intencionais da ação intencional, no entanto, discorda da maneira como o mesmo associa as consequências imprevistas a necessidades funcionais (GIDDENS, 2009, pág. 14).

contextos não são os únicos nas sociedades modernas e talvez não sejam as predominantes, uma vez marcada por relações que envolvem comunicação mútua constante e não tomadas de posição categóricas (GIDDENS, 2009, pág. 370). Na falta de tais mecanismos, as “explicações” funcionalistas não são, estritamente falando, explicações.

Nesse sentido, para Giddens, a linguagem funcionalista peca tanto por uma espécie de “deficit intencional” – que, se incorporado no lugar dos “mecanismos” ou da explicação estrutural, joga por terra o próprio modelo funcional de investigação – quanto por uma ignorância a respeito dos limites do controle sob as consequências impremeditadas da ação intencional. Vejamos como isso se aplica na pesquisa de Willis sobre a reprodução social através da educação:

Conforme já indicamos, dizer que a “educação [...] tem a função de alocar indivíduos [...]” encobre as diferenças entre aspectos premeditados e impremeditados da reprodução social. Portanto, não está claro em tais declarações até que ponto os processos em questão são o resultado de “laços causais” e em que medida estão incorporados em processos do que chamei anteriormente de auto-regulação reflexiva. As necessidades sociais existem como fatores causais implicados na reprodução social somente quando são reconhecidas como tais por aqueles que são envolvidos em determinado momento, e influenciados por elas. O sistema educacional em que “os garotos” estão envolvidos foi supostamente estabelecido a fim de promover a igualdade de oportunidades. Seus resultados substantivos, com relação à perpetuação da imobilidade, contrapõem-se a isso, mas eles não foram planejados nesse sentido pelo ministério da Educação ou qualquer outro órgão diretivo do Estado. Se fossem – se a educação fosse deliberadamente organizada por poderosas entidades decisórias, a fim de perpetuar o sistema de classes –, o processo envolvido seria substancialmente diferente. (...) O resultado pode ser alguma forma de objetivismo – o que quer que aconteça, é como resultado de forças sociais tão inevitáveis quanto as leis da natureza. Alternativamente, porém, poderia haver uma tendência a aceitar uma espécie de teoria da conspiração. O que quer que aconteça, é porque alguém o planejou. Se a primeira alternativa, a concepção característica do funcionalismo, está associada à não-atribuição de suficiente importância à ação intencional, a segunda deriva do fato de não se perceber que as consequências de atividades escapam cronicamente a seus iniciadores (GIDDENS, 2009, pág. 350).⁴¹

41 “Tal asserção de Giddens é próxima do que afirma Bourdieu sobre o mesmo tema da reprodução escolar. Fazendo uma metáfora com a segunda lei da termodinâmica, no entanto, Bourdieu têm uma ênfase mais estruturalista: ‘O sistema escolar age como o demônio de Maxwell: à custa do gasto de energia necessária para realizar a operação de triagem, ele mantém a ordem preexistente, isto é, a separação entre os alunos dotados de quantidades desiguais de capital cultural. Mais precisamente, através de uma série de operações de seleção, ele separa os detentores de capital cultural herdado daqueles que não o possuem. Sendo as diferenças de aptidão inseparáveis das diferenças sociais conforme o capital herdado, ele tende a manter as diferenças sociais preexistentes’ (BOURDIEU, 2007, pág.37). ‘Do mesmo modo, no lugar do demônio, há, entre outras coisas, milhares de professores que aplicam aos estudantes categorias de percepção e de avaliação estruturadas de acordo com os mesmos princípios (não posso desenvolver aqui a análise que fiz das categorias de entendimento dos professores, e dos pares de adjetivos, tais como brilhante/sério, que os

Se por um lado as explicações funcionais não são, na verdade, explicações, por outro, elas acabam servindo para chamar a atenção para fenômenos que deveriam ser submetidos a análises que envolvam intencionalidade e contextualização para ser melhor compreendidas. Se uma asserção de viés funcionalista, por exemplo, como a que pode ser vista em parte da tradição marxista, expressa que o trabalho enquanto uma mercadoria “deve” existir para o funcionamento do sistema econômico capitalista, isto precisa ser melhor abordado em “como” esse tipo de relação de trabalho surgiu e contribuiu para a reprodução desse dado modelo econômico, em uma argumentação que imagina um “contexto contrafactual” (GIDDENS, 2009, pág. 357).

Isso não quer dizer que qualquer referência a ideias que não façam menção à ação situada e significativa sejam descartáveis. Se ação e estrutura são inseparáveis no âmbito ontológico, ou seja, na dimensão mais fundamental do mundo social e de suas relações, nada impede que, enquanto recurso metodológico, se aproveite da utilidade que a referência a conjuntos estruturais pode possibilitar à investigação social, tendo sempre em vista o seu caráter de “(...) ordem virtual de relações, fora do tempo e do espaço” (GIDDENS, 2009, pág. 358).⁴² É o que Giddens entende como análise institucional, o segundo modelo a ser exemplificado aqui.

Quando se trata de análises institucionais e coerções estruturais, o interesse se volta para uma dimensão e recorte maior do que aqueles de que tratam as etnografias, exigindo assim um enfoque diferente. No entanto, isso não significa ignorar o papel cognoscitivo dos agentes e das razões dadas pelos mesmos para a ação, mesmo nas situações mais “sufocantes” do ponto de vista estrutural.⁴³ Para demonstrar essa ideia, o sociólogo

mestres utilizam, para julgar a produção de seus estudantes e todos os seus modos de ser e de fazer). Dito de outra forma, a ação do sistema escolar é resultante de ações mais ou menos grosseiramente orquestradas de milhares de pequenos demônios de Maxwell que, por suas escolhas ordenadas de acordo com a ordem objetiva (as estruturas estruturantes são, como tenho lembrado, estruturas estruturadas), tendem a reproduzir essa ordem sem saber, ou querer.”(BOURDIEU, 2007, pág. 43).

42 Os conceitos estruturais são entendidos por Giddens em um sentido nominal, ou seja, enquanto conceitos úteis à investigação, porém irreais quando se trata de uma existência em si mesma, aqui assume uma postura mais próxima de Weber e distante de Durkheim ou outros sociólogos contemporâneos como Archer (1982, 2013): Vejamos o que diz Giddens: “(...) devo reafirmar que a dualidade de estrutura “nada significa”. Tem apenas valor explanatório quando consideramos algumas situações históricas concretas. A “dualidade” da dualidade de estrutura respeita à dependência da ação e da estrutura, entendida como asserção lógica, mas que não envolve certamente a fusão de um actor situado com a colectividade” (GIDDENS, 1996, pág. 15).

43 “Não devemos confundir o conceito lógico de ação com o conceito sociológico de socialização. Um faz parte da definição do que é um ser humano primeiramente, ao passo que o outro é muito mais uma explicação

britânico se vale de um segundo exemplo empírico, este de uma pesquisa realizada no noroeste da Itália sobre oportunidades educacionais, sob a liderança de Diego Gambetta (1982). A pesquisa envolveu a aplicação de questionários a cerca de 3 mil pessoas recém-egressas do ensino médio e que procuravam empregos, a investigação buscava encontrar as variáveis com maior impacto nas decisões dos indivíduos quanto ao seu futuro.

Giddens analisa como se pode chegar a diversos resultados com a metodologia quantitativa empregada, como o do impacto da classe social ou de antecedentes socioeconômicos na escolha educacional e desempenho – no estudo de Gambetta “Uma criança de ‘classe alta’ tem quatro vezes mais chances de chegar à educação universitária do que uma criança de background ‘proletário’”(GIDDENS, 2009, pág. 360). Avançando na análise dos dados e controle de variáveis o pesquisador italiano observa que a profissão do pai tem impacto preponderante e ainda descobre uma sequência interessante de acontecimentos: enquanto as crianças da classe trabalhadora têm mais chances de desistir precocemente dos estudos, aquelas que permanecem têm maior probabilidade de se formarem e adentrarem na Universidade se comparado com as crianças de melhor perfil socioeconômico – o que se procura explicar pela ideia que pais proletários possuiriam um incentivo a mais de se sacrificar para manter crianças talentosas e interessadas na escola.

A pergunta a que Giddens quer responder, neste tipo de reflexão, e que se relaciona com o tema da causalidade estrutural é a seguinte: a partir desses resultados, porquê é incorreto afirmar que as crianças de pais trabalhadores foram “empurrados” a situações x e y? Qual é o problema, ante tais resultados, em se afirmar que as condições estruturais causaram as escolhas dos filhos da classe trabalhadora através de coerções estruturais? No que responde:

Em primeiro lugar, as coerções não “impõem” ninguém a fazer coisa nenhuma, se ele ou ela não tiver já sido “estimulado”. Por outras palavras, uma descrição da conduta deliberada está subentendida mesmo quando as coerções que limitam os cursos de ação são muito fortes. Em segundo lugar, as coerções são de vários tipos. Nesse caso, é importante distinguir entre a coerção que deriva de sanções diferenciais e a coerção estrutural. Em terceiro lugar, estudar a influência da coerção estrutural em qualquer contexto particular de ação subentende

do que realmente acontece a certo tipo de indivíduo em certo tipo de ambiente em virtude das influências sociais ao seu redor. As ‘influências sociais’ não são como as relações causais na natureza. Há certos católicos de Glasgow que não torcem para o Celtic, e outros que talvez nem gostem de futebol” (GIDDENS e PIERSON, 2000, pág.64).

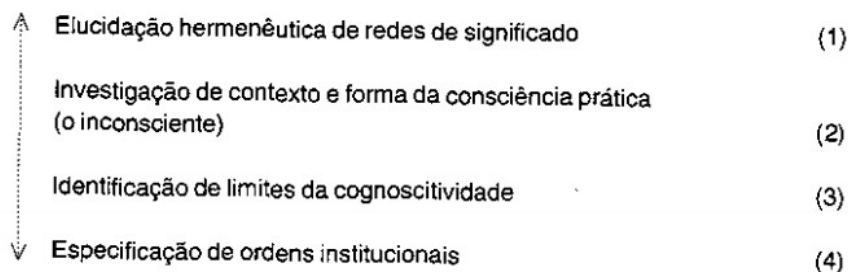
especificar aspectos relevantes dos limites da cognoscitividade dos agentes (GIDDENS, 2009, pág. 364).

Para o nosso sociólogo, contrariando boa parte dos defensores dos métodos quantitativos nas ciências sociais, resultados como os que chegou o estudo de Gambetta não são completos, sendo deficitários em um sentido sociológico, uma vez que não especificam em contexto as razões dos indivíduos de tomarem as decisões que tomaram. Se tivéssemos nas ciências sociais a observação de fenômenos invariáveis e dispuséssemos de mecanismos de explicação, certamente Giddens aceitaria que as observações contextuais seriam descartáveis. No entanto, não é o que ocorre e mesmo as abordagens das teorias de tomada de decisão se mostram inconsistentes em seu entendimento no que tange às motivações, sendo imprescindível um aprofundamento contextual das inferências a que os métodos estatísticos nos propiciam, mesmo quando se trata de contextos em que as possibilidades de escolha e ação são extremamente limitadas.

Se o agente “não poderia ter atuado de outro modo” na situação, é porque existia somente uma opção, dadas as carências desse agente. Isso *não deve* ser confundido, como tenho enfatizado sistematicamente, com o “não poderia ter sido feito de outra maneira” que marca a fronteira conceptual da ação; é exatamente essa a confusão que os sociólogos estruturais tendem a fazer. Quando existe uma única opção (viável), a consciência de tal limitação, junto com as carências, fornece a razão para a conduta do agente. É pelo fato de a coerção – entendida como tal pelo ator – constituir a razão para essa conduta, que a elipse da sociologia estrutural é facilmente feita. As coerções também participam, é claro, das razões dos atores quando está envolvida uma gama mais ampla de opções. Uma vez mais, temos de ser cuidadosos nesse ponto. Os modelos formais de preferência ou de tomada de decisão, em qualquer conjunto dado de circunstâncias, oferecem um modo analiticamente poderoso de interpretação das ligações entre propriedades estruturais, mas não substituem as investigações mais detalhadas das razões dos agentes que a pesquisa etnográfica propicia (...). Por outras palavras, as coerções estruturais operam sempre através dos motivos e razões dos agentes, estabelecendo (com frequência de maneira difusa e tortuosa) condições e consequências que afetam opções abertas a outros, e o que eles querem das opções que têm, sejam elas quais forem (GIDDENS, 2009, pág. 365 e 366, grifos do autor).

Tendo posto a dimensão inseparável da relação entre ação e estrutura, a entrada metodológica das investigações sociais empíricas poderia ser realizada, então, em diversos

níveis da realidade social sem isso significar um abandono da tese básica de integração ontológica da teoria da estruturação. São quatro níveis, para sermos mais precisos.



(GIDDENS, 2009, pág. 386)

Giddens tece críticas aos sociólogos quantitativos que ignoram o nível (1) em suas pesquisas, ou seja, desprezam a observação hermenêutica das redes de significado com argumentos sobre a sua irrelevância para a elaboração da pesquisa ou – o que é mais importante para os objetivos desse trabalho – sob a alegação de que esta dimensão possuiria um caráter meramente descritivo e não explicativo (GIDDENS, 2009, pág. 386).

Para o sociólogo britânico, a pesquisa que se realiza no nível (1) pode não só ser explicativa como generalizante. Explicativa porque lida com respostas a formulações do tipo “por quê” (GIDDENS, 1996, pág. 98) e pode fornecer, como recorrentemente fornece, explicações para acontecimentos e ações a partir da elucidação de intenções individuais – especialmente para indivíduos que não fazem parte daquele grupo social específico. Por outro lado pode atingir uma dimensão generalizante se vier a ser realizada em um número razoável de casos e alcance, chegando assim a uma certa tipicidade sobre aquele objeto de estudo ou conjunto de relações sociais (GIDDENS, 2009, pág. 386).

Se a pesquisa no nível (1) pode ser explicativa e generalizante, as análises no nível (3), que mais recorrentemente buscam esses dois objetivos, dispensando abordagens mais hermeneuticamente orientadas, só o fazem tendo como pressuposto tais dimensões hermenêuticas como existentes em contextos localizados e se dedicando com mais frequência a objetos que envolveriam conhecimento mútuo entre objeto e pesquisador, dispensando então, em alguns casos, maiores esclarecimentos interpretativos sobre o grupo

e relações sociais a que se dedica. Nesse sentido, para o sociólogo inglês, estudos ao nível (3), que fogem à cognoscitividade dos agentes por se tratarem de fenômenos impremeditados, não podem perder de vista e ter uma boa fundamentação sob os outros três níveis, sob o risco de se cair na linguagem funcionalista de investigação social. O mesmo serviria para o nível (4) que se refere à “análise das condições de integração social e sistêmica através da identificação dos principais componentes institucionais dos sistemas sociais” (GIDDENS, 2009, pág. 388).

O entendimento de Giddens é que a teoria da estruturação e a superação do dualismo entre agência e estrutura resolve também outros conflitos como os que envolveriam diferenças supostamente intransponíveis entre micro/macro análise e pesquisas quantitativas e qualitativas. Os quadros acima com quatro níveis de investigação ajudam a compor o raciocínio.

É na relação entre 1 e 2, por um lado, e entre 3 e 4, por outro, que frequentemente se localiza uma divisão entre métodos “qualitativos” e “quantitativos”. A predileção por métodos quantitativos tem sido, é claro, desde há muito uma característica dos atraídos para o objetivismo e a sociologia estrutural. De acordo com esse tipo de ponto de vista, a análise de condições da vida social que se estendem muito além de quaisquer contextos imediatos de interação é o objetivo primordial da ciência social, e a percepção da natureza “consolidada” dos componentes institucionais da vida social pode ser melhor adquirida através da classificação, da mensuração e dos métodos estatísticos. Obviamente, a ideia de que a preocupação dominante das ciências sociais é a revelação de generalizações semelhantes a leis sobre a conduta social está intimamente relacionada com essa propensão. Há neste ponto uma forte e, com frequência, deliberada ressonância da divisão “macro”/“micro”. Aqueles que favorecem os métodos quantitativos como base principal do que torna a ciência social uma “ciência” tendem a enfatizar a primazia chamada “análise macrossociológica”. Os que advogam métodos qualitativos como fundamento da pesquisa empírica nas ciências sociais, por outro lado, enfatizam 1 e 2, a fim de apontar o caráter necessariamente situado e significativo da interação social. Estes se inclinam, com frequência, a mostrar-se diretamente hostis ao uso de métodos quantitativos na ciência social, escorados no argumento de que a quantificação e o uso do método estatístico impõem à vida social uma fixidez que ela, de fato, não tem. Não é difícil discernir no conflito entre essas posições um resíduo metodológico do dualismo de estrutura e ação, e, mostrando que tal dualismo é espúrio, poderemos dissecar melhor algumas das implicações empíricas da dualidade da estrutura (GIDDENS, 2009, pág. 389).

Como podemos, Giddens entende que estes dualismos metodológicos – em que se colocam de um lado, aqueles preocupados com o caráter padronizado e consolidado do

mundo social (afeitos ao método quantitativo e macrosociológico objetivista) e de outro aqueles que se atêm à dimensão situada, significativa e, portanto, mais contingente das relações (com predileção à microsociologia qualitativa) – partem de uma concepção equivocada da natureza do mundo social. Para ele, é como se estas abordagens imaginassem erroneamente poder investigar apenas o caráter mais ou menos fixo e padronizado do mundo social agindo sob os indivíduos; ou a maneira localizada e intencional das ações dos sujeitos, que pensam e agem de maneira reflexiva e não como títeres de estruturas que lhe antecedem.

Na verdade, para o sociólogo inglês, as duas caracterizações da investigação são não apenas complementares, mas condição *sine qua non* uma da outra, na medida em que a ação situada só é possível através da mobilização pelo agente de formas estruturais como a linguagem, as regras morais, institucionais e certos padrões de comportamento. Ao mesmo tempo em que os indivíduos reproduzem a ordem institucional ativamente, reforçam a “realidade” de uma estrutura de relações estável e parcialmente coercitiva sob os mesmos.

Um exemplo bastante ilustrativo, utilizado com frequência por Giddens, é o das relações existentes entre os indivíduos no tribunal do júri. As interações em uma sala de tribunal só são compreensíveis para os atores que participam desse ritual na medida em que possuem um mínimo conhecimento mútuo sobre as características e regras dos procedimentos da justiça criminal. Tais regras servem de suporte, não só para a própria ação dos indivíduos, mas também para a sua compreensão sociológica e, quando agindo de acordo com as mesmas, os sujeitos acabam por contribuir com a sua reprodução institucional (GIDDENS, 2009, pág. 389). Para Giddens, portanto, métodos quantitativos e qualitativos são próximos e devem ser complementares na análise social, tanto por ambos estudarem uma realidade que pressupõe a ação e a estrutura como inter-relacionados como por não serem tão distantes em suas lógicas internas e procedimentos.⁴⁴

44 “Uma vez entendido plenamente este ponto, desaparece a idéia de que existe uma nítida divisão ou uma necessária oposição entre métodos qualitativos e quantitativos. É provável que as técnicas quantitativas sejam requeridas, usualmente, quando se pretende investigar um grande número de ‘casos’ de um fenômeno, com relação a uma variedade restrita de características designadas. Mas a coleta e interpretação de material quantitativo depende de procedimentos metodologicamente idênticos à coleta de dados de uma espécie ‘qualitativa’, mais intensiva. É por isso que o estudo de Gambetta pode ser usado para focalizar alguns dos mesmos problemas investigados por Willis. Os dados do primeiro autor referem-se a um grande número de indivíduos; o material do segundo autor, apenas a um grupo reduzido. O trabalho de Gambetta envolve o uso de uma bateria de refinados métodos de pesquisa, ao passo que o estudo de Willis consiste inteiramente em informações etnográficas. Mas a pesquisa do primeiro, não menos do que a do segundo, pressupõe uma apreensão da ação situada e de significados sem a qual as categorias formais da metalinguagem teórica

3.3 Senso comum, generalizações e a causalidade na explicação sociológica

Para Giddens, uma das coisas que diferencia as ciências sociais das naturais se refere à relação que os dois campos possuem com o chamado senso comum. Enquanto as ciências naturais podem, em grande parte das vezes, dispensar visões de senso comum sobre a esfericidade ou não do planeta terra ou da utilidade ou não das vacinas na prevenção de doenças, nas ciências sociais essa relação é um tanto mais complexa e a visão de senso comum não poderia ser desprezada pelos seus pesquisadores. Por um lado, o senso comum não pode ser suprimido pelos sociólogos, na medida em que consiste na matéria-prima para o entendimento do mundo social e das relações travadas no mesmo, sendo a sua compreensão condição *sine qua nom* para o entendimento das interações e das suas consequências. Porém, mais do que isso, o senso comum não pode ser ignorado por completo, segundo Giddens, porque o conhecimento produzido pelas ciências sociais não rompe lógica e epistemologicamente com o saber produzido pelas pessoas comuns, apesar das suas diferenças.

O fracasso das ciências sociais vistas como uma ciência natural da sociedade é não só manifesto na falta de um *corpus* integrado de leis abstratas, cujas circunstâncias de aplicação são conhecidas de forma precisa e que se coadunam com a aceitação de uma “comunidade profissional”, como também é evidente na resposta do público não especialista. Concebidas como projecto por Comte e

empregada pelo investigador não teria sentido nem aplicação. Todos os chamados dados ‘quantitativos’, quando examinados atentamente, resultam ser compostos de interpretações ‘qualitativas’ - isto é, contextualmente localizadas e indiciadoras – produzidas por pesquisadores situados, codificadores, funcionários governamentais e outros. Os problemas hermenêuticos apresentados pela pesquisa etnográfica também existem no caso de estudos quantitativos, embora esses possam ser em grande parte ‘enterrados’ pela extensão em que os dados envolvidos foram ‘trabalhados’. As tentativas de produzir medidas em termos de escalas, eliminar inclinações seletivas, criar técnicas coerentes de amostragem etc., situam-se dentro desses limites. Elas não comprometem logicamente, de maneira alguma, o uso de métodos quantitativos, embora nos levem, sem dúvida, a apreciar a natureza dos dados quantitativos de modo diferente do de alguns defensores da sociologia estrutural. Os níveis 1 e 2 são, assim, tão essenciais para entender o 3 e o 4 quanto o inverso, e os métodos qualitativos e quantitativos devem ser vistos como aspectos mais complementares do que antagônicos da pesquisa social. Uns são necessários aos outros, se quisermos que a natureza substantiva da dualidade da estrutura seja ‘mapeada’ em termos das formas de articulação institucional por meio das quais os contextos de interação são coordenados em sistemas sociais mais abrangentes. Um ponto que precisa ser convincentemente acentuado é que os pesquisadores sociais devem estar atentos para os modos como os dados quantitativos são produzidos. Pois, diferentemente do movimento do mercúrio dentro de um termômetro, os dados sociais nunca são apenas um ‘indicador’ de um fenômeno independentemente dado, mas sempre, ao mesmo tempo, exemplificam aquilo de que ‘tratam’ - isto é, processos de vida social” (GIDDENS, 2009, pág. 393 e 394).

Marx, as ciências sociais deveriam ser reveladoras, afastar-se dos preconceitos obscuros dos primeiros tempos e substituí-los por um autoconhecimento racional. O que se afigura como “resistência” do público não especialista em relação às “descobertas” das ciências sociais é frequentemente o equivalente à oposição que tem sido por vezes provocada por teorias do mundo natural, por exemplo, a relutância em admitir que o mundo é esférico, e não plano. Mas esse tipo de resistência é despoletado por teorias científicas ou descobertas que vão contra o senso comum (...). No tocante às objeções que os membros não especialistas da sociedade frequentemente levantam às reivindicações da sociologia, passa-se justamente o inverso: é frequente dizer-se que essas “descobertas” nada acrescentam ao que era já conhecido – ou, pior ainda, que aparecem revestidas de linguagem técnica quando são perfeitamente familiares na terminologia diária. Há um hábito por parte dos que estão envolvidos nas ciências sociais de não tomarem em conta estas posições (...). Contudo, sugiro que devemos seriamente tomar em conta as objeções, mesmo que no fim não sejam sustentáveis, porque, e em certo sentido não é de forma alguma de fácil exposição, a sociedade é o resultado das capacidades conscientemente aplicadas dos agentes humanos. A diferença entre a sociedade e a natureza reside no facto de a segunda não ser um produto humano, não *ser* criada pela acção humana. Enquanto entidade plurípessoal, a sociedade é criada e recriada constantemente, se não *ex nihilo*, pelos participantes em cada um dos encontros sociais. A *produção da sociedade* é uma realização engenhosa, sustentada e “criada para acontecer” por seres humanos. É de fato tornada possível apenas porque cada membro (competente) da sociedade é um teórico social prático; ao sustentar qualquer tipo de encontro, cada indivíduo usa as teorias e os conhecimentos sociais, normalmente de uma forma rotineira e pouco esforçada, sendo o uso destes recursos práticos precisamente a condição para a produção efectiva do encontro. Esses recursos (a que mais tarde chamarei genericamente “conhecimento mútuo”), *enquanto tais*, não são corrigíveis à luz das teorias dos cientistas sociais, mas são rotineiramente usados por eles no decurso das pesquisas que estejam a levar a cabo, ou seja, uma perspectiva dos meios usados pelos membros da sociedade para gerarem a interacção social é uma condição para a compreensão do seu comportamento por parte dos cientistas sociais, precisamente da mesma forma que o é para esses próprios membros (GIDDENS, 1996, pág.29 e 30, grifos do autor)

Sendo assim, o conhecimento produzido por analistas sociais pode não só ser incorporado pelos “sujeitos pesquisados”, em suas ações cotidianas, como também não consistirem em nenhuma novidade para estes mesmos indivíduos, caracterizando-se como “descobertas” apenas para aqueles que não fazem parte daquele contexto social estudado.⁴⁵ Para Giddens, os conceitos e análises que os estudiosos da sociedade realizam são de “segunda ordem”, pois tratam de relações e acontecimentos que já foram uma vez

45 Não posso deixar de mencionar um episódio pessoal vivenciado quando, neófito no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, nas primeiras aulas, assisti junto a um colega, que vinha de bairro pobre da periferia de Fortaleza, também novato no curso, uma palestra em que um pesquisador apresentou uma etnografia das relações sociais da capital cearense perpassadas por contextos de violência. Após a apresentação, meu colega me confidenciou admirado e entre risos: - Eu não sei se entendi bem o que esse pesquisador quis dizer, pois tudo que ele disse eu já sabia!

interpretados pelos indivíduos em estudo, exigindo tão somente um processo de tradução das categorias a um formato mais propriamente sociológico. Tal característica do objeto de estudo dos sociólogos – qual seja, a de se tratar de fenômenos significativos que são reinterpretados, processo a que Giddens chama de “dupla hermenêutica” – é um dos responsáveis pelo caráter eminentemente etnográfico da sociologia e das pesquisas sociais, em que o pesquisador seria muito mais um comunicador de um certo “*milieu*” cultural, a outros que o desconhecem, do que um cientista munido de teorias que lhe dariam a capacidade de revelar descobertas sobre o mundo social, inacessíveis àqueles que não foram treinados na academia.⁴⁶

Sendo o indivíduo pesquisado pela sociologia um “teórico social prático”, há lugar para a linguagem técnica nas ciências sociais? Ou seja, podem as ciências sociais adequadamente fazer uso de termos que não tenham referência na atividade consciente dos indivíduos? O nosso sociólogo entende que a linguagem cotidiana utilizada pelos indivíduos em seu dia a dia não é algo lateral ao mundo social, mas fundamentalmente a maneira como esse mundo é constituído, produzido e compreendido. A compreensão deste mundo realizada pelos cientistas sociais não difere epistemologicamente ou qualitativamente daquela utilizada pelos próprios indivíduos para agirem e entenderem uns aos outros. A ideia de *Verstehen* então, para Giddens, não é apenas uma metodologia específica das ciências humanas de investigação, mas ao mesmo tempo a condição ontológica da vida social e a maneira como se realiza a sua compreensão.

A centralidade da linguagem natural, quer para a constituição da acção como “significante”, quer para o processo de comunicação na interacção, apresenta-se de tal forma que o recurso a ela se torna necessário para a geração de qualquer tipo de “materiais de pesquisa” em sociologia: o observador sociológico não pode construir uma metalinguagem técnica que esteja desligada das categorias da linguagem natural [poderá ser verdade, por outras razões diferentes, que um observador científico-natural também não possa (cf. Polanyi, quer sobre o papel

46 Esse raciocínio é o muito próximo do que afirma Luís de Gusmão: “(...) se um sociólogo afirmar que uma dada sociedade é fortemente estratificada, pois ali todos os indivíduos são iguais, todos possuem o mesmo *status* social, isso soará tão absurdo e incorreto para os seus pares como para qualquer leigo que não ignore os significados dos termos da linguagem natural “estratificado” e “iguais”. Isso ocorre porque os vocabulários teórico e vulgar partilham aqui, na verdade, os mesmos significados. Assim, os conteúdos empíricos do segundo, estabelecidos pelo seu uso bem-sucedido na vida cotidiana, acabam sendo transplantados, digamos assim, para o primeiro. Em outras palavras, a preservação no jargão técnico dos teóricos sociais dos significados originais dos termos ali empregados, indício seguro, vale a pena sublinhar, da ausência de rupturas efetivas com o conhecimento de senso comum expresso nesses termos, acaba se revelando aqui de inestimável valia.” (GUSMÃO, 2012, pág.31)

do “conhecimento tácito” na concepção das observações, quer sobre a discussão do teorema de Gödel na concepção de teorias), mas isso é controverso de uma forma que não pode sê-lo nas ciências sociais, que lidam com um mundo já “interpretado” pelos seus sujeitos constituintes, que o constituem *enquanto* mundo a ser estudado através da sua manutenção como “significante” (GIDDENS, 1996, pág. 172, grifos do autor).

Tais considerações possuem algumas consequências na pesquisa sociológica empírica. Giddens destaca duas. A primeira é que o estudo sobre o comportamento social humano exige sempre o contato direto ou indireto, como no caso da pesquisa histórica, em que seja possível alguma espécie de “comunicação” entre o pesquisador e o seu objeto, dando-lhe acesso aos significados das relações naquela forma de vida ou, em seus próprios termos, ao conhecimento mútuo que perpassa aquelas relações, sendo então inescapável a dimensão hermenêutica. A segunda consequência, no que tange à possibilidade de metalinguagens nas ciências sociais, Giddens entende que só fazem sentido quando se referem aos próprios termos utilizados pelos indivíduos ou que se ligam indiretamente a noções reconhecíveis pelos mesmos, podendo até eventualmente trazer maior precisão⁴⁷, mas rejeitando qualquer possibilidade de explicações causais gerais independentes das razões dos sujeitos, como quis o “*pathos*” do séc. XIX com Comte, Durkheim, Marx e outros. Tal raciocínio opera uma distinção no tipo de generalização causal possível na natureza e no estudo social empírico (GIDDENS, 1996, pág. 172-174).

Não entrarei na difícil e controversa matéria respeitante à forma lógica das leis causais nas ciências naturais. Todavia, sejam concebidas como forem, parece claro que as generalizações causais nas ciências naturais pressupõem um conjunto de relações invariantes, expressas em termos de probabilidades como de conexões universais. Todas essas generalizações envolvem algumas condições e, por conseguinte, mesmo as leis universais podem, de certa forma, ser modificadas pela intervenção humana na natureza: a temperatura a que a água ferve num recipiente pode ser alterada pela mudança da pressão do ar, embora isto não afecte de forma alguma a própria lei. Por outro lado, na análise estrutural nas ciências sociais, as relações causais que as generalizações teóricas expressam não se referem a ligações automáticas estabelecidas na natureza, mas a resultados de realizações humanas; isto aplica-se a generalizações na economia que dizem respeito à repartição de bens materiais, tal como acontece com as que são formuladas nas outras ciências sociais. Sendo assim, são as consequências não intencionais reproduzidas de actos intencionais e são *maleáveis à luz do*

47 Giddens entende que termos técnicos como “razão”, “causa” ou neologismos como “preferência líquida” não ferem tais limites porque pressupõem a capacidade dos indivíduos de raciocinarem em termos de “preço”, “custo”, “venda”, “vantagens” etc e trazem um acréscimo de inteligibilidade aos fenômenos. (GIDDENS, 1996, pág. 174)

desenvolvimento do conhecimento humano. Daqui não se infere disto que a conexão entre entradas de conhecimento e a modificação daquelas condições em que os seres humanos figuram como objectos para eles próprios seja simples e necessariamente expansiva da autonomia humana (GIDDENS, 1996, pág. 175, grifos do autor).

Para Giddens, a preocupação com generalizações, e mesmo leis, seria mais presente entre os cientistas sociais de inclinação “objetivista” e estrutural, que têm por objeto primeiro os fenômenos que fugiriam à dimensão consciente dos indivíduos, priorizando menos aqueles padrões e acontecimentos com alta taxa de regularidade, que dependem mais diretamente da ação intencional – como a relação entre o sinal ficar vermelho e os carros pararem no semáforo; ninguém parece pretender explicar através de uma lei, em um sentido científico e não jurídico, esse tipo de padrão altamente recorrente e generalizável (GIDDENS, 2009, pág. 405). Tendo em vista o canônico modelo *hempeliano*⁴⁸ da explicação científica, no entanto, Giddens defende que, se temos nas ciências naturais alguns exemplos de leis universais, nas ciências sociais não foi encontrado nenhum exemplo e não há um candidato inquestionável a esse posto (GIDDENS, 2009, pág. 406). O que não quer dizer, no seu entendimento, que toda explicação causal no âmbito das ciências sociais necessite de leis ou mecanismos invariáveis e, tampouco significa, um atraso em comparação às outras áreas do conhecimento, mas uma característica da natureza do campo de estudo que trata de relações sociais significantes.

Quando se trata de estudar o mundo social em toda a sua variedade, estes tais mecanismos que completariam o quebra-cabeças de uma lei científica são formados por

48 A explicação *nomológico-dedutiva* (ou *covering-law*: “cobertura por leis”), na formulação de Carl Hempel, recebe esse nome por explicar dedutivamente um fenômeno empírico qualquer baseado em premissas formadas por leis universais. Nesse modelo, o *explanandum*, ou seja, a explicação do fenômeno em questão, deve ser uma consequência lógica válida do *explanans*, sentença formada por condições iniciais e por pelo menos uma lei científica. Vejamos um exemplo conhecido, aqui nas palavras do próprio Hempel: “Nossa explicação da dilatação do fio de cobre, por exemplo, assumiria a forma de um argumento com duas premissas: (i) a lei geral segundo a qual todo fio de cobre torna-se mais longo quando sua temperatura se eleva e (ii) o enunciado de que dado fio era feito de cobre e de que sua temperatura sofreu elevação. Dessas premissas decorre, dedutivamente, a conclusão de que o fio estendeu-se em comprimento, que é o fato a ser explicado. Assim, o enunciado explicativo de que a dilatação do fio foi causada pela elevação da temperatura é substituída por um argumento onde não mais aparece a palavra ‘causa’ ou seus cognatos. (...) Pode-se dizer, de maneira geral, que o vocabulário técnico através do qual se expressam as hipóteses e teorias científicas não inclui palavras como ‘causa’ e ‘fator causal’ e que uma versão em termos de causa só é aceitável como explicação científica explícita na medida em que a atribuição causal por ela feita possa ser comprovada e substituída por enunciados de leis correspondentes” (HEMPEL, 1979, pág. 161). Para mais detalhes sobre esse e outros modelos de explicação científica ver: Salmon (1989).

um intrincado de relações que envolve as razões intencionais dos indivíduos e as suas consequências premeditadas e impremeditadas, tendo como resultado tanto a ampliação das causas atuantes como a não fixidez das mesmas. As causas aqui são tanto aquelas que os sociólogos “estruturalistas” tendem a enfatizar, e que ocorrem sem a racionalização dos indivíduos, mas também as ações mais quotidianas postas em prática por atores não-leigos sobre seu próprio mundo. Apoiando-se em uma concepção semelhante à de Donald Davidson (1963), Giddens afirma que, em última instância, “razões são causas”, mas entende que não são as únicas causas em jogo na trama social:

Correndo uma vez mais o risco de desconcertar o leitor de mentalidade mais filosófica, proponho simplesmente declarar que as razões são causas, aceitando que isso implica, sem dúvida, uma explicação não-humana (sic) da causalidade⁴⁹. Em termos mais adequados, usando a terminologia por mim introduzida: a racionalização da ação está causalmente implicada, de maneira crônica, na continuação das ações do dia-a-dia. Por outras palavras, ela é um elemento importante na gama de poderes causais que um indivíduo, enquanto agente social, apresenta. Isso porque fazer algo por determinadas razões significa aplicar uma compreensão do que “é requerido” num dado conjunto de circunstâncias. Ter razões para fazer alguma coisa não é o mesmo que fazer alguma coisa por certas razões, e é essa diferença que cria o impacto causal da racionalização da ação. As razões são causas de atividades que o indivíduo “faz acontecer” como característica inerente a ele ser um agente. Mas como a monitoração reflexiva da ação é limitada, conforme tenho freqüentemente insistido, existem fatores causais influenciando a ação sem atuar através de sua racionalização. Segue-se do que foi anteriormente dito que esses fatores são de dois tipos: influências inconscientes e influências que afetam as circunstâncias da ação, em cujo âmbito os indivíduos levam a efeito sua conduta. (...) Ora, é possível admitir que todas as generalizações abstratas nas ciências sociais são, explícita ou implicitamente, enunciados causais. Mas, como me preocupei em enfatizar ao longo deste livro, importa muitíssimo saber que tipo de relações causais está envolvido. Quer dizer, as situações em que os participantes “fazem acontecer” um resultado regularizado diferem substancialmente daquelas em que esse resultado “acontece” de um modo não pretendido por nenhum participante.

49 Aqui houve um erro de tradução mais sério que merece esclarecimento, pois uma “explicação não-humana da causalidade” é justamente o que Giddens não pretende com a teoria da estruturação. O correto aqui, nos parece, é que o sociólogo britânico estaria se referindo a uma explicação ou concepção “(...) não-humana (ou humiana) da causalidade”. Na versão original em inglês: “Once more at the risk of upsetting the more philosophically minded reader, I propose simply to declare that reasons are causes, accepting that this no doubt implies a non-Humean account of causality.”(GIDDENS, 1984, pág.345) O filósofo empirista David Hume, que viria a influenciar posteriormente o Círculo de Viena e filósofos como Carl Hempel, defende que supomos a existência de uma relação causal, especialmente no que se refere às questões de fato, quando eventos do tipo X e Y ocorrem sempre de maneira conjunta; sempre que encontramos X, encontramos Y seguindo-o temporalmente e, por fim, quando imaginamos que essa conjunção continuará ocorrendo no futuro. Essa concepção de causa é que leva o filósofo escocês ao controverso problema da indução: sendo as inferências causais nada mais que um hábito ou costume mental derivado da experiência passada empírica, sustentamos sob bases frágeis qualquer inferência sobre relações causais no futuro (HUME, 2004); (MORRIS & BROWN, 2019).

Como o conhecimento dos agentes sobre as condições que influenciam a generalização é causalmente pertinente a ela, essas condições podem ser alteradas por mudanças nesse conhecimento. A profecia auto-realizadora é um, mas apenas um, exemplo desse fenômeno (GIDDENS, 2009, pág. 407 e 408).

Sendo assim, haveria uma diversidade de causas em jogo no mundo social, sendo estas captáveis através das diversas metodologias disponíveis de uma maneira complementar e não opositora. Existiriam as causas próximas às racionalizações dos indivíduos, melhor percebidas através de etnografias e trabalho de campo – em estudos históricos isso é compreendido através de discursos, diários, jornais e outros documentos. E, existem ainda, causas de ordem inconsciente e estrutural, que fogem à monitoração reflexiva dos indivíduos, podendo ser percebidas através de uma metodologia que tipifique tais fenômenos ou faça recurso a testes estatísticos, por exemplo.

Nesse sentido, é preciso destacar o caráter histórico e situado das generalizações causais em ciências sociais, sendo muito improvável que se alcance o tipo de enunciado com caráter de lei ou até mesmo universal que existe em algumas das ciências naturais. Uma vez que a combinação entre ações, consequências intencionais e não-intencionais são circunstâncias limitadas espacotemporalmente – como a generalização estatística que Gambetta observou ao afirmar que a probabilidade de uma criança de classe operária abandonar os estudos cai, à medida que se aumentam os anos de estudo. Mesmo resultados esclarecedores como esse, dependem da recorrência de atitudes, que podem se transformar, como de fato se transformam historicamente, inclusive através do conhecimento dos pais sobre este mesmo estudo e de tomadas de decisão a partir desse conhecimento. O que, de novo, para Giddens, seria distinto no restante da natureza:

Existem sempre condições-limite para os efeitos de leis nas ciências naturais. Mas elas não afetam a relação causal invariante que está no núcleo das tarefas explicativas pelas quais pode ser feita referência à lei. No caso de generalizações em ciências sociais, os mecanismos causais são inerentemente instáveis, e o grau de instabilidade depende de até que ponto os seres aos quais a generalização se refere são suscetíveis de apresentar modelos padronizados de raciocínio, de forma a produzir tipos-padrão de consequências impremeditadas. (...) Sendo esse o caso, será lícito chamar de “leis” às generalizações nas ciências sociais? Isso depende inteiramente do rigor com que se deseje interpretar o termo. Em minha opinião, como na ciência natural “lei” tende a estar associada à esfera das relações invariantes, mesmo no caso daquelas que não são universais na forma, é

preferível não usar o termo nesse campo de conhecimento (GIDDENS, 2009, pág. 408 e 409).

O argumento do indeterminismo em certos campos de ciências como a física quântica que, com frequência, é utilizado para afirmar uma menor diferença das ciências sociais com aquele campo de conhecimento é, para Giddens, carente de uma clarificação quanto ao papel do pesquisador na observação dos fenômenos e o papel dos significados nas relações sociais. Nas ciências sociais, o indeterminismo se relacionaria com uma dimensão autoinfluidora que não teria paralelo na natureza (GIDDENS, 1996, pág. 175 e 176), uma vez que não só a maneira de observar o mundo social é passível de produzir imagens distintas dessa realidade, mas a própria constituição desse mundo com indivíduos que dão significado e o transformam a todo instante seria o responsável por uma distinção persistente.

A sociologia não trata de um universo “preconcebido” de objectos, mas de um constituído ou produzido por realizações activas dos sujeitos. Os seres humanos transformam a natureza socialmente e, “humanizando-a”, transformam-se a si próprios, mas não produzem, é claro, o mundo natural, que está constituído enquanto mundo-objecto, independentemente da sua existência. (...) (As teorias que os seres humanos desenvolvem podem afectar a natureza através das suas aplicações tecnológicas, mas não poderão vir a constituir aspectos do mundo natural como o são do mundo social) (GIDDENS, 1996, pág.182, grifos do autor).

Se, como temos explorado na argumentação de Giddens, não há uma distinção qualitativa radical a ser feita entre o conhecimento teórico/empírico sociológico e o conhecimento de senso comum, e além do mais, deparando-se, como exemplificado acima com boas pesquisas empíricas que não foram realizadas sob o jugo teórico da teoria da estruturação, como pode Giddens defender a utilidade da mesma para a investigação social? Para Giddens, a abrangência e importância da teoria da estruturação não é a de um conjunto de teoremas que permitiria dizer dos dados mais do que aquilo a que se tem acesso ou um conjunto de ideias imprescindíveis à investigação, mas apenas como um “recurso sensibilizador”.

Entretanto, há um ponto a salientar que considero mais importante do que esses. Não existe, é claro, obrigação para quem quer que efetue detalhada pesquisa empírica, num dado cenário localizado, de acolher uma série de noções abstratas que apenas atravancariam o que, caso contrário, poderia ser descrito com economia e em linguagem comum. Os conceitos da teoria da estruturação, como no caso de qualquer perspectiva teórica concorrente, devem ser considerados, para muitos fins de pesquisa, nada mais do que recursos sensibilizadores. Quer dizer, eles podem ser úteis para se refletir sobre problemas de pesquisa e para a interpretação dos resultados de estudos. Mas supor que estar teoricamente informado – obrigação de todos os que trabalham, em maior ou menor grau, na esfera das ciências sociais – significa sempre operar com uma porção de conceitos abstratos é uma doutrina tão perniciosa quanto a que sugere que podemos passar muito bem sem usar conceitos de qualquer espécie (GIDDENS, 2009, pág. 385).

Assim, a sociologia pode “revelar” descobertas que já não são de conhecimento do chamado senso comum, como faz as ciências naturais e pretendem as ciências sociais de inclinação naturalista ou estruturalista? A esse tipo de questão o nosso autor entende que a pesquisa em ciências sociais é explanatória somente em um sentido amplo, pois revela algo desconhecido apenas para outros que não aqueles que estão inseridos no “*milieu cultural*” estudado pelo pesquisador. A “revelação” aqui é somente a resposta que se dá a pergunta “Por quê tais indivíduos agem como agem?”.

A atividade de pesquisa em sociologia assume então, para Giddens, um papel de “reportagem descritiva” ou de “comunicação de ambientes culturais” a sujeitos estranhos àquele mesmo ambiente. Isso ocorreria, para o sociólogo britânico, que se apoia nesse ponto em Winch, Schütz e outros, porque não haveria uma distinção qualitativa entre o conhecimento sociológico empírico/teórico social e as crenças utilizadas pelas pessoas em seu cotidiano, distinguindo-se das mesmas tão somente nos objetivos a que servem – qual seja, um para o estudo e análise das relações sociais e o outro para o prosseguimento prático da vida diária, por isso mesmo sendo comum que aqueles que têm esse último objetivo, tenham pouco interesse nos aspectos que chamam a atenção dos pesquisadores, mas sem que com isso o conhecimento sociológico se torne o tipo “revelador” das ciências naturais. Para Giddens, no entanto, isso não faz deixar de lado qualquer pretensão crítica das ciências sociais. Seria preciso encontrar um caminho médio que concilie o prestígio à linguagem comum como lugar privilegiado do entendimento da sociedade, mas sem com isso aceitar de bom grado como verdadeira qualquer sentença dita pelo “senso comum”.

É certamente óbvio que o “modelo revelador” da ciência natural não pode ser diretamente transferido para as ciências sociais. As crenças ditadas pelo senso comum acerca do mundo natural são corrigíveis à luz das descobertas das ciências naturais. (...) Quer dizer, as crenças leigas estão sujeitas à correção, na medida em que isso é necessário, pela entrada de novas teorias e observações científicas. Conforme enfatizei, as “descobertas” das ciências sociais não são necessariamente novas para aqueles aos quais elas dizem respeito. As questões envolvidas aqui tornaram-se bastante nebulosas em consequência dos avanços e recuos entre as formulações objetivistas e interpretativas da ciência social. As primeiras foram propensas a aplicar o modelo revelador de forma desinibida às ciências sociais. Isto é, consideram as crenças ditadas pelo senso comum e envolvidas na vida social corrigíveis sem problemas, em função do esclarecimento que as ciências sociais podem fornecer. Entretanto, aqueles que são influenciados pela hermenêutica e pela filosofia da linguagem ordinária estabeleceram poderosas objeções a esse ponto de vista rudimentar. As crenças ditadas pelo senso comum, tal como foram incorporadas ao uso da linguagem e à ação cotidianos, não podem ser tratadas como meros impedimentos para uma caracterização válida ou verídica da vida social. Pois não podemos absolutamente descrever a atividade social sem conhecer o que seus atores constituintes sabem, tanto discursiva quanto tacitamente. O empirismo e o objetivismo simplesmente suprimem toda a questão da geração de descrições sociais através do conhecimento mútuo que observadores sociológicos e membros leigos da sociedade têm em comum. O problema consiste em que, tendo chegado a essa conclusão, aqueles que advogam formas interpretativas da ciência social acham difícil ou impossível manter aquela agudeza crítica na qual o tipo oposto de tradição corretamente insistiu ao justapor ciência social e senso comum. As tarefas da ciência social parecem, pois, limitadas precisamente à etnografia – ao esforço hermenêutico da “fusão de horizontes”. Uma tal paralisia da vontade crítica é logicamente tão insatisfatória quanto o uso desordenado do modelo revelador (GIDDENS, 200, pág. 396).

O caminho médio oferecido nesse ponto é o da distinção entre conhecimento mútuo e senso comum. Como dissemos, o conhecimento mútuo é aquele que se refere ao cabedal de crenças que servem ao prosseguimento prático da vida pelos indivíduos, seja ele tácito ou discursivo, e sendo este o objeto do pesquisador social empírico – esse conhecimento deve ser tomado como dado pelo sociólogo e respeitado, ou seja, metodologicamente o pesquisador deve “acreditar que os indivíduos acreditam” no que dizem e fazem, para com isso adquirir acesso àquele mundo social. Já o conhecimento de senso comum, se refere ao mesmo conhecimento mútuo, mas analiticamente separado em seus aspectos que podem ser tomados em um sentido proposicional, referindo-se a estados de coisas no mundo e, portanto, passíveis de crítica ou correção. Giddens separa assim os critérios de credibilidade – que se refeririam à pertinência, em um sentido hermenêutico, das razões observadas dos atores para elucidar as suas ações. E os critérios de validade – que se

relacionam com as evidências empíricas e teóricas que permitiriam avaliar as razões dos indivíduos como boas razões. (GIDDENS, 2009, pág. 399) É só nesse aspecto que a sociologia poderia contrariar o senso comum, adentrando então, para a dimensão mais propriamente política das ciências sociais e dos seus limites, o que é bem diferente do modelo “revelador” de ciência social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo trabalhado com pesquisa empírica no campo da violência durante a graduação, este trabalho de dissertação deu seguimento a alguns questionamentos teóricos advindos dessa pesquisa e de outras reflexões teórico-sociais ao longo da formação até aqui. Nos parece que há importantes e atuais discussões em epistemologia e ontologia social, com cada vez maior contribuição de diversas áreas do conhecimento, que justificam a existência de uma dimensão teórica na formação em ciências sociais e em sociologia, com vistas a melhor fundamentar e auxiliar na reflexão da melhor maneira de se investigar o mundo social, respeitando os objetos de pesquisa. No caso de Giddens, entendemos que a maneira fortemente eclética de construção das suas reflexões contribuiu para que a mesma possa manter-se atual e passível de diálogo com diversas dessas ideias, novas e antigas, das ciências humanas de maneira geral: por isso a sua escolha como principal interlocutor teórico.

Chegando às considerações finais deste texto, cabe destacar de maneira sumária algumas dificuldades que se impuseram à elaboração desse trabalho e alguns apontamentos finais sobre as ideias de Giddens no que se refere aos problemas que levantamos. Uma primeira dificuldade que se impôs, antes de chegarmos propriamente à Giddens, se refere a uma caracterização dos pensadores e sociólogos em um ou outro espectro da suposta divisão epistemológica nas ciências sociais, tendo como referência a questão da causalidade. Em grande parte das vezes, afirmar que um teórico está mais próximo de uma dimensão naturalista metodológica de investigação exige ter claro um contexto relacional e comparativo com outros pensadores.

Weber, por exemplo, preservando um importante papel para a dimensão causal na sociologia, está mais próximo do naturalismo metodológico do que Winch, por um lado, mas se comparado à Durkheim, por outro, certamente se distancia. No entanto, há uma ampla bibliografia coadunando com a percepção de uma cisão entre metodologias de pesquisa nas ciências sociais, por isso exploramos a maneira como se costuma classificar os teóricos para, em seguida, discutir o lugar da teoria da estruturação nessas questões, tendo a causalidade como fio condutor da investigação. Assim, as separações buscaram

classificar de modo a favorecer um melhor entendimento procurando não realizar, claro, uma separação arbitrária em demasia, mas sim fundamentada em motivos explícitos no campo epistemológico ou empíricos das pesquisas dos autores. Se é lícito usar esses termos em se tratando de ideias, tais tradições podem ser entendidos mais como “tipos ideais” do que propriamente posições radicais e definidas de um lado ou outro do “espectro epistemológico”. Diferenças no que se refere às concepções de causalidade funcionaram do mesmo modo e serviram de guia na realização da discussão.

A segunda maior dificuldade se referiu ao próprio Giddens. O tema epistemológico da causalidade na explicação social, apesar de várias vezes referida, não é a questão central da teoria da estruturação. Por outro lado, essa questão pode ser visualizada tanto em referências laterais, quando o autor toca em diversos temas e termos (“nomológico”, “explicativo” ou “explanação” etc), como através de discussões chave da sociologia que se relacionam diretamente ao tema da causalidade, como a questão do lugar das generalizações em ciências sociais, a sua semelhança ou diferença com o senso comum, o lugar da ação na explicação sociológica e assim por diante. Procuramos extrair desses pontos a questão que nos interessa em vez de realizar uma reconstrução sistemática da teoria da estruturação de Giddens. (Assim algumas coisas certamente ficaram de fora, não só por esse motivo, mas também pela equação que envolve a ampla produção de Giddens e as limitações deste pesquisador ante os prazos acadêmicos). Passemos agora para algumas considerações propriamente teóricas.

Vimos que a teoria da estruturação de Giddens é construída tendo em vista a separação entre as correntes da investigação social que priorizam, metodologicamente, a ação ou a estrutura no estudo empírico social. Apresentamos rapidamente suas ideias em meio a essas tradições e procuramos evidenciar como uma caracterização ontológica da vida social que entende a ação como um “fluxo de intervenções causais no mundo”, em uma relação mútua com as estruturas sociais, e que pode ser explicada pelas razões dos indivíduos, supõe uma teoria da causalidade distinta da causalidade presente na natureza, sujeita, em grande parte dos casos a relações invariantes e, na sua forma mais acabada, a leis.

Exploramos também como essa caracterização da vida social e do que Giddens entende como a sua consequência metodológica, sugere a análise de conduta estratégica

como fundamental na pesquisa social, em que as razões dos indivíduos são pesquisadas *in loco*, possibilitando, assim, descrições ricas e bem fundamentadas etnograficamente das causas dos fenômenos em estudo. Partindo dessa perspectiva, na pesquisa que realizamos no interior rural de Limoeiro do Norte, por exemplo, qual seria o empecilho de explicar que a causa da mudança de alguns dos moradores pesquisados de suas casas, para a zona urbana ou rural mais povoada é o medo da violência, tendo isso sido dito pelos próprios entrevistados? Não parece ser o caso de ser exigido aqui um arcabouço teórico que fundamente tal explicação causal com raciocínios que fogem às intenções do indivíduos.

Por outro lado, vimos também que isso não descredencia o que chama de “análise institucional”, que estuda a nível macro, através de diversos métodos, o que há de típico em qualquer conjunto de relações, sem com isso ceder às lógicas funcionalistas de raciocínio sociológico ou às formas explicativas que esquecem de qualquer referência a ação situada como efetiva na existência da vida em sociedade.⁵⁰ Vimos que desse entendimento surge a rejeição a outros dualismos metodológicos como o que envolveria os métodos quantitativos e qualitativos.

Por fim, exploramos a relação entre a concepção de causas em Giddens e temas como o senso comum e os limites das generalizações nas ciências sociais. Para o autor em estudo, diferentemente das ciências naturais, o conhecimento de senso comum não pode ser facilmente desprezado pelas ciências sociais: tanto por ser a fonte para o entendimento da realidade social, como por não se distinguir ou superá-lo em um sentido epistemológico – o que não perturbaria qualquer existência entre bons e maus critérios para a avaliação da validade empírica de qualquer enunciado dito pelo senso comum. Assim, as generalizações possíveis nas ciências sociais não seriam aquelas amparadas pela cobertura de leis e relações invariantes, mas eminentemente situadas historicamente e formadas por uma combinação intrincada de estrutura, ações intencionais e consequências não-intencionais.

Em geral, nas abordagens naturalistas das ciências sociais, a intencionalidade ou consciência é vista como um complicador a ser contornado. Já para as abordagens da

50 De modo semelhante defendem, (NEVES & PARANÁ, 2017, pág.160) a “autonomia relativa, do micro e macro com esferas distintas de análise e explicação da realidade às ricas possibilidades de investigação abertas pela aceitação do pluralismo teórico-metodológico (...)” a partir de objetos empíricos como as pesquisas sobre o mercado financeiro e as mudanças climáticas. Pegando o exemplo das mudanças climáticas, os autores defendem que as dinâmicas microsociais diárias que impactam na mudança climática, muitas vezes de forma não intencional, e as transformações decorrentes no planeta, e podem ser separadas enquanto recortes e dimensões distintas de análise.

tradição das *Geisteswissenschaften*, a interpretação das ações intencionais é tida como uma metodologia característica desse campo de estudo. Para Giddens, a *Verstehen* é mais que um método, é uma especificidade da natureza do mundo social inescapável para aqueles que pretendem conhecer essa dimensão da realidade, mas também para se viver no mesmo, por isso a relação específica desse campo com o senso comum e com o tipo de causalidade que não pode prescindir das ações dos indivíduos. Diferentemente do empirismo lógico, e do que é repercutido inclusive por pesquisadores quantitativos contemporâneos, para Giddens, o método compreensivo ou ideográfico possui valor científico em si mesmo, não servindo apenas como fonte de hipóteses a serem testadas por outros meios, mas ao contrário, sendo a maneira mais frutífera de compreensão do mundo social. Todo tipo de complexificação que a dimensão subjetiva e consciente dos indivíduos traz a um campo que se pretende ser uma ciência das relações sociais é algo com a qual se deve aprender a lidar (GIDDENS, 1998, 227-228).

Mas aquilo a que esses autores chamam “compreensão” não é simplesmente um método elaborado para apurar o sentido do que outros fazem, nem requer um entendimento empático da sua própria consciência de algum modo misterioso e obscuro: *a compreensão é a verdadeira condição ontológica da vida humana em sociedade como tal.*(...) No sentido fenomenológico, a intencionalidade não é algo que possa ser tratado como simples expressão de um inefável mundo interior de experiências mentais privadas, mas *necessariamente* como o uso de categorias comunicativas da linguagem, que, por sua vez, pressupõem formas de vida definidas. Compreender o que se faz apenas é possível através do conhecimento, ou seja, ser capaz de descrever aquilo que os outros fazem, e *vice-versa*. É mais uma questão de semântica do que uma questão de empatia; e a reflexividade, como a propriedade distintiva da espécie humana, está integral e intimamente dependente do carácter social da linguagem (GIDDENS, 1996, pág. 33 e 34, grifos do autor).

Aparentemente, o ecletismo teórico de Giddens, alcançado por uma longa trajetória intelectual, lhe permitiu extrair valorosas reflexões de outros autores que, apesar da diversidade, se organizam de maneira coerente nas suas próprias formulações – se parece inadequado tomar como um princípio fixo a ideia de Aristóteles de que “A virtude está no meio”, em alguns casos pode ser um bom guia e esse princípio orientador parece existir na obra de Giddens. Além do mais, suas ideias não se inserem em uma espécie de sistema teórico fechado na qual só se pode fazer uso do “pacote completo”, muito mais se

assemelhando a um conjunto de teses e ideias que, apesar de relacionadas, possuem independência.

Junto a essa postura em teoria social, Giddens tem uma visão das ciências irmãs (as naturais), que não é nem de “inveja”, colocando-a em um pedestal metodológico a ser alcançado, à maneira dos funcionalistas, mas nem tampouco a de descartá-las apressadamente no que tange às suas possíveis semelhanças com as ciências sociais. A questão da causalidade em Giddens, no âmbito das ciências sociais, parece então permeada por uma deferência sóbria com as ciências naturais de maneira geral e uma compreensão apurada das especificidades do mundo social. Rejeitando, então, ao mesmo tempo o monismo metodológico clássico e um “monismo metodológico às avessas”, em que a atividade de químicos ou físicos poderia ser reduzida sociologicamente, não só nas suas práticas, mas em seus métodos e lógicas de investigação. É partindo desse ponto de vista que o autor desenvolve suas discussões em uma filosofia da ciência social que parte de suas próprias características.⁵¹ A filósofa Susan Haack, falando das ciências naturais, defende que o bom senso sobre o que é a atividade científica está entre o cientificismo (ou cientismo), que acredita que a ciência é o único saber confiável e válido, e o cinismo, que descreve a ciência como uma ideologia qualquer (HAACK, 2003). Parece ser o caso de mais uma vez podermos encaixar a posição de Giddens nesse meio termo.

Algumas das principais ideias de Giddens parecem úteis à pesquisa empírica sem maior comprometimento com todo o sistema teórico e possuem visível valor cognitivo, apesar de toda a dificuldade em operacionalizar uma discussão tão teórica e abstrata (o que inevitavelmente é gerada por questões ontológicas) em programas empíricos de pesquisa. Para (SILVA, 2010; 2017), a suposta virada ontológica realizada por Giddens possibilitaria a fuga do determinismo metodológico que uma teoria geral pode causar, como teria ocorrido com Parsons, ao mesmo tempo em que funciona como uma caracterização da

51 “Algumas dessas discussões em ciências naturais têm um significado imediato para os problemas epistemológicos nas ciências sociais. Mas, de qualquer forma, quero afirmar que as ciências sociais deviam afastar-se da sombra das ciências naturais, seja qual for o manto filosófico com que estas últimas possam estar cobertas. Com isto não quero dizer que a lógica e o método de estudo do comportamento social humano sejam inteiramente discrepantes dos aplicados ao estudo da natureza, algo em que seguramente não acredito, nem me proponho defender a visão expressa na tradição das *Geisteswissenschaften*, de acordo com a qual qualquer tipo de ciência social generalizante é logicamente posta de parte. Mas qualquer aproximação às ciências sociais que procure expressar a sua epistemologia e a sua ambição como directamente similares às das ciências da natureza está, nesses mesmos termos, condenada ao fracasso e só pode resultar num entendimento limitado da sociedade humana” (GIDDENS, 1996, pág. 28).

natureza da atividade social e de sua reprodução, estando aberta aos mais variados programas de pesquisa empírica. Por fim, imaginamos que se é verdade que Giddens fornece uma reflexão teórica valorosa cognitivamente e com importantes “recursos sensibilizadores” à pesquisa empírica e à explicação causal na investigação social, isso não é nenhuma garantia da sua extensa aplicação e referência, uma vez que isso depende de fatores que estão para além do valor das suas formulações teóricas.

ANEXOS

Questionário⁵²

Bom dia/tarde, estou fazendo uma pesquisa, sobre violência e medo no interior do Estado e na cidade de Limoeiro do Norte. **Você é Limoeirense?** Gostaria de saber se você tem **quatro minutos** para responder a um questionário. As perguntas são sobre a violência e a sensação de segurança em Limoeiro do Norte a partir da sua opinião, então não existe “resposta certa”. Caso não saiba responder a uma questão, basta dizer “não sei”. As respostas são confidenciais.

Gênero: 1. () Feminino 2. () Masculino 3. () Outro _____

Idade: _____

Escolaridade:

- | | |
|--------------------------------------|-------------------------------|
| () Analfab/Fund. Incomp. (Primário) | 4. () Ensino Médio Completo |
| () Fund. Completo | 5. () Universit. Incompleto |
| () Ensino Médio Incompleto(Colégio) | 6. () Universit. Completo ou |

Quantas pessoas moram na sua casa (contando com você): _____

Q1. Você acha que a cidade de Limoeiro do Norte está mais perigosa?

1. () Não 3. () NS/NR
2. () Sim

Q1.2. **Se sim**, a quanto tempo a violência parece ter aumentado?

1. () 1 ano 4. () 4 anos
2. () 2 anos 5. () 5 anos ou mais
3. () 3 anos

⁵² As perguntas realizadas no questionário foram em parte retiradas da Pesquisa Nacional de Vitimização (Datafolha/Senasp/Crisp, 2013).

Q2. Você já foi vítima de algum crime em Limoeiro do Norte como roubo, furto ou agressão?

1. () Não 3. () NS/NR
2. () Sim

Q8. Se sim, Qual?

1. () Roubo 3. () Agressão
2. () Furto 4. () Outro: _____(Anotar se citado
espontaneamente)

Q3. Você tem algum parente ou amigo próximo que foi vítima de algum dos crimes citados acima? Se sim, qual?

1. () Furto 3. () Agressão
2. () Roubo 0. () Outro

Q4. Houve algum assassinato ou tentativa de assassinato de algum amigo ou conhecido seu nos últimos 4 anos?

1. () Assassinato 3. () Não
2. () Tentativa de assassinato 4. () NS/NR

Q5. Você tinha o hábito de sentar na calçada a noite e deixou ou diminuiu por medo da violência?

1. () Não 3. () NS/NR
2. () Sim

Q6. Que fator você acredita estar relacionados ao aumento da violência em Limoeiro do Norte?

(Escolha o principal)

1. () Falta de policiais 6. () Controle dos pais
2. () Tráfico de drogas e/ou crime organizado 7. () Chegada de pessoas de fora
3. () Falta de políticas públicas 8. () Outro 9. () NS/NR

Q7. Qual é a sua percepção de segurança ao caminhar por Limoeiro durante a noite?

- | | |
|---------------------|---------------------|
| 4. () Inseguro | 1. () Muito seguro |
| 3. () Pouco Seguro | 5. () NS/NR |
| 2. () Seguro | |

Q8. Você tem medo de ter objetos pessoais roubados?

- | | |
|-------------------------|-------------------------|
| 1. () Não tenho medo | 3. () Tenho muito medo |
| 2. () Tenho pouco medo | 4. () NS/NR |

Q9. Com que frequência você evita sair de casa a noite, por medo da violência?

- | | |
|------------------|-----------------------|
| 1. () Nunca | 4. () Frequentemente |
| 2. () Raramente | 5. () Sempre |
| 3. () Às vezes | 0. () NS/NR |

Q10. Qual tem sido a eficiência da polícia na resolução de problemas na cidade?

- | | |
|--------------------------------|------------------------|
| 1. () Nada eficiente | 4. () Muito eficiente |
| 2. () Pouco eficiente | 5. () NS/NR |
| 3. () Razoavelmente eficiente | |

Q11. Qual é o seu grau de confiança na atuação da polícia que chegou na cidade?
(BPRAIO- Ronda de Ações Intensivas e Ostensivas)

- | | |
|-----------------------------|-------------------|
| 4. () Confia muito | 1. () Não confia |
| 3. () Confia razoavelmente | 0. () NS/NR |
| 2. () Confia pouco | |

Q12. Você se informa sobre a criminalidade na cidade? Se sim, qual seria a principal fonte?

- 1. () Televisão
- 2. () Rádio
- 3. () Páginas da internet/grupos de Whatsapp
- 4. () Não se informa
- 5. () NS/NR

Q13. Você poderia me dizer qual é, aproximadamente, a renda mensal total da sua casa. Isto é, a soma da renda mensal de todos os membros do seu domicílio?

- 1. () Até 1 SM (Até R\$ 937,00)
- 2. () Até 2 SM (De R\$ 937,00 até R\$ 1874)
- 3. () Até 3 SM (De R\$1874 até R\$ 2811)
- 4. () Até 4 SM (De R\$ 2811 até R\$3748)
- 5. () Até 5 SM (De R\$ 3748 a R\$4685)
- 6. () 6 SM ou mais (De R\$4685 a ∞)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T.W.(Ed). **La Disputa Del Positivismo en la Sociologia Alemana**. Tradução de Jacob Muñoz. Barcelona-México: Grijalbo, 1973.
- ALEXANDER, J.C. **O novo movimento teórico**. In Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº4, vol.. 2, junho de 1987.
- ANGIONI, Lucas. **As quatro causas na filosofia da natureza de Aristóteles**. ANAIS DE FILOSOFIA CLÁSSICA, vol. V nº 10, 2011, ISSN 1982-5323.
- ARCHER, Margaret. **Social Morphogenesis and the Prospects of Morphogenic Society**. IN: ARCHER, Margaret (Ed.) Social Morphogenesis. Springer, 2013.
_____. Morphogenesis versus Structuration: On combining Structure an Action. The British Journal of Sociology, Vol. 33, No.4 (Dec., 1982), pp. 455-483.
- ARISTÓTELES. **Metafísica**. Edições Loyola. São Paulo: 2002.
- BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- BACON, Francis. **Novum organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza**; Nova Atlântida. Tradução e notas J. A. R. de Andrade. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores).
- BARREIRA, César. **Violência difusa, medo e insegurança: as marcas recentes da crueldade**. Revista Brasileira de Sociologia, v. 01, p. 05, 2013.
- BAUER, Martin W; GASKELL, Martin. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BECKER, G. S. **Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education**. Chicago: The University of Chicago Press, 1964.
- BERGER, P. L. & LUCKMAN, T. **A Construção Social da Realidade**. Editora Vozes, Petrópolis, 2004.
- BHASKAR, Roy. **The Possibility of Naturalism: A Philosophical Critique of the Contemporary Human Sciences**. Routledge, 1998.
- BOURDEAU, Michel. **Auguste Comte**. IN: The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Summer 2018 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <<https://plato.stanford.edu/archives/sum2018/entries/comte/>>.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Editora da USP, 1998.

_____. **Razões práticas: Sobre a teoria da ação**. Tradução: Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papirus Editora, 2007, 8ªed.

_____. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

CARNAP, Rudolf. **A superação da metafísica pela análise lógica da linguagem**. Cadernos de Filosofia Alemã | v. 21; n. 2 | pp.95-115. Publicado originalmente em *Erkenntnis*, 2. Band, 1931, pp. 219-241.

COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positiva ; Discurso sobre o espírito positivo ; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo ; Catecismo positivista**. seleção de textos de José Arthur Giannotti ; traduções de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. — São Paulo : Abril Cultural, 1978. (Os pensadores)

DAHL, Robert A. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: EdUSP, 1997.

DATAFOLHA/SENASP/CRISP. **Pesquisa Nacional de Vitimização**. 2013.

DAVIDSON, Donald. **Actions, reasons and causes**. The Journal of Philosophy Vol. 60, No. 23, American Philosophical Association, Eastern Division, Sixtieth Annual Meeting (Nov. 7, 1963), pp. 685-700.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DIAS, Camila Nunes. **Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista**,2011. Catálogo de Teses USP. Disponível em: <<http://www.theses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-13062012-164151/pt-br.php>>

DICIONÁRIO ESCOLAR DE FILOSOFIA (DEF). **Verbetes salva veritate**. Crítica na rede, 2016. Consultado em: <https://criticanarede.com/s.html>

DILTHEY, Wilhelm. **Introdução às ciências humanas: Tentativa de uma fundamentação para o estudo da sociedade e da história**. Forense Universitária: Rio de Janeiro, 2010.

DURKHEIM, Émile. **O Suicídio**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **As Regras do Método Sociológico**. 3. ed. Traduzido por Paulo Neves. São Paulo: Martin Fontes, 2007.

_____. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes,1999.

_____. **As formas elementares da vida religiosa**. O sistema totêmico na Austrália. São Paulo: ED. Paulinas, 1989.

_____. e Marcel MAUSS. “**Algumas formas primitivas de classificação**”. Em *Ensaio de Sociologia*. São Paulo: Perspectiva, 1990 [1903].

ELDER-VASS, Dave. **The causal power of social structures emergence, structure and agency**. Cambridge University Press, 2010.

ELIAS, NORBERT. **O processo civilizador. Vol. I**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. 2 ed.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Crime e castigo na cidade: Os repertórios da Justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo**. Cadernos CRH. Salvador, v.23, n.58, jan.-abr.2010, p.59-73.

FLECK, Ludwik. **Estilos de pensamento na ciência**. Org: Condé MLL. Belo Horizonte: Fino Traço Editora; 2012.

FREITAS, Renan Springer; RIBEIRO, L. **Some Current Developments in Brazilian Sociology of Crime: Towards a Criminology?**. International Journal of Criminology and Sociology, 2014.

GADAMER, Jans-Georg. **Verdade e Método. Traços fundamentais para uma hermenêutica filosófica**, Petrópolis: Vozes, 1997.

GAMBETTA, Diego. **Were they pushed or did they jump?**. Cambridge, University of Cambridge, 1982. Tese de doutorado.

GARFINKEL, Harold. **Estudios en Etnometodología**. Barcelona: Anthropos Editorial; México: UNAM. Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades; Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2006.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC: 2008.

GIDDENS, Anthony; PIERSON, Christopher. **Conversas com Anthony Giddens: o sentido da modernidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. **Conceitos essenciais da sociologia**. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp digital, 2017.

GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Orgs.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Unesp, 1999.

GIDDENS, Anthony. **Novas regras do método sociológico**. Lisboa, Gradiva, 1996.
_____. **Problemas centrais em teoria social: ação, estrutura e contradição na análise sociológica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. - (Coleção sociologia)
_____. **Política, Sociologia e Teoria Social**. São Paulo: Editora Unesp, 1998.
_____. **The Constitution of Society. Outline of the Theory of Structuration**. Polity Press, Cambridge: 1984.

- _____. **O estado-nação e a violência.** São Paulo, Edusp, 2001.
- _____. **A constituição da sociedade.** São Paulo, Martins Fontes, 2009.
- _____. **Em defesa da sociologia: Ensaio interpretações e tréplicas.** São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- GOFFMAN, Erving. **Frame analysis: Los marcos de la experiencia.** CIS: Madrid, 2006.
- GUSMÃO, L. A. S. C. **O fetichismo do conceito: Limites do conhecimento teórico na investigação social.** 2.ed. Topbooks Editora. Rio de Janeiro: 2012.
- _____. **Um elogio do conhecimento de senso comum na investigação social.** Escritos (Fundação Casa de Rui Barbosa), v. 1, p. 237-258, 2007.
- _____. **Sociologia, história e conhecimento de senso comum.** Sociedade e Estado (UnB. Impresso), v. 30, p. 531-551, 2015.
- _____. **A CONCEPÇÃO DE CAUSA NA FILOSOFIA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS DE MAX WEBER.** In: JESSÉ SOUZA. (Org.). ATUALIDADE DE MAX WEBER. 1ed. BRASÍLIA: EDUNB, 2000, v. 1, p. 235-258.
- HAACK, Susan. **Defending Science – Within Reason: Between Scientism and Cynicism.** Amherst: Prometheus Books, 2003.
- HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo 1: Racionalidade da ação e racionalização social.** Tradução: Paulo Astor Soethe. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.
- _____. **Teoria do Agir Comunicativo 2: sobre a crítica da razão funcionalista.** Tradução: Flávio Beno Siebeneichler. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.
- HANS, Hahn; NEURATH, Otto; CARNAP, Rudolf. **A concepção científica do mundo: O círculo de Viena.** Cadernos de História e filosofia da ciência 10 (1986), pp. 5-20. Tradução de panfleto originalmente publicado em 1929.
- HAMLIN, Cynthia. **Realismo Crítico: Um Programa de Pesquisa para as Ciências Sociais.** Dados – Revista de Ciências Sociais, vol. 43, núm. 2, Rio de Janeiro, 2000.
- HOLLIS, Martin. **The philosophy of social science: an introduction.** Cambridge University Press. Cambridge, 1994.
- HEMPEL, Carl G. **“Explicação Científica”.** In: MORGENBESSER, Sidney. Filosofia da Ciência. São Paulo. Cultrix. 1979. pp. 159-169
- HUME, David. **Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral.** Editora UNESP, São Paulo, 2004.
- HURFORD, James R., HEASLEY, Brendan. **Curso de semântica.** Ed. ULBRA: Canoas, 2004.
- INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernization, cultural change and democracy: the human development sequence.** New York: Cambridge University Press, 2005. 333 p.

JUSTOS,M., KAHN, T., CERQUEIRA, DRC. **O mistério da redução dos homicídios em São Paulo**. Texto para discussão, UNICAMP, 2016.

KHALIDI, Muhammad Ali. **Three Kinds of Social Kinds**. Philosophy and Phenomenological Research 90 (2015), 96-112. (Com o apoio da tradução publicada em <https://criticanarede.com/especiessociais.html>)

KING, G.,KEOHANE, R. O.,VERBA, S. **Designing Social Inquiry: Scientific Inference In Qualitative Research**. Princeton University Press. Princeton, New Jersey, 1994.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. Editora Perspectiva. São Paulo. 1998.

_____. **The natural and human sciences** In: The road since structure: Philosophical Essays 1970 – 1993. Edited by James Conant and John Haugeland. The University of Chicago Press. Chicago and London, 2000.

LAWSON, Tony. **Economics and reality**. London: Routledge, 1997.

LEPENIES, Wolf. **As três culturas**. São Paulo: EDUSP, 1996.

LOYAL, Steven. **The Sociology of Anthony Giddens**. Pluto Press. Archway Road: London, 2003.

MANTZAVINOS, C. **"Hermeneutics"**. The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Winter 2016 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <<https://plato.stanford.edu/archives/win2016/entries/hermeneutics/>>.

MARKIE, Peter. **"Rationalism vs. Empiricism"**. The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Fall 2017 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <<https://plato.stanford.edu/archives/fall2017/entries/rationalism-empiricism/>>.

MAKKREEL, Rudolf. **Wilhelm Dilthey**. The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Fall 2016 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <<https://plato.stanford.edu/archives/fall2016/entries/dilthey/>>.

MILL, John Stuart. **A System of Logic Ratiocinative and Inductive: Being a Connected View of the Principles of Evidence and the Methods of Scientific Investigation**. The Collected Works of John Stuart Mill, vol. VIII, 1974 [1843]. Toronto: University of Toronto Press.

MORRIS, William Edward and BROWN, Charlotte R., **"David Hume" in The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. (Summer 2019 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <<https://plato.stanford.edu/archives/sum2019/entries/hume/>>.

MOSES, J.W and KNUTSEN, T. **Ways of Knowing. Competing Methodologies in Social and Political Research.** Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007.

NEVES, Fabrício Monteiro; PARANÁ, Edemilson. **Para uma crítica das sínteses propostas por Karin Knorr-Cetina e Jeffrey Alexander: uma alternativa epistemológica à integração micro-macro.** REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA | Vol 05, No. 10 | Mai/Ago/2017.

PETERS, G.. **Percursos na teoria das práticas sociais: Anthony Giddens e Pierre Bourdieu.** Dissertação (mestrado)—Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, 2006.

_____. **EXPLICAÇÃO, COMPREENSÃO E DETERMINISMO NA SOCIOLOGIA DE PIERRE BOURDIEU.** *Estudos de Sociologia*, 2, mar. 2013. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revsocio/index.php/revista/article/view/39/30>>. Acesso em: 02 Ago. 2017..

_____. **Verbetes – Explicação e compreensão: incompatíveis ou complementares?** (Parte 1) Disponível em: <https://blogdosociofilo.com/2018/05/03/verbetes-explicacao-e-compreensao-incompativeis-ou-complementares-parte-1-por-gabriel-peters/> Acessado em 20/08/2019

POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica.** Editora Cultrix, São Paulo. 1972.

_____. **A lógica das Ciências Sociais.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

RODRIGUES, Léo Peixoto; NEVES, Fabrício; DOS ANJOS, José Carlos. **De Coadjuvante a protagonista? A reflexão epistemológica das Ciências Sociais para o século XXI.** (Apresentação do dossiê). *Sociologias*, Porto Alegre, ano 18, no 41, jan/abr 2016, p. 14-23

ROSENBERG, Alexander. **Philosophy of Social Science.** Westview Press. 2008.

RUDNER, Richard S. **Philosophy of Social Science.** New Jersey: Prentice-Hall, Inc., 1966.

SALMON, Wesley C. **Four Decades of Scientific Explanation.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 1989.

SCHLICK, Moritz. **Sentido e verificação.** Consultado em <<http://www.uapi.edu.br/upload/filosofia/documentos/Schlick%20-%20Sentido%20e%20Verificacao.pdf>>. Do original inglês: 'Meaning and Verification', publicado pela primeira vez em *The Philosophical Review*, vol. XLV, 1936.

SEARLE, John R. **Consciência e Linguagem.** Martins Fontes, São Paulo, 2010.

_____. **Linguagem e Ontologia Social.** *Crítica na Rede*, 2017. IN: <https://criticanarede.com/lingmentacao.html>

SILVA, Fábio Rodrigues Ribeiro. **Realismo e redes: dilemas metodológicos na obra de Anthony Giddens** (tese de doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo. Programa de Pós-graduação em Sociologia, 2010.

_____. **Entre a epistemologia e a ontologia: a teoria da estruturação de Anthony Giddens.** *Tempo soc.*, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 123-136, Dec. 2014. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702014000200008&lng=en&nrm=iso>. access on 20 Nov. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702014000200008>.

SNOW, Charles Percy. **As Duas Culturas e uma segunda leitura: Uma versão ampliada das Duas Culturas e a Revolução Científica.** São Paulo: EDUSP, 1995.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **O calcanhar metodológico da ciência política no Brasil.** *Sociologia, Problemas e Práticas*, Oeiras, n. 48, p. 27-52, maio 2005. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S087365292005000200004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 16 jul. 2017.

SÓFOCLES. **Édipo rei.** Trad. Domingos Paschoal Cegalla. Rio de Janeiro: DIFEL, 2001.

TAVOLARO, Sergio B. F. **Teoria Sociológica e Metodologia: Apontamentos acerca de algumas controvérsias.** *REVISTA IDEIAS*, v. 4, p. 13, 2014.

TAYLOR, Charles. **Interpretation and the Sciences of Man.** *The Review of Metaphysics*, Vol. 25, No. 1. pp. 3-51, 1971.

THOMASSON, A. L., *Protosociology*, Vol. 18-19: **Understanding The Social II: Philosophy of Sociality** (2003): 269-290. (Com o apoio da tradução publicada em <https://criticanarede.com/ontologiasocial.html>)

TURNER, Stephen P.; ROTH, Paul (Ed.). **The Blackwell Guide to the Philosophy of the Social Sciences. Cap. 1: Cause, the Persistence of Teleology, and the Origins of the Philosophy of Social Science**, 21-41. Oxford: Blackwell, 2003.

VANDENBERGHE, Frédéric. **Teoria social realista : um diálogo franco- britânico.** Belo Horizonte : Editora UFMG ; Rio de Janeiro : IUPERJ, 2010.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história.** Editora Universidade de Brasília: Brasília, 1998.

VON WRIGHT, G.H. **Explanation and Understanding.** Cornell University Press, 1971.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva.** Editora da Universidade de Brasília, Brasília, 2000.

WILLIS, Graham Denyer. **The Killing Consensus: Police, Organized Crime, and the Regulation of Life and Death in Urban Brazil**. Durham: Duke University Press, 2015.

WILLIS, Paul. **Learning to Labour**. Farnborough, Saxon House, 1977.

WINCH, Peter. **A idéia de uma ciência social e sua relação com a filosofia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**. Biblioteca Universitária, São Paulo, 1968.

_____. **Investigações filosóficas**. Editora nova cultural Ltda. São Paulo, 1999.

ZATERKA, Luciana. **As teorias da matéria de Francis Bacon e Robert Boyle: forma, textura e atividade**. Sci. stud. [online]. 2012, vol.10, n.4, pp.681-709. ISSN 1678-3166. <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-31662012000400004>.